



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TAMIS PORFÍRIO COSTA CRISÓSTOMO RAMOS

O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM NEGRO? DESIGUALDADES DE CLASSE E
RAÇA NA CONSTITUIÇÃO DAS MASCULINIDADES DOS COLETORES DE LIXO
DOMICILIAR

SEROPÉDICA
2026





TAMIS PORFÍRIO COSTA CRISÓSTOMO RAMOS

O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM NEGRO? DESIGUALDADES DE CLASSE E
RAÇA NA CONSTITUIÇÃO DAS MASCULINIDADES DOS COLETORES DE LIXO
DOMICILIAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Moema de Castro Guedes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R525t Ramos, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo, 1994-
 O trabalho dignifica o homem negro? Desigualdades
 de classe e raça na constituição das masculinidades dos
 coletores de lixo domiciliar / Tamis Porfírio Costa
 Crisóstomo Ramos. - Rio de Janeiro, 2026.
 150 f.

 Orientadora: Moema de Castro Guedes.
 Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências
 Sociais, 2026.

 1. coletores de lixo domiciliar. 2. masculinidades
 negras. 3. divisão racial do trabalho. 4. divisão
 sexual do trabalho. 5. trabalho subalternizado. I.
 Guedes, Moema de Castro , 1979-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III.
 Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TAMIS PORFÍRIO COSTA CRISÓSTOMO RAMOS

**O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM NEGRO? DESIGUALDADES DE
CLASSE E RAÇA NA CONSTITUIÇÃO DAS MASCULINIDADES DOS
COLETORES DE LIXO DOMICILIAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em: 2 de julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

MOEMA DE CASTRO GUEDES

Data: 06/07/2026 13:37:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Moema de Castro Guedes – Orientadora – UFRRJ



Documento assinado digitalmente

LUENA NASCIMENTO NUNES PEREIRA

Data: 08/07/2026 16:42:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira – UFRRJ



Documento assinado digitalmente

MARINA DE CARVALHO CORDEIRO

Data: 07/07/2026 17:41:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marina de Carvalho Cordeiro – UFRRJ



Documento assinado digitalmente

ROLF RIBEIRO DE SOUZA

Data: 11/07/2026 11:33:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rolf Malungo de Souza – UFF



Documento assinado digitalmente

VERONICA TOSTE DAFLOM

Data: 08/07/2026 17:40:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Verônica Toste Daflon – UFF

AGRADECIMENTOS

A vida não para quando escrevemos uma tese. Nós nos lançamos a novas coisas; elas podem mudar, umas vão, outras ficam, há muitas coisas para construir... mas a tese permanece. Se manter firme no processo de pesquisa é algo árduo, mas muito rico. Ter podido viver essa experiência foi transformador, e eu sou realmente grata.

Obrigada a todas as presenças espirituais que estão na minha vida, que caminham comigo todos os dias e me dão muito mais do que o essencial. Eu confio em vocês. Obrigada por confiarem em mim também.

Agradeço ao meu pai, Haroldo Crisóstomo, e ao meu avô, Raimundo Porfírio, os homens negros que me ensinaram o valor do trabalho e da luta, por sacrificarem tanto de si mesmos e dos seus corpos para que eu pudesse ter a chance de trabalhar refletindo sobre o trabalho. Sou grata à minha mãe, Silvana Porfírio, a mulher que me alfabetizou e a artista que me disse que eu era a sua melhor criação. Agradeço à minha avó, Maria de Lourdes da Silva. Sempre quis ser “fogo” igual a você, sua força é incompreensível.

Obrigada à minha orientadora, Moema Guedes. Você me formou por uma década, sempre respeitou quem eu sou e me ajudou a descobrir parte significativa do meu “eu socióloga”. Obrigada por todo o apoio e orientação. Minha gratidão à professora Ana Ramos-Zayas, minha coorientadora em Yale durante o período de doutorado sanduíche. Agradeço pelo quanto foi gentil e receptiva comigo e por me dedicar um pouco do seu tempo e disponibilidade, mesmo estando em ano sabático de pesquisa. Quero agradecer também à professora Luena Nascimento por todos esses anos de interlocução sobre as questões raciais. Você alimentou em mim muitas inquietações, mas também me ajudou a organizá-las.

Sou grata às minhas amigas e amigos, por um grande privilégio da vida, consigo contá-los em duas mãos. Vocês são a minha força e o meu encanto. Se eu tivesse querido soltar o peso desse processo, tenho certeza de que vocês não deixariam. Dirijo um agradecimento especial à Priscila Alantino, minha companheira de doutorado, com quem minha caminhada foi mais leve.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was carried out with the support of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. I would like to thank CAPES for granting

both a doctoral scholarship in Brazil and a doctoral sandwich scholarship, which made it possible to develop this research in an international context.

RESUMO

RAMOS, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo. **O trabalho dignifica o homem negro?** desigualdades de classe e raça na constituição das masculinidades dos coletores de lixo domiciliar. 2026. 150 folhas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

Esta pesquisa busca analisar como as relações de trabalho participam da constituição social das masculinidades dos homens negros coletores de lixo domiciliar do município do Rio de Janeiro, considerando os eixos de desigualdade de raça, gênero e classe na construção dessas identidades. Partindo da compreensão de que a divisão racial e sexual do trabalho estrutura a organização do trabalho no Brasil, a pesquisa investiga os processos e relações sociais e históricas que fazem com que homens negros estejam sobrerrepresentados em ocupações marcadas pela subalternidade e pelo trabalho corporal “sujo”, bem como os efeitos dessas condições sobre suas experiências laborais, e a construção de masculinidades subalternas. A pesquisa tem como aporte empírico entrevistas em profundidade com questionário semiestruturado realizadas com oito coletores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Os resultados demonstram que a racialização do trabalho de coleta de lixo domiciliar se expressa para além da sobrerrepresentação de homens negros nessa ocupação, mas, principalmente, na associação histórica entre sujeira, trabalho degradante e corpos negros. Além disso, evidenciam-se relações ambíguas constitutivas da posição social desses trabalhadores enquanto homens negros e da atividade que desempenham. Tais relações complexas envolvem humilhação e orgulho, exploração e reconhecimento, sacrifício e honra coexistindo simultaneamente. A análise sociológica da coleta de lixo domiciliar permite compreender os efeitos da divisão racial e sexual do trabalho na forma com que se configuram experiências de subalternização, precarização laboral e desvalorização social, além dos impactos socio subjetivos dessas relações estruturais para a construção de identidades masculinas subalternizadas.

Palavras-chave: coletores de lixo domiciliar; masculinidades negras; divisão racial do trabalho; divisão sexual do trabalho; trabalho subalternizado.

ABSTRACT

RAMOS, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo. **Does work dignify the black man?** class and racial inequalities in the construction of the masculinities of household waste collectors. 2026. 150 sheets. Dissertation (Doctorate in Social Sciences) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

This study aims to analyze how labor relations contribute to the social construction of masculinities of Black male household waste collectors in the city of Rio de Janeiro, through the intersecting axes of race, gender, and class inequality in shaping of these identities. Grounded on the understanding that the racial and sexual division of labor structures labor organization in Brazil, the study investigates the historical and social processes and relations that lead to the overrepresentation of Black men in occupations characterized by subalternity and “dirty” physical labor, as well as the effects of these conditions on their work experiences and on the construction of subordinate masculinities. The empirical basis of the research consists of in-depth interviews with semi-structured questionnaires, conducted with eight workers from the Municipal Urban Cleaning Company (Comlurb). The findings demonstrate that the racialization of household waste collection work extends beyond the overrepresentation of Black men in this occupation and is expressed mainly through the historical association between dirt, degrading labor, and Black bodies. Furthermore, constitutive ambiguities related both to the social position of these workers as Black men and to the activity they perform become evident. These complex relations involve humiliation and pride, exploitation and recognition, sacrifice and honor coexisting simultaneously. A sociological analysis of household waste collection makes it possible to understand the effects of the racial and sexual division of labor on the production of experiences of subordination, labor precarity, and social devaluation, as well as the socio-subjective impacts of these structural relations on the construction of subordinated masculine identities.

Keywords: household waste collectors; Black masculinities; racial division of labor; sexual division of labor; subalternized labor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Perfil dos entrevistados, atuação político-organizativa e tipo de entrevista.....	94
Fotografia 1 –	Garis em estribos de caminhão de coleta.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Perfil racial e de gênero dos garis da Comlurb (2025).....	100
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CELURB	Companhia Estadual de Limpeza Urbana
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SIEMACO	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Obras e Limpeza Urbana de São Paulo
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	HOMEM ESCRAVIZADO, TRABALHADOR DEGENERADO: O RACISMO COMO FUNDAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
1.1	<i>A QUIMERA DO HOMEM NEGRO: REVERBERAÇÕES DA ESCRavidÃO COLONIAL SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FIGURA DO “HOMEM/TRABALHADOR NEGRO”.....</i>	<i>21</i>
1.2	<i>ENTRE A LIBERDADE E O TRABALHO: A MARGINALIZAÇÃO DO HOMEM NEGRO ENQUANTO TRABALHADOR NO SÉCULO XIX.....</i>	<i>24</i>
CAPÍTULO II	CADA UM EM SEU DEVIDO LUGAR: A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO BASEADA EM GÊNERO E RAÇA.....	38
2.1	<i>MASCULINIDADES: ENTRE A HEGEMONIA E A SUBALTERNIDADE.....</i>	<i>38</i>
2.2	<i>A DIVISÃO SEXUAL/RACIAL DO TRABALHO.....</i>	<i>45</i>
CAPÍTULO III	O QUE É UM HOMEM SEM SEU TRABALHO? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE HOMEM TRABALHADOR.....	62
3.1	<i>A CONSTRUÇÃO DO “EU” TRABALHADOR MASCULINO NO CAPITALISMO.....</i>	<i>62</i>
3.2	<i>A FAMÍLIA FAZ UM TRABALHADOR E O TRABALHO FAZ UM HOMEM DE FAMÍLIA.....</i>	<i>65</i>
3.3	<i>A SUJEIRA DO TRABALHO SUBALTERNO RACIALIZADO.....</i>	<i>71</i>
CAPÍTULO IV	O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: DEBATES TEÓRICOS E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	80
4.1	<i>OS COLETORES DE LIXO DOMICILIAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA.....</i>	<i>80</i>
4.2	<i>ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....</i>	<i>88</i>
CAPÍTULO V	O COTIDIANO DA COLETA DE LIXO DOMICILIAR: TRÂNSITOS ENTRE A SUBALTERNIDADE E O RECONHECIMENTO.....	97

5.1	TRABALHO LIVRE: SENTIDOS E IMAGINÁRIOS SOCIAIS SOBRE SER GARI.....	97
5.2	“O SUJEITO TEM QUE SER UM CÃO MESMO PRA AGUENTAR”: CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRECARIEDADE NA COLETA DE LIXO DOMICILIAR.....	102
5.3	A DEGRADAÇÃO DO CORPO: EXPLORAÇÃO E EXAUSTÃO.....	105
5.4	“A PARTE SUJA DA ENGRENAGEM”: RELAÇÕES DE PODER, EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO E ESTIGMATIZAÇÃO DOS COLETORES DE LIXO DOMICILIAR.....	115
5.4.1	Hierarquia e retaliação.....	115
5.4.2	Dependência de substâncias.....	118
5.4.3	Nojo, discriminação e invisibilização.....	121
5.5	TRABALHO, DEVER E RECONHECIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE VALOR NA COLETA DE LIXO DOMICILIAR....	125
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	150

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de um caminho analítico que teve sua origem marcada por uma inquietação sociológica que me despertou para a pesquisa ainda no período em que cursava a graduação. Essa inquietação não se encerra em uma pergunta de pesquisa relacionada a um objeto de estudo específico, que passou por mudanças durante minha trajetória formativa, mas está centrada, prioritariamente, nos processos e mecanismos de desigualdades e hierarquias que envolvem as estruturas de trabalho capitalistas. Interesse-me, mais especificamente, em como a subalternização e a precarização social, como condições intrínsecas a certos tipos de ocupação, estão diretamente vinculados às relações de raça, gênero e classe dos trabalhadores e trabalhadoras. Ou seja, na forma como, no Brasil, os trabalhos mais socialmente desvalorizados no sentido econômico, simbólico e moral têm “uma cara”, e ela é negra. A motivação que me impulsiona a continuar no caminho da pesquisa científica está no desejo de investigação dos mecanismos sociais que concentram a população negra em determinadas ocupações subalternizadas, e como isso se manifesta a partir da reprodução, mas também da produção no mundo do trabalho de relações de desigualdade, hierarquias e estigmatização que operam de maneira complexa na vida social desses indivíduos.

Dando continuidade ao esforço analítico que orienta minha trajetória, passo a me debruçar sobre o trabalho de coleta de lixo domiciliar. Tenho como objetivo central analisar como essa ocupação participa da produção e da reprodução de desigualdades relacionadas a raça, classe e gênero. A partir disso, busco verificar como se dá a construção e a ressignificação das masculinidades dos homens negros que desempenham essa atividade na Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), empresa de economia mista responsável pelos serviços de limpeza urbana no município do Rio de Janeiro.

Assim como o trabalho doméstico remunerado, objeto das minhas pesquisas na graduação e no mestrado, a coleta de lixo domiciliar é uma ocupação subalternizada, racializada e generificada, marcada tanto pela sobrerrepresentação de trabalhadores negros quanto pelos estigmas socialmente associados à atividade. Nesse sentido, o interesse não se desloca de uma problemática, mas de um objeto empírico, mantendo o foco na análise das formas pelas quais relações de raça, gênero e classe estruturam a divisão social do trabalho e produzem hierarquias e desigualdades.

Como mencionado, iniciei meu trajeto de pesquisa concentrando-me no trabalho doméstico remunerado no Rio de Janeiro e nas desigualdades de raça, classe e gênero que caracterizam essa atividade. No mestrado, considerei, enquanto eixo analítico, as continuidades históricas e sociais das relações estabelecidas antes, entre mucamas e senhores e, atualmente, entre trabalhadoras domésticas e patrões e patroas. Meu principal foco de interesse estava em entender como essas relações historicamente elaboradas são apropriadas e alimentadas pelo sistema capitalista contemporâneo na produção de desigualdades e hierarquias sociais. Essas relações dão origem a uma realidade precária e servil que viabiliza a exploração das mulheres negras, sujeitos desse tipo de serviço invisibilizado e desvalorizado, mas indispensável na garantia da reprodução da vida e da mão de obra capitalista.

Nesse sentido, o trabalho doméstico remunerado foi um *lócus* de análise privilegiado para investigar as relações materiais constituídas com base em um *continuum* histórico e social de desigualdades raciais, de classe e gênero que se manifestam de forma complexa. Esse objeto me ajudou a compreender como essas hierarquias e desigualdades estruturais permanecem operando no cotidiano dessa atividade e na própria organização e reprodução do sistema capitalista. O trabalho doméstico remunerado pode ser visto como um laboratório de como o racismo, o sexismo e o classismo fazem parte, de maneira imbricada, da constituição histórica e das relações sociais brasileiras. Pude, assim, refletir sobre o potencial revelador que pode ter o olhar direcionado para essas dinâmicas de desigualdade que ocorrem em contexto de trabalho por refletirem relações sociais mais amplas.

Apesar das diferenças evidentes entre as duas atividades, podemos dizer que, em muitos sentidos, a coleta de lixo domiciliar e o trabalho doméstico remunerado apresentam contrapontos de gênero. Considerando as construções sociais que associam o espaço privado ao feminino e o espaço público ao masculino, observa-se que, no campo da limpeza, essa divisão sexual entre público e privado se expressa de forma racializada. O trabalho doméstico remunerado constitui-se historicamente como uma ocupação negra e feminina, enquanto a coleta de lixo domiciliar, no contexto do Rio de Janeiro, costuma ser um serviço de limpeza urbana majoritariamente prestado por homens negros.

Essas semelhanças se apresentam, apesar dos contrapontos, também nas representações de gênero próprias dessas atividades: se o trabalho doméstico está ligado ao cuidado e à servidão, o trabalho de coleta de lixo está relacionado à força e à virilidade. Em ambos os casos, contudo, trata-se de formas de feminilidade e masculinidade produzidas em condições de subalternidade. Além disso, a invisibilidade do serviço de limpeza, o estado de

ordem e normalidade atribuído ao produto final e a desvalorização do processo de trabalho e de quem o executa são traços em comum geradores de precariedade motivada pela extrema desvalorização social desse tipo de serviço.

Entre as muitas convergências que poderiam ser citadas com base na comparação entre as duas ocupações, considero que a principal seja a condição de degradação social que representa para um sujeito negro trabalhar com o que é descartado, os dejetos, limpando a sujeira produzida por outros. Ainda que partam de diferentes relações, essas ocupações representam trabalhos de reprodução cotidiana da vida. Porém, a possibilidade de delegação do “trabalho sujo” que a maioria das pessoas quer afastar de si recai sobre a população negra, o que se converte em um marcador de humilhação social.

A escolha de pesquisar os coletores de lixo domiciliar dialoga com o que Hughes (1951) pontuou como uma questão fundamental de método nas ciências sociais: encontrar o melhor laboratório possível para a investigação de uma determinada série de mecanismos sociais. Nesse sentido, essa atividade representa um laboratório privilegiado para analisar a articulação entre divisão sexual e racial do trabalho no Brasil, assim como os processos históricos e sociais que produzem e sustentam ocupações subalternizadas. A partir desse recorte, torna-se possível investigar a posição histórica e socialmente complexa que homens negros e pobres que trabalham formalmente com resíduos ocupam na estrutura de produção capitalista.

Busco, assim, analisar como a ocupação de coleta de lixo domiciliar está inscrita na divisão racial e sexual do trabalho, evidenciando sua constituição histórica e social como um trabalho subalterno, racializado e masculinizado. Investigo também os processos de produção de estigmas e discriminação associados ao trabalho com a sujeira, compreendendo como esses estigmas operam na construção de hierarquias e formas de inferiorização social. De modo articulado, examino como as experiências de trabalho nessa atividade participam da construção e da negociação das masculinidades negras, considerando as tensões entre subalternização racial e expectativas de gênero. Exploro ainda a maneira como os trabalhadores ressignificam seu trabalho, atribuindo sentidos de dignidade, responsabilidade e estabilidade a uma ocupação socialmente desvalorizada, explicitando a ambivalência entre estigmatização e reconhecimento que atravessa essa experiência ocupacional.

Considero importante assinalar que o meu olhar sobre o objeto está diretamente implicado pela minha posição social e pelos marcadores da minha própria experiência. Ressalto o papel do meu lugar social no processo de análise sociológica, reafirmando, assim, a

epistemologia feminista (Collins, 2019; Haraway, 1995; Harding, 1986; hooks, 2019a; Ribeiro, 2017), que desconstrói a pretensa neutralidade científica legitimadora de concepções específicas de objetividade características de experiências sociais próprias da posição historicamente dominante dos homens brancos. Essa epistemologia afirma que toda produção de conhecimento é situada e socialmente posicionada tendo marcadores de raça, gênero e classe como constituintes desse processo. Nesse sentido, afirmo as minhas especificidades sociais enquanto pesquisadora como um recurso analítico com potencialidades específicas, não como limitador (Collins, 2016; hooks, 2019c).

Sou uma mulher negra da classe trabalhadora, criada na periferia do município do Rio de Janeiro. Oriunda de uma família negra, me foi ensinado desde cedo o valor do trabalho e os sacrifícios que ele representa. Como a maioria das mulheres negras, cresci com a ideia do trabalho como principal horizonte de possibilidades, apesar da condição garantida pela minha família, de concluir os estudos até a graduação, de forma integral, sem ter que o conciliar com o trabalho. Tive oportunidades que foram negadas a gerações anteriores, consequentemente, houve certa cobrança para que alcançasse o mundo do trabalho com outras e melhores possibilidades. Desse modo, o universo do trabalho sempre representou, para mim, uma questão de vida e de pesquisa. Fui a primeira pessoa da minha família a ingressar em uma universidade pública e a poder me dedicar à pesquisa. A primeira a ter a oportunidade de mergulhar no mundo do trabalho como pesquisadora e não como objeto de estudo.

Essa trajetória guiou o meu olhar para os estudos sobre as múltiplas desigualdades no mundo material, influenciando minha perspectiva marcada pelo feminismo negro, pelos estudos raciais e estudos de gênero, os quais mobilizo para uma abordagem localizada no campo da sociologia do trabalho com análise direcionada para a população negra e para as circunstâncias que a segregam à base da pirâmide produtiva do capitalismo.

Ancorada num quadro analítico fundamentado no feminismo negro, a forma como o campo da sociologia do trabalho no Brasil foi constituído logo se tornou fonte de estranheza para mim, devido à forte influência eurocêntrica, que leva a desconsiderar as relações raciais como um dos eixos centrais de sustentação capitalista e produção de desigualdades materiais. Wingfield e Alston (2012), ao se referirem a essa questão na sociologia do trabalho nos Estados Unidos, chamam a atenção para a abundância de pesquisas que constatarem desigualdades raciais nas organizações de trabalho, considerando nítidas evidências de discriminação nesses ambientes. Em contrapartida, as autoras observam que os sociólogos não se apropriam de um aparato teórico que relacione essas desigualdades às práticas culturais e

sociais responsáveis por sua reprodução. Podemos trazer essa crítica para o contexto nacional quando observamos que, nesse campo de estudos, as desigualdades raciais na atualidade são solidamente provadas, porém, pouco investigadas do ponto de vista de como são produzidas e do que produzem em termos de hierarquias, desigualdades e discriminações no mundo do trabalho, considerando a incorporação das relações sociais de raça enquanto fundantes da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Roediger (2013) problematiza a ideia do trabalhador branco e masculino padronizado como “trabalhador legítimo”, o principal “sujeito do trabalho”. Logo, a identidade da classe operária foi sendo construída em associação com a branquitude e a masculinidade, a ponto de essas dimensões parecerem inerentes ao trabalho em si. O autor classifica essa concepção predominante nos estudos do trabalho enquanto uma construção histórica e política que se consolidou no interior das relações excludentes de reconhecimento de negros e mulheres.

No final do século XIX, momento em que o trabalho livre se institui no Brasil, era o homem branco imigrante europeu, idealizado como aquele que encarnava a essência do trabalhador moderno, que detinha as disposições morais, culturais e disciplinares associadas ao trabalho livre (Azevedo, 1987; Miskolci, 2012; Negro; Gomes, 2006). Nesse contexto, emerge a sociologia como principal disciplina a se debruçar sobre as estruturas e relações sociais características da modernidade. Esse campo de conhecimento, no entanto, não se forma no Brasil à margem dessas ideologias, mas participa de sua reprodução por naturalizar a imagem de um trabalhador abstrato, que se configurava no mínimo como um sujeito neutro, que na prática foi lido como o homem branco. Esse movimento contribuiu para a naturalização dessa concepção de quem seria o trabalhador ideal não apenas como mão de obra, mas como objeto de pesquisa, o que coloca em posições secundárias e marginalizadas outras experiências de trabalho fundantes para a compreensão dessas relações no Brasil, como o trabalho relegado à população negra, tendo em vista suas origens escravocratas, relações de trabalho muitas vezes consideradas arcaicas e pré-capitalistas.

Assim, além da falta de interesse de sociólogas e sociólogos do trabalho em garantir consequência analítica à racialização intrínseca ao trabalho subalternizado no Brasil, observa-se também a escassez de estudos que problematizem o gênero dos homens trabalhadores como um marcador que estrutura práticas e relações de trabalho, o que evidencia a persistência de uma certa normatização nesse sentido. Mesmo com a consolidação dos estudos

de gênero na sociologia do trabalho¹, nas ocupações majoritariamente desempenhadas por homens ou socialmente masculinizadas, o gênero masculino permanece analiticamente neutro, como se os homens não fossem formados também por uma socialização específica de gênero. Ao que parece, pelo fato de essa socialização estar diretamente ligada ao trabalho, o vínculo entre homens e trabalho foi tão naturalizado que quase nunca é explicado (Collinson; Hearn, 2005).

Partindo dessas inquietações analíticas e com o objetivo de compreender as complexidades próprias das experiências de desigualdade laboral vivenciadas pelos homens coletores de lixo domiciliar da Comlurb, procuro fundamentar meu estudo em teorias e práticas de pesquisa que têm articulação de múltiplas desigualdades como lente de análise social.

Wingfield (2020) aponta para a consolidação da perspectiva interseccional instrumentalizada para analisar as relações de desigualdade em meio ao trabalho no campo da sociologia partindo do movimento precursor de Collins (2000). Desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 a socióloga se consolidava como uma das principais teóricas sobre o conceito, produto da epistemologia feminista negra e que teve como um dos seus principais pontos de partida analíticos as relações de trabalho de mulheres negras (Crenshaw, 1989). No Brasil, na área das ciências sociais, podemos citar Lélia Gonzalez (2018b) como precursora da articulação entre gênero, raça e classe para analisar essas relações. Sua análise marcante sobre as continuidades históricas entre as condições sociais das mucamas e as trabalhadoras domésticas falam sobre aspectos culturais e estruturais centrais para compreendermos a sociedade brasileira, antecipando, assim, o conceito de interseccionalidade.

Dessa forma, insiro minha pesquisa nessa perspectiva analítica, orientando o olhar para as relações de trabalho no Brasil em uma abordagem interseccional, ainda que o foco esteja em homens negros. Entendendo que as masculinidades se referem às práticas e ideologias no interior de estruturas hierárquicas de gênero que organizam o acesso diferencial

¹ Segundo Castro e Guedes (2020), os estudos de gênero consolidaram-se na sociologia brasileira a partir das décadas de 1970 e 1980 inicialmente por meio de pesquisas sobre mulheres, trabalho assalariado e divisão sexual do trabalho. Isso se deu graças a um esforço contínuo e estratégico de pesquisadoras feministas para afirmar o gênero não apenas como um novo tema de pesquisa, mas como uma chave analítica capaz de deslocar conceitos, perguntas e interpretações clássicas da teoria social. O questionamento do trabalhador masculino enquanto padrão universal da classe e a afirmação das especificidades do trabalho e das condições materiais das mulheres se torna um verdadeiro empreendimento intelectual no processo de desconstrução da pretensa neutralidade de gênero das categorias clássicas da sociologia do trabalho. No entanto, minha observação se dá no sentido de que esforço semelhante ainda não foi empregado por sociólogos e sociólogas para que o mesmo se desse com a categoria racial nos estudos do trabalho no Brasil, mesmo diante do caráter estruturalmente racializado da divisão social do trabalho.

ao poder. As masculinidades negras são aqui compreendidas com base na articulação entre os eixos de raça e gênero produtores de relações sociais que se configuram na tensão entre poder e subalternidade (Connell, 1995, 2003; Kimmel, 1998; Pinho, 2004; Viveros Vigoya, 2018). Logo, nesta pesquisa, estão sob análise os múltiplos eixos de desigualdade de gênero, raça e classe que, articulados, estruturam as experiências sociais dos coletores de lixo domiciliar da Comlurb. Mesmo diante do desafio analítico de pesquisar homens sob perspectiva interseccional, mantenho a referência teórica e política no feminismo negro, assim como propôs Viveros Vigoya (2018), ao se debruçar sobre as masculinidades negras na “nossa América” e Wingfield (2013) em análise da situação de homens negros no mercado de trabalho dos Estados Unidos.

É a partir dessa perspectiva que analiso as masculinidades negras, mobilizando uma abordagem feminista como chave interpretativa (hooks, 2022; Medrado; Lyra, 2008; Oliveira; Sousa, 2020; Viveros Vigoya, 2018). Com isso, destaco a relevância da categoria de gênero tendo por base uma concepção relacional, afirmando que essas relações estão assentadas em assimetrias sociais. A forma como instrumentalizo a perspectiva feminista dos estudos sobre masculinidades nessa pesquisa não pretende colocar os homens em posição de antagonistas ou sujeitos genéricos que simbolizam um “outro” a ser combatido por conta do seu potencial opressor. Mas sobretudo encarar as relações de gênero de forma complexa e articulada, pautadas em relações contextuais de poder (Almeida, 1996; Connell, 2003; Viveros Vigoya, 2018).

Assim, esta pesquisa contribui para o campo da sociologia do trabalho direcionando o olhar analítico para um objeto empírico historicamente marginalizado e pouco explorado em suas dimensões raciais e de gênero, evidenciando como o trabalho de coleta de lixo domiciliar pode ser um *locus* privilegiado para a compreensão dos mecanismos próprios às divisões raciais e sexuais do trabalho. Além disso, como esses mecanismos evidenciam relações originadas na escravidão colonial com seus mecanismos de racialização, exploração e subalternização, que seguem estruturando a organização capitalista do trabalho, ao analisar as experiências dos homens negros inseridos nessa ocupação, esta pesquisa avança, pois integra a perspectiva dos estudos sobre as masculinidades negras a um campo ainda marcado pela naturalização do trabalhador masculino como sujeito neutro.

Além de abordar os processos de produção de desigualdades, estigmas e hierarquias no mundo do trabalho, esta tese também busca mostrar as formas pelas quais essas experiências são vividas, negociadas e ressignificadas de forma complexa pelos próprios

trabalhadores. Dessa forma, pretendo contribuir para o emergente movimento analítico de demonstrar que a compreensão das dinâmicas laborais no Brasil exige a incorporação das relações de raça e gênero, incluindo as masculinidades, como dimensões constitutivas da organização social do trabalho.

Para tanto, a abordagem qualitativa foi instrumentalizada a partir da articulação entre teoria e empiria como processo indissociável e coconstrutor da produção do conhecimento sociológico. Como técnica de obtenção de material empírico foram utilizadas entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado, o que permitiu flexibilidade na condução das conversas e abertura para o aparecimento de temas não previstos inicialmente. Com isso, a busca principal foi pela apreensão das percepções dos coletores sobre seu cotidiano, condições e relações laborais, assim como a sua posição social. Esse tipo de entrevista permite ainda captar os significados atribuídos às experiências pelos próprios trabalhadores e a forma como moldam suas identidades enquanto homens negros.

Foram entrevistados oito homens negros, com idade entre 35 e 62 anos, garis da Comlurb do município do Rio de Janeiro que trabalharam na atividade de coleta de lixo domiciliar em algum momento de suas trajetórias na empresa. Para selecioná-los para a entrevista foi utilizada a técnica da bola de neve (Becker, 1992), em que o próprio entrevistado indica outro possível entrevistado, ou um conhecido em comum entre mim e um gari me indicava o contato de um possível entrevistado. Isso se deve à necessidade de estabelecer uma rede de contatos que comunicasse aos trabalhadores uma certa confiança, por se tratar de uma categoria que sofre constante pressão e retaliação da empresa. Dessa forma, como estratégia ajustada às condições concretas de disponibilidade dos participantes, as entrevistas ocorreram tanto de forma presencial quanto por videoconferência. A realização das entrevistas foi encerrada no momento em que observei que os relatos passaram a apresentar recorrências e baixa incorporação de novos elementos analíticos.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro deles é voltado a uma breve revisão histórica com o objetivo de localizar socialmente os homens negros no Brasil escravocrata e no pós-abolição. Abordo o tema considerando processos sociais e históricos que levam à constituição da imagem desses homens, fundada na extrema exploração dos seus corpos para o trabalho braçal, extenuante e aviltante. Trato, assim, da origem histórica da sua condição social de inferioridade pautada em relações estruturais de trabalho na construção de uma masculinidade estigmatizada, tida como ameaçadora, ao mesmo tempo que subalterna. Ao fazê-lo, argumento que o racismo não opera

como elemento periférico, pois fundamenta e estrutura as relações de trabalho no país, cujos desdobramentos coloniais produzem efeitos que se projetam nas dinâmicas contemporâneas analisadas aqui.

No segundo capítulo, me concentro em abordar como as desigualdades de raça, classe e gênero, historicamente forjadas nas relações coloniais escravocratas estruturam a organização do trabalho no capitalismo. Para isso, desenvolvo o referencial teórico que sustenta minha análise sobre as relações entre essas três categorias essenciais para compreendermos o trabalho subalternizado no Brasil. Desse modo, articulo principalmente debates sobre masculinidades, divisão sexual e racial do trabalho em perspectiva interseccional. Inicialmente, examino as masculinidades como configurações hierárquicas e contextuais de poder, destacando as tensões entre hegemonia e subalternidade que marcam a experiência de homens negros. Na sequência, discuto os limites analíticos da noção clássica de divisão sexual do trabalho quando aplicada de forma isolada, propondo sua articulação com a divisão racial do trabalho como forma de compreender os mecanismos de organização do trabalho no capitalismo brasileiro, pautado em desigualdades estruturais. Com isso, pretendo sistematizar as teorias necessárias para aprofundar o debate sobre a complexidade e a multiplicidade das hierarquias e desigualdades estruturais que atravessam as experiências sociais dos homens negros coletores de lixo domiciliar.

Em seguida, dedico o terceiro capítulo ao aprofundamento da análise do trabalho como eixo central na construção da identidade masculina, examinando como, no interior do capitalismo, o “ser trabalhador” se constitui como fundamento moral, simbólico e social das masculinidades. Discuto a formação do “eu” trabalhador observando ideais masculinos de dignidade e reconhecimento construídos numa sociedade capitalista de alienação do trabalho. Em seguida, analiso a articulação entre trabalho e família como esferas mutuamente constitutivas na produção de uma masculinidade baseada no provimento e na responsabilidade moral. Por fim, investigo como o caráter racializado e estigmatizado de determinadas ocupações, especialmente aquelas associadas à sujeira, participa da subalternização das masculinidades negras, destacando o papel do trabalho na produção simultânea de estigma e de sentidos de dignidade.

Abordo, no quarto capítulo, os principais debates presentes na literatura especializada sobre o trabalho de coleta de lixo domiciliar, buscando sistematizar a forma como essa produção concebe a atividade e as relações cotidianas atravessadas por desigualdades, precarização, estigmatização e desvalorização desses trabalhadores. Argumento haver aí

limitações quanto à análise das relações raciais e de gênero como dimensões estruturantes da formação histórica e social dessa ocupação. Em seguida, apresento os caminhos metodológicos que orientam a construção da pesquisa empírica, refletindo sobre a minha própria posição social de pesquisadora, além dos desafios, imprevistos e possibilidades envolvidos no processo de realização das entrevistas com os coletores de lixo domiciliar da Comlurb.

O cotidiano do trabalho de coleta de lixo domiciliar a partir das entrevistas em profundidade que compõem o material empírico produzido é analisado no quinto capítulo. Viso a compreender como as relações de raça, gênero e classe se manifestam no âmbito material e subjetivo dos coletores da Comlurb. Examino como as condições precárias de trabalho, a exploração dos corpos, as relações hierárquicas, os processos de estigmatização e as experiências de sofrimento atravessam o cotidiano desses trabalhadores e participam da produção de masculinidades negras marcadas pela tensão entre subalternização e reconhecimento. Ao fazê-lo, argumento que a concentração de homens negros em uma ocupação historicamente associada a sujeira, degradação física e desvalorização social são expressões próprias das divisões raciais e sexuais do trabalho que estruturam a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, procuro demonstrar como esses trabalhadores elaboram sentidos de dignidade e valorização moral no próprio trabalho, revelando ambiguidades e contradições próprias das suas experiências sociais e identidades.

CAPÍTULO I

HOMEM ESCRAVIZADO, TRABALHADOR DEGENERADO: O RACISMO COMO FUNDAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

*No vestígio, o passado que não passou
reaparece, sempre, para romper o presente.
(Sharpe, 2023)*

Nesta seção da tese, optei por uma abordagem histórica por compreender que a bibliografia da área oferece o arcabouço teórico necessário para analisar a forma como os homens negros foram situados nas relações de trabalho no Brasil escravocrata e no período imediatamente posterior à abolição. Apesar do caráter sociológico da pesquisa, acredito que o diálogo circunscrito, mas consciente com a história, pode contribuir com dados que nos permitam visualizar mais nitidamente um passado não muito distante, porém negligenciado pela sociologia do trabalho brasileira. Temos quatrocentos anos de trabalho negro pouco analisados enquanto tal por esse campo de pesquisa, quer em sua substância quer em suas consequências na atualidade. O esforço hegemônico de tentar passar por cima dessa história lançando mão de uma postura intelectual que endossa o discurso de uma pretensa superação desse passado sombrio e primitivo teve efeitos também na produção sociológica nacional. Assim, um dos objetivos dessa pesquisa é resgatar o passado que reverbera com brutalidade no presente, longe de qualquer sentido de superação.

1.1 A QUIMERA DO HOMEM NEGRO: REVERBERAÇÕES DA ESCRAVIDÃO COLONIAL SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FIGURA DO “HOMEM/TRABALHADOR NEGRO”

O Brasil foi o país das Américas que mais recebeu pessoas africanas para o trabalho escravo entre os séculos XVI e XIX. Pelo menos 4,8 milhões de africanos foram forçosamente trazidos para o Brasil até 1850². Desse contingente, a maioria era composta por homens adultos. Até a abolição da escravatura, considerando as variações demográficas, os homens sempre representaram a maioria entre os escravizados, chegando a 76% dessa população durante o século XVIII, no auge da exploração do ouro em Minas gerais, Mato

² Em 1850 foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que decretava o fim do tráfico negreiro. Apesar disso, estima-se que 6.900 escravizados ainda tenham desembarcado no país entre 1851 e 1856 (Alencastro, 2018).

Grosso do Sul e Goiás. A quantidade de homens negros escravizados nunca foi inferior a 55% (Alencastro, 2018; Amantino; Freire, 2013; Klein, 2018). O Rio de Janeiro foi a cidade do continente americano que mais recebeu escravizados na primeira metade do século XIX, contando, em 1849, em seu auge, com quase 80 mil escravizados. A título de comparação, Nova Orleans, em 1860, contava com quase 14.500 (Karasch, 2000, p. 28).

Ser negro é ser o corpo negro, que emergiu simbolicamente na história como o corpo para o outro, o branco dominante. Assim, o corpo negro masculino é fundamentalmente corpo-para-o-trabalho e corpo sexuado. Está, desse modo, decomposto ou fragmentado em partes: a pele; as marcas corporais da raça (cabelo, feições, odores); os músculos ou força física; o sexo, genitalizado dimorficamente como o pênis, símbolo falocrático do *plus* de sensualidade que o negro representaria e que, ironicamente, significa sua recondução ao reino dos fetiches animados pelo olhar branco (Pinho, 2004, p. 67).

Para o trabalho e para o sexo os homens negros tiveram seu corpo-sem-mente instrumentalizado para servir durante a escravidão. Com a justificativa religiosa legitimada pela igreja católica sobre a ausência de alma desses sujeitos que, assim como as mulheres negras, foram considerados sub-humanos com base em comparações hierárquicas entre raças. Nesta perspectiva, o branco europeu ocupava o topo, de acordo com as suas próprias concepções colonialistas a respeito das diferenças fenotípicas e culturais percebidas entre eles mesmos e os demais povos que estavam fora do “velho mundo” (Munanga, 2008; Schwarcz, 1993). Em termos de gênero e raça, os homens negros e mulheres negras foram subalternizados no processo de colonização e escravização, tornando-se subespécies de homens e mulheres brancos e brancas.

Nesse processo de inferiorização, os homens negros mal eram homens, e não se tornaram no pós-escravidão, como afirma Fanon (2020). Portanto, as práticas, e valores sociais atribuídos ao homem na América portuguesa entre os séculos XVI e XIX não cabiam aos homens negros. Ideais de conquista, fortaleza, proteção, honra, humanidade, constância, lealdade, zelo para com os seus eram atributos, nesse dado contexto histórico, idealmente encarnados pelo rei — padrão mítico de masculinidade a quem todos os homens deveriam imitar —, que além de atuar como regente do reino, império e suas colônias, representava a figura de pai dos seus súditos, no sentido de interditar, constranger e aplicar punição e justiça (Viana Jr., 2013, 2016).

Esse plano ideal de masculinidade no qual nem os reis europeus eram capazes de se enquadrar funcionava como um referencial para aqueles que estavam submetidos ao seu

poder. Esse era o referencial de como um homem deveria atuar socialmente, resguardadas, é claro, as devidas proporções hierárquicas de poder numa sociedade monarquista. Diante da impossibilidade de se tornarem reis também, aos homens que não estavam na linha de sucessão real restava tentar se aproximar ao máximo desse ideal absoluto de masculinidade e do modo de vida real. Para isso, usavam as ferramentas sociais disponíveis numa sociedade altamente estratificada e que permitia pouca mobilidade (Viana Jr., 2013, 2016).

Grandes posses, descendência de famílias importantes e títulos concedidos pela realeza por conta de grandes serviços prestados à corte poderiam garantir a homens brancos um lugar de prestígio social e valorização de suas masculinidades. Os senhores poderiam, assim, exercer seus “direitos patriarcais” em contraste com os homens negros escravizados que não tinham a possibilidade de incorporar nenhum dos atributos desejáveis de uma masculinidade legitimada socialmente. Eles não se enquadravam no padrão dominante monarquista de masculinidade e nem em algum outro padrão de valor social, como o de senhor de terras, ocupante de autos postos militares, cavaleiro combatente ou desbravadores.

Davis (2016) e hooks (2019b), pensando no contexto norte americano, falam sobre a emasculação dos homens negros causada pelas relações patriarcais de violência e posse características do sistema de escravidão. As autoras ressaltam a condição de impotência desses homens em proteger suas companheiras e familiares dos brutais castigos e abusos promovidos pelos homens brancos senhores de escravos. Além da impossibilidade de prover materialmente a si e as suas famílias. O lugar de poder que seria destinado a um “homem de família” supostamente garantido pelo patriarcado não cabia ao homem negro nesse contexto. O patriarca era o homem branco, o senhor de escravos que exercia poder da forma mais extrema possível. “Embora as políticas de gênero da escravidão negassem aos homens negros a liberdade de agir como ‘homens’ segundo a definição das normas brancas, essa noção de hombridade se tornou o padrão usado para medir o progresso do homem negro” (hooks, 2019b, p. 176).

A liberdade e a autonomia são atributos relevantes para uma masculinidade valorizada socialmente, os quais foram sistematicamente negados aos homens negros escravizados. A dependência é simbolicamente feminina, para homens, emasculadora (Almeida, 1996). Segundo hooks (2019b), para os homens negros escravizados, a concepção de liberdade se baseava justamente na possibilidade de exercer o papel do patriarca cavalheiro benevolente, de desfrutar dos direitos e deveres que esse papel poderia lhes trazer. Suas aspirações não estavam em ser como o senhor de escravos, mas em ser um trabalhador, livre, honrado e que

cuida de sua família. A imagem dos homens negros popularmente identificada com a vadiagem é uma estratégia racialmente capciosa para desvalorizar e invisibilizar o papel edificador do homem negro, além de obscurecer o potencial desses sujeitos enquanto cidadãos (hooks, 2019b).

Na construção social e histórica da imagem a respeito dos homens negros enquanto vadios, podemos refletir sobre sua origem tendo em pauta a clássica dicotomia natureza *versus* cultura. Os povos não brancos, assim como as mulheres, são identificados com a natureza, já os homens brancos, com a cultura. Sendo a cultura fruto da elaboração social, agenciada para escrutinar e dominar a natureza, se estabelece no domínio dos homens brancos sob os outros a mesma lógica de dominação: as mulheres e os(as) negros(as) precisam ser controlados e postos sob o poder civilizador, missão que justifica a escravidão e o colonialismo (Brittan; Maynard, 1984 *apud* Collins, 2016).

A mente (cultura) é o âmbito do homem branco, o corpo (natureza), das pessoas negras. A degeneração racial, supostamente manifestada no corpo ultrapassaria, assim, o fenótipo, mas estaria também na impulsividade e irracionalidade sexual e na super aptidão para o trabalho bruto e sujo. A sexualidade e o trabalho, frutos desse corpo, são aspectos animalizados, ausentes de espírito. Estariam, portanto, sob as forças selvagens e místicas da natureza. Logo, o trabalho praticado pelo homem negro é degenerado, desprovido dos elementos que dignificam o homem (a mente, o espírito). A origem disso está na colonização e na escravização, que tornaram o trabalho manual racializado. Assim, não importa o quanto um homem negro trabalhe, ele permanece sob o estigma da vadiagem, pois o trabalho que dignifica o homem é branco.

1.2 ENTRE A LIBERDADE E O TRABALHO: A MARGINALIZAÇÃO DO HOMEM NEGRO ENQUANTO TRABALHADOR NO SÉCULO XIX

Quase quatro séculos marcaram o Brasil como um país cuja principal mão de obra foi o trabalho escravo de homens negros, que estiveram tanto no meio rural quanto no urbano, trabalhando nas lavouras, minas de ouro, construções civis e prestando diversos serviços nas casas e cidades. Porém, o trabalho, apesar de ter se tornado uma maldição, também denotou um caminho para a liberdade.

Já vimos que o Brasil foi o país que mais recebeu escravizados nas Américas, porém, é importante lembrar, também foi o país com a maior população de escravizados libertos e

descendentes de libertos do mundo. Já na década de 1780, mais de um século antes da abolição, a capitania de Minas Gerais, a mais populosa, contava com mais de 394 mil habitantes, 174 mil eram de pessoas escravizadas, das 220 mil pessoas restantes, dois terços eram de libertos e descendentes de libertos, nascidos livres (Paiva, 2018). Segundo Eduardo Paiva (2018), esse contingente impressionante de forros e forras por diversos meios, como alforrias dadas gratuitamente, legadas em testamento e aquelas negociadas sob algumas condições. Entre as condições estavam: bons serviços prestados, obediência e fidelidade, sedução, afeto e confiança mútua, que resultaram em concessão de alforria por parte dos senhores. Segundo Klein (2018), nesse contexto, mulheres, crianças e jovens se beneficiaram mais das alforrias voluntárias. Nos séculos XVIII e XIX a proporção de libertos por sexo era de 74 homens para cada 100 mulheres.

Quando nos voltamos para aqueles que compravam a sua própria alforria, Klein (2018) destaca que prevalece o grupo adulto e masculino. Os homens que conseguiam a liberdade dessa forma, em maior proporção ocupavam trabalhos qualificados, já as mulheres, trabalho doméstico. De acordo com Paiva (2018), apesar das alforrias voluntárias, grande parte dos motivos do elevado contingente de libertos no Brasil tem relação com a dinamização da economia urbana, da forma complexa com que era vivenciada. Isso deu margem a uma relativa flexibilidade no que se refere às negociações de posse do trabalho do escravizado, negociações que se davam entre escravizados e seus senhores, claro que de forma limitada e restrita, sob extremas relações de poder e dominação.

Ainda de acordo com o autor, eram três as principais formas de trabalho que davam maiores possibilidades para os escravizados criarem as condições materiais necessárias para obterem sua própria liberdade: o aluguel do seu trabalho, a coartação e a recompensa. A primeira se baseava na prestação dos seus serviços em troca de uma remuneração, em que parte dela pertencia ao seu senhor, que lhe repassava o restante. A coartação consistia na compra da sua própria alforria com pagamento em parcelas semestrais ou anuais por um período médio de três ou quatro anos. Nesse acordo, o senhor deveria se comprometer a não alugá-lo, vendê-lo ou mantê-lo recluso, permitindo sua livre procura por trabalho e remuneração. Já as recompensas aconteciam majoritariamente nas áreas de mineração de ouro e pedras preciosas. Os escravizados eram recompensados com a alforria, caso fizessem extrações significativas.

Karasch (2000) menciona como exemplo de compra coletiva de liberdade dos homens escravizados no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, o caso dos carregadores de

sacas de café da região portuária para a alfândega. A remuneração desse tipo de trabalho cobria o valor requerido pelos senhores e ainda sobrava para que, juntos, pudessem acumular a quantia necessária para comprar suas alforrias, um de cada vez, com sorteio de quem seria o próximo.

Muitas foram as lutas, estratégias e esforços para que a liberdade formal estivesse ao alcance da população negra nesse período. Em 1872, dez anos antes da assinatura da Lei Áurea, 74% da população de cor no Brasil já era livre (Klein, 2018). O trabalho esteve entre as principais ferramentas de libertação, ainda que de maneira paradoxal, pois, apesar de possibilitar a alforria, esse trabalho, ainda assim, era brutalmente exploratório e continuava a gerar lucros para os senhores. Contudo, a essa altura, essa classe já se encontrava pressionada pelo discurso e ação do movimento abolicionista e também pelos imigrantistas para que abrissem caminho para um Brasil mais civilizado, moderno e nos trilhos do trabalho livre capitalista.

A Lei Áurea, assinada no dia 13 de maio de 1888, ficou conhecida como um marco da libertação do povo escravizado foi recebida com grande celebração pela população negra. Houve dias de festas com muita dança ao som de tambores que pareciam prenunciar uma possível revolta para as elites brancas (Fraga, 2018). Apesar disso, a assinatura da lei não deu início a uma transição evolutiva entre a escravidão e a liberdade, nem em termos de trabalho, nem em termos de cidadania.

Negro e Gomes (2006) analisam esse período de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre no pós-abolição buscando minimizar as dicotomias hierarquizantes que envolvem os pares liberdade e escravidão, modernidade e arcaísmo, industrial e pré-industrial, rural e urbano para analisar esse complexo período de maneira menos teleológica. Essa linha argumentativa da qual os autores fogem é limitada, pois hierarquiza os polos entre atraso e desenvolvimento, o segundo representando o fim e o primeiro, o antes. A agência social é minimizada assim como a iniciativa dos sujeitos do primeiro polo em detrimento do segundo. No segundo, reina o protagonismo, no primeiro, a falta. Esse tipo de análise empurrou para as margens o caráter de trabalhador e trabalhadora dos homens negros e mulheres negras sob a escravidão e elegeu o trabalhador urbano, fabril e descendente de imigrantes europeus e europeias como o sujeito padrão dos estudos do trabalho.

Segundo os autores, essa suposta transição direta entre escravidão e trabalho livre se baseia mais em uma projeção das elites agrárias do que nos fatos históricos. O trabalho escravo, o trabalho livre e os seus meios termos conviveram tanto em períodos históricos de

escravidão, quanto no pós-abolição em um cenário intrincado de um país que buscava se equiparar ao desenvolvimento capitalista das nações europeias, mas ainda se encontrava mergulhado nas mais brutais relações de colonização. Interessava muito mais a essas elites uma aparência branca e civilizada do que mudanças concretas nas relações de trabalho e no sistema de produção brasileiros.

Ainda de acordo com os autores, essas projeções tiveram impacto sobre a produção intelectual a respeito desse período. Chalhoub (2012), indo na mesma direção argumentativa, observa na obra de Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) reflexos muito claros da ideologia das classes dominantes a respeito da população negra recém-liberta. Para o autor, o principal problema na interpretação de Fernandes está na ideia de que os negros se encontravam no pós-abolição em situação de “anomia” ou “patologia social”, o que dá a ideia de um contraponto com a “normalidade” do trabalhador livre europeu. Sendo assim, o negro liberto não estaria apto para assumir uma posição na sociedade capitalista e no trabalho livre, pois a situação de escravidão não lhes permitia desenvolver as técnicas exigidas para o trabalho nas indústrias, nem a disciplina e a mentalidade do trabalhador livre. Além disso, a escravidão os havia destituído de sua cultura e do senso de cooperação que a vida em família poderia desenvolver.

Negro e Gomes (2006) também ressaltam que Florestan Fernandes interpreta a transição do trabalho escravo para o livre como algo natural no curso da história, com uma concepção pendente em direção à ideia de evolução que determinava que a escravidão não caberia no capitalismo, um suposto estágio avançado de desenvolvimento econômico. Segundo os autores, pontos de vista economicistas como esse deixaram de lado outros aspectos do tecido social brasileiro que seriam essenciais para uma análise mais precisa: os processos históricos, conflitos sociais e a formação de uma classe trabalhadora que fugia dos moldes tradicionais europeus.

Desde a publicação do livro de Fernandes em 1965 — cujo valor inestimável, diga-se de passagem, é o de ter revelado uma sociedade profundamente racista —, prevalece na historiografia da transição este quadro bem montado da marginalização inevitável do negro por força da própria herança da escravidão carregada por ele. Ao negro apático, despreparado em termos ideológicos para o trabalho livre, costuma-se contrapor o imigrante disciplinado e responsável, já suficientemente condicionado à ética do trabalho contratual, em que capacidades de iniciativa e de auto-sacrifício combinam-se de forma maleável a fim de atender aos anseios de mobilidade e ascensão social. Além disso, e também ao contrário do imigrante, o negro não possuiria aqueles laços familiares tão necessários à reprodução e estabilidade de sua força de trabalho (Azevedo, 1987, p. 23).

Ainda no campo das dicotomias hierárquicas, Azevedo (1987) ressalta a separação entre escravidão e sistema capitalista traduzida em irracionalidade e racionalidade. No momento social e histórico que o Brasil estava vivenciando, em que as elites aspiravam ao fortalecimento do sistema capitalista nos moldes burgueses de progresso e desenvolvimento, era preciso superar o primitivismo e a brutalidade da escravidão. Dentre as alternativas possíveis, foi politicamente vencedora a ideia de excluir os ex-escravizados, os trabalhadores irracionais, e substituí-los pelos racionais, os imigrantes europeus, habituados ao trabalho livre.

Não se tratava, porém, de uma estratégia apenas econômica, era principalmente uma estratégia racial de salvação na nação. O aproveitamento da força de trabalho nacional livre não era uma opção, porque os planos das elites brasileiras estavam centrados no imigrante europeu como remédio para o mal que “atrasava” a nação brasileira: a degeneração racial. O europeu poderia, assim, ser um agente civilizador, redimindo a nação de um sistema de produção arcaico e também da negritude, recorrendo à miscigenação racial e ao exemplo moralizador para os negros vadios que resistiam ao trabalho. De acordo com essa linha de pensamento vigente na época, o negro representava a própria escravidão, era o erro bárbaro a ser corrigido. Abolir a escravidão se tornou, assim, determinante para afastar os prejuízos resultantes desse regime de trabalho e da sua mão de obra (Azevedo, 1987; Negro; Gomes, 2006).

Miskolci (2012) chamou de “o desejo da nação” essas projeções ideológicas, sociais e políticas das elites brasileiras que visavam a superar a população e o passado, tidos como empecilhos para o progresso, um projeto biopolítico de nação. Uma população não branca, pobre e tropical e um passado fincado no arcaísmo da escravidão negra deveriam ser higienizados, civilizados e embranquecidos. Tais ideias, no final das contas, foram a mola propulsora para a abolição da escravidão, que, porém, aconteceu sem que houvesse qualquer política de reparação e incorporação da população negra ao mercado de trabalho, mas sim à custa da desqualificação do elemento nacional — o trabalhador brasileiro — na constituição desse novo sistema de produção. Essa população, tão heterogênea, era vista como um empecilho para os planos das elites. A mais pungente política trabalhista engendrada no final do século XIX foi a de pró-imigração europeia que se dava em um regime republicano altamente autoritário, apoiado pelas elites contrárias a qualquer alteração de hierarquias e privilégios. Esse ideal de futuro deveria ser concretizado com o aniquilamento de uma

população que fazia parte de um passado associado à selvageria, ao atraso e aos instintos, tudo o que não servia para essa ideia de modernidade.

Segundo Azevedo (1987), um elemento pouco considerado, mas muito revelador é o medo que esteve como pano de fundo dos discursos e ações abolicionistas e ainda mais presente quando os negros se tornaram oficialmente libertos. O medo da vingança negra e de possíveis revoltas fomentadas pela revolução em São Domingos no final do século XVIII e a independência do Haiti em 1804, a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) e do potencial subversivo da população negra que já se materializava em forma de quilombos, revoltas, grandes insurreições e assaltos a fazendas poderia se agravar quando estivessem sob a liberdade, afinal comporiam uma população imensa de ex-escravizados. Além disso, de acordo com Miskolci (2012), o medo das elites estava fundamentado na aversão à possibilidade de dissipação das fronteiras raciais. Era um medo forjado num imaginário racial marcadamente presente na cultura.

A abolição se tornou, para as elites brancas, um mal necessário para abrandar o medo da revolta negra e para concretizar um projeto de nação alicerçado em fantasias de branqueamento e progresso, baseadas principalmente no modelo francês de civilização (Miskolci, 2012). De acordo com Chalhoub (2012), todas essas mudanças fizeram com que essas elites escravocratas repensassem o mundo do trabalho, deslocando a problemática de uma questão de propriedade do escravizado para uma questão trabalhista. “O processo que culminou no 13 de maio, no entanto, realizou finalmente a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho” (Chalhoub, 2012, p. 65).

É interessante destacar como Moura (2021) aciona a categoria de cidadania, tendo o trabalho como um dos seus principais aspectos. Para isso, o autor pensa em um contexto capitalista no qual os cidadãos e cidadãs são, por premissa, trabalhadores e trabalhadoras, mão de obra livre e assalariada. Partindo dessa perspectiva, o autor evidencia os mecanismos de discriminação racial utilizados para manter a população negra à margem do mercado de trabalho então emergente e, conseqüentemente, distante das possibilidades de acesso à cidadania plena. Tais mecanismos tinham como fundamento ideológico a concepção racista da inferioridade congênita da população negra, considerada incapaz de competir em condições de igualdade com trabalhadores brancos, especialmente imigrantes europeus e seus descendentes.

De acordo com o autor, do ponto de vista das relações de produção, o pós-abolição foi marcado pela substituição de um sistema por outro e pela substituição do próprio trabalhador,

a partir do momento em que a pessoa escravizada e deslocada do centro do sistema de produção para as suas margens, enquanto o trabalhador imigrante europeu e os seus descendentes brasileiros assumem lugar central.

O argumento das elites para explicar o suposto despreparo do trabalhador negro para assumir postos de trabalho no sistema capitalista era de que tantos séculos de escravidão teriam solapado desses homens a noção de justiça, respeito à propriedade e à liberdade, além de ter tirado deles a civilidade para o convívio na nova sociedade. Seriam irresponsáveis, pois nunca estiveram sob a sua própria tutela, mas apenas sob o paternalismo. Por esses motivos, tinham maior propensão ao crime, a ociosidade e ao vício (Azevedo, 1987; Chalhoub, 2012). Essas ideias tinham raízes arraigadas em determinismos biológicos e raciais.

Segundo Munanga (2008), nomes proeminentes da intelectualidade brasileira, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, entre outros, se basearam no “conhecimento científico” predominante no século XIX a respeito das raças humanas para construírem um ideal de nação baseada na homogeneidade étnica. Esses conhecimentos determinavam, de maneira biológica, uma hierarquia entre as raças, onde a branca se encontrava no topo e a miscigenação era causadora de degenerescência humana. Eram conhecimentos baseados em frágeis suposições, sem fundamento científico concreto e sustentável, alicerçados no racismo e no colonialismo da época.

Apesar das diferentes perspectivas desses intelectuais brasileiros, todos concordavam que a raça branca era superior às demais, seja intelectual, física ou moralmente. Essas vantagens estariam inscritas geneticamente. A mestiçagem, apesar de originalmente concebida como degenerescência, segundo as teorias do racismo científico, na interpretação da maioria desses intelectuais brasileiros, se tornou uma esperança na busca por uma identidade étnica única e unificadora para a nova nação que surgia após a abolição. Essa nação deveria ser homogeneamente branqueada, uma brancura tipicamente brasileira, que teve a mestiçagem como principal método de transição. As diferenças étnicas e culturais deveriam, assim, ser negadas e assimiladas pela brancura, numa espécie de etnocídio (Munanga, 2008).

Esse processo de miscigenação, apesar de ter como alvo o branqueamento da população predominantemente negra, também seria supostamente importante para o europeu que se estabelecesse no Brasil. Por questões de sobrevivência, era preciso que se miscigenassem para suportar um clima estranho ao de sua origem. Resultaria desse processo

um homem branco ariano superior, adaptado ao clima tropical (Azevedo, 1987). O objetivo era fazer nascer a mão de obra ideal, os trabalhadores que lançariam o Brasil em direção ao progresso pela via da elevação física, moral, intelectual e racial.

A assimilação é uma característica étnico-cultural brasileira, nos diz Paixão (2013), resgatando DaMatta (1986). Aquele, entretanto, enxerga esse traço da identidade nacional centrado na ideia de antropofagia, que é a absorção, a boca aberta para *comer* diferentes culturas e etnias de forma a englobá-las homogeneamente, matando a diversidade e subsumindo-a pela cultura e etnia dominante, a branca. Essa é uma característica central para entendermos as nuances da miscigenação à brasileira: o desejo por uma população de fenótipo branco, mas que se apropriasse utilitariamente do que era considerado proveitoso e do que acreditava-se impulsionar a nação, extinguindo o que era degradante.

De acordo com as ideologias do racismo científico, a degenerescência dos não brancos era uma questão de evolução da espécie, ou melhor, a falta de evolução. Com base no darwinismo social, os não brancos, portanto, não teriam alcançado o mesmo nível evolutivo psíquico dos brancos, por isso, seriam infantilizados, imorais, incivilizados, criminosos, pervertidos, animalizados, brutos, instintivos e irracionais.

A ideologia do branqueamento era, portanto, uma espécie de darwinismo social que apostava na seleção natural em prol da “purificação étnica”, na vitória do elemento branco sobre o negro com a vantagem adicional de produzir, pelo cruzamento inter-racial, um homem ariano plenamente adaptado às condições brasileiras (Carone, 2016, p. 16).

Paralelamente a isso, também na segunda metade do século XIX, ganhava força o evolucionismo social que daria origem à antropologia. Inicialmente, o conhecimento antropológico dividia os povos do mundo em seguimentos rígidos no formato de pirâmide que iam da selvageria à civilização (Schwarcz, 2018).

De um lado ficavam os evolucionistas sociais, que reafirmavam a existência de hierarquias na humanidade, mas dentro de uma mesma estrutura fundamental. De outro, os darwinistas sociais, que entendiam as diferenças entre as raças como elementos essenciais. Em comum reinava a certeza de que raça era conceito crucial a distinguir hierarquias entre povos e a cindir a própria humanidade (Schwarcz, 2018, p. 407).

De acordo com Azevedo (1987), tais ideais foram agenciadas de maneira muito conveniente e articulada na concretização dos interesses políticos, econômicos e sociais das

classes dominantes. Elas estavam, inclusive, nas bases do discurso que dizia que no Brasil se vivia em plena harmonia racial. À primeira vista e de modo muito contraditório, as concepções do racismo científico davam substância à ideia nacionalmente construída de “paraíso racial”. Essas ideologias sustentavam a inferioridade dos negros através da perspectiva de uma “natural” docilidade e conformismo com a escravidão, uma vez que, supostamente, a vivenciavam de forma benigna. Dessa forma, os negros seriam tratados com condescendência pelos seus senhores e por isso se recusavam a abandonar os laços familiares, de amizade e de amor que conservavam com eles. Essa escravidão era apresentada pela via do romantismo, que se manifestaria não apenas nas relações baseadas em “trocas justas” (trabalho em troca de proteção), mas também nos vínculos afetivos que resultavam na miscigenação, fruto das relações sexuais e amorosas entre as escravizadas e os seus senhores.

Dessa forma, não haveria razão para a abolir a escravidão. Era preciso proteger os negros de si mesmos e da sua má natureza com paternalismo escravista. O objetivo era de que debaixo dessa capa ideológica fosse possível manter esse sistema de produção pelo maior tempo possível. Além disso, procurava-se tornar o Brasil atrativo para os imigrantes norte-americanos vindos dos Estados Unidos, onde os conflitos raciais estavam em ebulição, e também para os europeus, que poderiam se assegurar de que aqui não enfrentariam questões raciais e seriam acolhidos por uma classe de proprietários muito condescendentes com relação às demandas e necessidades dos trabalhadores (Azevedo, 1987).

Os traços biológicos sustentados por concepções racistas de docilidade e perigo com relação aos negros eram contextualmente agenciados para justificar as medidas brutais de contenção das tentativas de resistência dos negros ao trabalho escravo. Apesar das tantas rebeliões organizadas contra os senhores e dos atos cotidianos de luta contra a escravidão, ainda assim, de forma capciosamente dominadora, eram representados como submissos a uma escravidão benigna, retratados como preguiçosos e vagabundos que se lançavam ao ócio e aos prazeres da vida. Nesse sentido, as revoltas da população negra representavam um perigo e a *vadiagem* exprimia um perigo moral, econômico e político para o Brasil (Azevedo, 1987).

Assim, o homem negro pode ser representado como primitivo, dócil e afável, porque não representa uma ameaça para a masculinidade hegemônica ocidental (poderosa, autoritária e cheia de iniciativa) ou, ao contrário, como brutal e sexualmente insaciável por oposição ao homem branco, descrito desta vez como um cavalheiro civilizado e protetor. Em resumo, nas sociedades coloniais e pós-coloniais, estruturadas pelo racismo, um homem é viril somente na medida em que isso pode ser útil aos interesses da masculinidade hegemônica das classes dominantes (Viveros Vigoya, 2018, p. 108).

Segundo Azevedo (1987), até mesmo os discursos abolicionistas eram carregados de ideologias racistas em suas tentativas reformistas de garantir a liberdade da população negra e preservar os interesses de lucro dos grandes senhores. A principal motivação dos abolicionistas não era a cidadania plena para a população negra, mas dar fim aos conflitos vistos por eles como essencialmente de classe entre senhores e escravizados. Tal movimento buscava abrir caminhos para a dissipação da imagem negativa do trabalho manual, ressignificando-o nos moldes capitalistas como aquele que traz dignidade ao povo. Dentre as contradições dos discursos abolicionistas, podemos observar: a necessária coação ao trabalho frente ao perigo da ociosidade dos libertos em contraposição à submissão natural destes ao trabalho pesado. Os dois discursos têm como ponto de interseção a inferioridade racial do negro, eram ideologias explicitamente raciais afirmadas em meio ao mito de um "paraíso racial" num país em que o maior problema social, supostamente, seria o conflito de classe entre senhor e escravo e não o conflito entre raças que essa luta de classe engendrava.

O homem negro foi e é encarado como um agente desregulador e ameaçador da ordem social (Souza, 2009), tanto no que se refere ao perigo que representa por sua imagem estereotipada de violência e brutalidade, quanto pela sua presumida aversão ao trabalho, sua preguiça e falta de disposição para contribuir com um pilar essencial para a conformação e reprodução da sociedade. Sua imagem de vadio é anômica. Ele precisa ser constantemente “adestrado” e forçado ao trabalho, pois ser trabalhador não é uma característica natural, como supostamente seria para o homem branco, de acordo com os preceitos do determinismo racial.

O medo racista e a ânsia por cercear a liberdade dos negros recém-livres foram claramente expressos no projeto de lei nº 33 (Brasil, 1888) de repressão à vadiagem, elaborado pelo ministro Ferreira Vianna em julho de 1888, quando as elites brancas ainda estavam exaltadas com a recente abolição, vista como uma ameaça à ordem vigente. Basicamente, o projeto pretendia “educar” os libertos através da obrigatoriedade do trabalho, reprimindo fortemente qualquer manifestação de “vadiagem”. Segundo as ideologias racistas que fundamentavam o projeto de lei, a ociosidade poderia naturalmente levar o negro ao desrespeito da propriedade privada, ao roubo, ao furto, além de ser uma brecha para perversão moral e o vício (Chalhoub, 2012).

Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida

em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (Chalhoub, 2012, p. 69).

Era necessário um argumento ideológico para a obrigatoriedade do trabalho para as classes populares. Chalhoub (2012) afirma que a construção do conceito de trabalho nesse período histórico passou por algumas etapas. Sua base está vinculada à ideia de que esse é o elemento ordenador da sociedade, sua “lei suprema”. O cidadão está em eterna dívida com a sociedade, pois ela lhe garante segurança, liberdade, direitos e honra, portanto, essa dívida deve ser paga com trabalho. O cidadão deve contribuir para que essa ordem permaneça e se perpetue. Em segundo lugar está a relação do trabalho com a moralidade, em que um dos principais papéis do trabalho seria moralizar os cidadãos. Quanto mais dedicado ao trabalho, mais moral é o indivíduo. No caso dos recém-libertos, moralizá-los era um caso de segurança e ordem pública.

Azevedo (1987) também se refere a esse processo correcional como uma necessidade de aprendizado moral. Era preciso um controle estatal sistemático que fosse além da coação policial, mas envolvesse a internalização das hierarquias, um reconhecimento subjetivo da posição social que a população ocupava e uma limitação das aspirações de ascensão social. O trabalho deveria ser a principal alternativa de vida para os nacionais pobres e os escravizados, para isso era preciso criar novas necessidades de consumo e prazer. Era imprescindível que ficasse claro para aqueles que não nasceram com privilégios sociais que o trabalho era a única alternativa de alcançar a cidadania.

Além da ociosidade, foram incorporadas à definição de vadiagem a falta de domicílio fixo e práticas que ferissem a moral e os bons costumes, tais como a bebedeira, além de manifestações culturais propriamente negras, como a capoeira e o samba. Isso fazia com que a maioria dos detentos sequer fossem presos por não terem um trabalho ou domicílio, mas de maneira arbitrária, a depender de como o policial definiu o que se enquadrava como vadiagem na relação com o possível condenado³. As sanções atingiam também mulheres negras, uma população intensamente perseguida pela violência policial e constantemente ameaçada de voltar a condição de cerceamento da liberdade (Lucas; Monteiro, 2020).

Segundo esse projeto de lei, as colônias de trabalho seriam o meio ideal de punição educativa para os condenados. A pena atribuída era de um a três anos para reincidentes, tempo considerado hábil para garantir uma reforma moral dos sujeitos (Chalhoub, 2012). A Colônia

³ A subjetividade nesse tipo de punição foi possibilitada pela Lei Alfredo Pinto, de 1899 (Brasil, 1899).

Correcional de Dois Rios, em Ilha Grande, foi criada com esse objetivo em 1893. Os presos trabalhavam coativamente com produção agrícola, pesca, agropecuária, serralheria, alfaiataria, sapataria, ferraria e olaria. Previa-se a geração de pecúlio para os detentos de bom comportamento, o qual seria repassado aos próprios sujeitos ou às suas famílias ao final da pena, assim que descontados os valores correspondentes à manutenção dos presos. Porém, na realidade, a maioria recebia tratamentos bárbaros e acabava morrendo em poucos meses por conta de doenças decorrentes de má alimentação e higiene precária (Lucas; Monteiro, 2020; Santos, 2006). É possível constatar o ímpeto das elites em manter os recém-libertos privados de liberdade, obrigatoriamente trabalhando, num processo de reescravização sob pretextos moralizantes, e, no limite, eliminá-los.

Apesar da aparente dicotomia vadiagem *versus* trabalho, a hipótese de Chalhoub (2012) é de que, na verdade, tem-se uma relação ininterrupta, parte do mesmo mundo social, e não de dois mundos diferentes. “[...] uma linha contínua que une o mais moral ao menos moral no universo ideológico, e o mais rico ao mais pobre na estrutura social” (Chalhoub, 2012, p. 79). Dessa forma, os supostos “dois polos” fariam parte, de forma constituinte e integrada, de um mesmo sistema social que se sustenta também na transgressão, intrinsecamente concebida de forma a reafirmar a norma e justificar o controle e a sujeição dos pobres e dos negros. Na realidade, segundo o autor, a vadiagem e o crime não se apresentam como consequências das imperfeições do sistema, pois são parte da sua perpetuação. Esse mundo, portanto, faz parte do contexto do trabalho e da ordem, ambos são construções ideológicas moralizantes com origem no imaginário racista e classista das elites dominantes.

Na segunda metade do século XVII, europeus pobres foram convocados para assumir os setores de emprego mais dinâmicos do “novo” Brasil que surgia. No ano de 1890, no Rio de Janeiro, mais da metade dos 89 mil imigrantes economicamente ativos estavam ocupados no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas. Já entre a população não branca economicamente ativa, 48% se ocupava com serviços domésticos, 17% se encontrava na indústria, 16% não tinha profissão declarada e o restante trabalhava em atividades extrativas de criação e agrícola (Chalhoub, 2012). A população negra assume, assim, seu lugar no mundo do trabalho no Brasil moderno, relegada à subordinação.

Como já mencionado, tais medidas pró-imigração subsidiadas pelo Estado não tiveram apenas motivações econômicas: o aspecto econômico estava intimamente ligado ao determinismo racial. Para que o desenvolvimento econômico e capitalista se concretizasse era

preciso evitar a degeneração racial causada pela negritude do país que mais traficou pessoas negras nas Américas e incentivar o branqueamento de uma população pobre e de cor que, em algumas gerações, com a mestiçagem, se tornaria uma população branca de trabalhadores livres qualificados, morais e éticos.

Principalmente em termos quantitativos, “o desejo da nação” não se tornou realidade: em 2022, os indivíduos autodeclarados negros compunham 56% da população (IBGE, 2023), uma prova de resistência diante de um plano nacional que previa a extinção desse grupo social dentro de alguns séculos. Seguindo a previsão radical de João Batista Lacerda, intelectual que à época ocupava o cargo de subdiretor do Museu Nacional, no primeiro Congresso Universal das Raças, em 1911, em apenas um século seríamos um Brasil branco (Schwarcz, 2011). Quase quatro séculos de uma das mais massivas escravidões do mundo, um século para os negros serem extinguidos. Uma limpeza.

As hierarquias de gênero, raça e classe passaram a operar, em conjunto, fortemente na construção desse ideal de nação enviesado pela sexualidade interconectada ao âmbito material e produtivo. O embranquecimento étnico e cultural só poderia ser concretizado pelo erotismo, pelo desejo (Miskolci, 2012; Moutinho, 2004; Restier, 2019). Segundo Laura Moutinho (2004), isso se dava com base em modelos patriarcais de gênero e sexualidade que instituíam o homem enquanto patriarca, aquele que detinha o papel ativo na família e também sobre o seu desejo, que não era sexualmente satisfeito com a esposa, guardião da família e da descendência, além de assexuada, mas sim, com a amante.

Quando racializamos os sujeitos dessa tríade patriarcal, percebemos que o casal central é composto por uma mulher e um homem brancos e a amante, negra, pervertida sexualmente pela raça, erotizada, secreta e perigosamente desejada. É através desse desejo eroticamente maldito e apoiado por um imaginário racial altamente sexista que a nação brasileira deveria se erguer. O útero negro teria a possibilidade de “se limpar”, gerando uma prole branqueada, que deveria se tornar mais branca a cada geração, com os genes salvadores do homem branco. A brancura vem do pai (Miskolci, 2012; Moutinho, 2004; Restier, 2019).

No entanto, quem ficou de fora dessa tríade mítica construtora da nação foi o homem negro, que, conforme Restier (2019), ocuparia o lugar de agente enegrecedor, uma ameaça, tanto para mulheres brancas — úteros que garantem a perpetuação da raça, da família e da herança — quanto para os homens brancos, que teriam seu poder sobre as mulheres e o seu lugar de vantagem no patriarcado ameaçados. Dessa forma, o homem negro aparece nessa alegoria como o perigo, aquele que deve ser eliminado, incapaz de dar origem a uma

civilização que não seja a do atraso, da desonra e da desordem. Remodela-se, assim, em forma de antagonismo, o lugar subalterno do homem negro no Brasil, que sai da condição de propriedade do homem branco para o lugar de antítese do homem branco.

Em uma sociedade que pretendia estabelecer a igualdade formal característica dos regimes republicanos como um de seus pilares (capengas) de modernidade, esse elemento de antítese entre masculinidades que se conformava ganha novos contornos. A liberdade dos homens negros e o dismantelamento da sua condição de posse dos homens brancos se torna uma ameaça direta à perpetuação da dominação desses homens. A hegemonia masculina branca estava sob risco, era preciso manter os homens negros em lugar de subalternidade, não apenas racial, mas de gênero, classe e status, de forma inseparável. Em vista disso, as ferramentas opressoras e discriminatórias que operavam no âmbito político, cultural, material e interpessoal não atuavam apenas para conservar a subalternização social desses homens no novo tempo que emergia, mas também para reafirmar e constantemente construir, num jogo de oposição, a masculinidade branca enquanto ideal.

De acordo com Moura (2021), o homem negro simboliza a antipropriedade, dado o seu potencial de autonomia garantido pelo gênero, uma vez que, no período pós-escravidão, não permaneceu servindo como objeto doméstico-sexual do homem branco, como ocorreu com a mulher negra, e pela ameaça de competição econômica no mercado de trabalho. Dessa forma, após a reformulação das justificativas ideológicas da escravidão no interior da sociedade competitiva, o homem negro se tornou o polo negativo da sociedade, o sujeito do desemprego, da vadiagem, da criminalidade e da preguiça, o lumpemproletariado.

Nesse contexto, reafirmar a hegemonia da masculinidade do homem branco era mais do que manter intacto o patriarcado e todo um sistema de opressões e privilégios baseados na brancura, no gênero, no status e na classe, mas significava salvar o país do abismo, do atraso. De acordo com o sonho ideológico das elites dominantes brasileiras, era justamente o poder patriarcal do homem branco que poderia garantir o livre acesso às mulheres, tanto as brancas, quanto as de cor, para que, assim, clareassem uma nação que estava sob sombras.

Se “o trabalho e o desempenho sexual funcionam como as principais referências para a construção do modelo de comportamento dos homens” (Nolasco, 1995, p. 50), é possível inferir que os homens negros, expulsos do que há de valorizado no mundo do trabalho e na sexualidade idealizada pelas classes dominantes, entrariam no Brasil capitalista por meio da precariedade e da subalternidade.

CAPÍTULO II

CADA UM EM SEU DEVIDO LUGAR: A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO BASEADA EM GÊNERO E RAÇA

*Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão
De quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o
chão
Negra é a mão
É a mão da pureza*

(Gil, 1984)

Neste segundo capítulo, investigo as hierarquias que estruturam o sistema de produção capitalista baseadas em eixos de diferenciação, desigualdade e discriminação que ordenam os postos de trabalho. Abordo como tal ordenamento se dá de forma a estabelecer relações de subalternidade e hegemonia entre os grupos sociais. A partir desse pressuposto, entendo as desigualdades de raça, gênero (intragênero) e classe de forma complexa, capazes de estabelecer múltiplas e intrincadas relações que operam na subalternização das masculinidades negras, o que se manifesta também no âmbito laboral. Com o objetivo de compreender tais relações, com base na perspectiva interseccional, proponho a instrumentalização dos conceitos de divisão sexual e divisão racial do trabalho de forma articulada, defendendo o argumento de que o gênero e a raça se coconstroem e, relacionados, operam como princípios organizadores da divisão social do trabalho com força discriminadora equivalentes. Com isso, tenho em vista analisar a posição social complexa que os coletores de lixo domiciliar ocupam na estrutura hierárquica desse sistema enquanto homens negros que trabalham com o lixo.

2.1 MASCULINIDADES: ENTRE A HEGEMONIA E A SUBALTERNIDADE

As reflexões e ações políticas do movimento feminista, que têm como primícia a desnaturalização do sexo, afirmam o caráter socialmente construído das suas manifestações através do gênero (Rubin, 2017; Scott, 1995). Essas ideologias e práticas abriram portas para que o masculino também fosse desessencializado, desbiologizado. Elas foram difundidas desde os anos 1970, quando pesquisas nas áreas de psicologia, antropologia e sociologia sobre masculinidades começaram a se desenvolver, nessa perspectiva de desnaturalização. Além

disso, propaga-se o entendimento sobre a pluralidade e as hierarquias intrínsecas às masculinidades, que passam a ser teoricamente inseridas no jogo de relações de gênero, recusando as noções de neutralidade e universalidade, mas considerando as especificidades de um “lugar” social sujeito à análise, problematização e escrutínio (Connell; Messerschmidt, 2013; Kimmel, 1998; Souza, 2009; Viveros Vigoya, 2018).

Dentre as abordagens possíveis para tratar sobre as masculinidades, Kimmel (1998) e Connell (2003) adotam, respectivamente, a sociológica e a antropológica com o discernimento de que essas seriam construções sociais constituintes das relações de gênero. Consequentemente, essas relações estariam localizadas em uma estrutura hierárquica de poder e opressão na qual estão interligadas a outras relações sociais que também estabelecem diferença e desigualdade, tal qual raça, etnia, sexualidade e classe.

Os dois autores postulam as masculinidades tendo alguns pressupostos em comum no que se refere a sua definição. De acordo com as suas teorizações, é possível assinalar alguns aspectos primordiais para a compreensão do conceito: diversidade, hierarquias, contextualidade social e cultural e historicidade. Percebe-se, assim, a desconstrução de uma suposta “essência masculina”, pois essas relações são moldadas pelo contexto social e cultural, o que varia no tempo e no espaço. Porém, apesar de se construírem na pluralidade, carregam forte sentido hierárquico, o que se manifesta entre os próprios homens e principalmente com relação às mulheres, campos de poder interrelacionados, segundo Kimmel (1998).

A circunstancialidade das masculinidades é um aspecto enfatizado por Kimmel (1998), para quem elas se manifestam de forma extremamente cambiantes em diferentes contextos sociais. Porém, apesar dessa fluidez, a ideia de dominância dos padrões de masculinidade é evidente para os dois autores, nas sociedades ocidentais, em que relações de dominação masculina são demarcadas com relação às mulheres e à comunidade LGBTQIAPNB+, principalmente. No entanto, de maneira contingencial, essa dominação hegemônica também se estende aos homens racializados e de estratos sociais inferiores.

Partindo desse pressuposto, as pesquisas de Carring, Connell e Lee (1985) resultaram, dentre outras sistematizações, na elaboração do conceito de masculinidade hegemônica. O conceito ganhou destaque entre os estudos de masculinidades e, contemporaneamente é um dos mais mobilizados entre os teóricos e teóricas do tema. Os autores se propõem a pensar as masculinidades inscritas em múltiplas relações de poder, tendo como mola propulsora de sua elaboração a experiência dos homens gays, situados em relações de opressão frente aos

homens heterossexuais. Além de afirmar a pluralidade hierárquica entre masculinidades como um de seus principais fundamentos, o conceito enfatiza a constante luta pela dominância, conforme a ideia de hegemonia de Gramsci, na qual Connell se inspirou para suas próprias teorizações (Connell, 2003; Connell; Messerschmidt, 2013).

A masculinidade hegemônica, portanto, se refere a um conjunto padronizado de práticas que fazem possível a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres e a subjugação de outras masculinidades. “Falar de *prática* significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico” (Connell, 1995, p. 188). Essa definição se opõe a outras que concebem as masculinidades como uma série de expectativas de papéis sociais ou apenas uma identidade, ela busca expressar como esses padrões de masculinidade agem na construção e perpetuação da ordem de gênero.

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 250).

A normatividade é o que faz da masculinidade hegemônica um padrão com o qual todos os homens se relacionam. Todos estão de frente para ele em termos de adequação ou inadequação, proximidade ou afastamento. A cumplicidade daqueles homens que não se enquadram nesse padrão é fundamental para sua perpetuação, assim como a condescendência das mulheres heterossexuais ao validarem tais práticas. Dessa forma, a hegemonia se constrói, justamente, na ampla cumplicidade e legitimação daqueles que são dominados por ela. A força da hegemonia se faz a partir da inscrição da sua dominação na cultura e nas instituições sociais (Connell, 2003, 2016; Connell; Messerschmidt, 2013).

Ao propor os níveis local, regional e global de análise das masculinidades hegemônicas, Connell e Messerschmidt (2013) destacam que as práticas de gênero não podem ser compreendidas como fenômenos restritos às interações imediatas ou a contextos culturais isolados. A autora enfatiza a necessidade de uma abordagem histórica e global das masculinidades, considerando que elas são produzidas por processos sociais amplos, atravessados por dinâmicas transnacionais, coloniais, econômicas e políticas (Connell, 2016). A autora enfatiza a importância dos estudos das masculinidades estarem atentos às estruturas coloniais e imperiais globais que constituíram historicamente as masculinidades hegemônicas e não hegemônicas e que influenciam, cada vez mais fortemente, as masculinidades

contemporâneas. Nesse processo, a raça se tornou parte indelével das dinâmicas de gênero, construindo relacionalmente tanto as masculinidades da metrópole quanto as das colônias (Connell, 1995).

Quando se referem às masculinidades hegemônicas como um padrão inscrito nas relações de gênero, Connell e Messerschmidt (2013) afirmam que esse padrão não corresponde de forma personificada a um modelo que possa ser encarnado em um ou alguns homens reais. Podemos nos referir a ele, então, como um conjunto de ideias, fantasias e práticas que conformam concepções quase mitológicas sobre o que há de mais honrado e viril em um indivíduo. Assim, todos estão em algum nível se relacionando de forma a validá-lo e/ou rechaçá-lo.

A força do modelo dominante está, precisamente, no controle e na acomodação da ideia de haver algo inalcançável frente ao desejo, o que faz com que cada homem se veja inferiorizado por ele, em maior ou menor escala. Ao mesmo tempo, ainda que não compactuem com esse padrão, manifestam sua masculinidade sempre em relação a ele, mesmo que se opondo ou buscando subvertê-lo.

Dessa maneira, a convivência social entre a masculinidade hegemônica e as demais é marcada por sobreposições e zonas de indefinição entre suas fronteiras. Apesar da força do padrão, isso não faz com que esteja destacado em um pedestal de pura dominação, pois é algo entremeado em complexidades e contradições que borram as linhas hierárquicas, embora ainda se traduza em poder. Segundo Connell (2003), essa é a forma mais eficaz de sustentação da hegemonia, posto que não se impõe apenas por meio da violência, nas suas variadas formas e efeitos, é constituída também por traços considerados positivos por aqueles que são subordinados por ela.

No interior da ordem de gênero, para além da masculinidade hegemônica, situam-se as masculinidades subordinadas, noção formulada por Raewyn Connell (2003) ainda não amplamente desenvolvida em toda a sua complexidade pela autora. Essas masculinidades são definidas relacionalmente, em contraposição à hegemonia, sendo marcadas por diferentes formas e graus de desempoderamento decorrentes de sua inadequação ao padrão dominante. Nesse campo de hierarquização, é possível identificar também outras posições, ainda subordinadas, como as masculinidades cúmplices e as de protesto. As primeiras contribuem para a manutenção da hegemonia ao validarem o padrão dominante, seja por condescendência, seja pela aspiração de se aproximar dele. Já as masculinidades de protesto

se constituem baseadas em uma postura crítica, por vezes subversiva em relação à norma hegemônica.

Relações de diferença e desigualdade de raça, etnia, classe, sexualidade, geração, capacidade e região associadas às relações de gênero formam os principais eixos de produção de hierarquias que situam as masculinidades não hegemônicas em posições de subordinação no interior das relações intragênero. Tal perspectiva desloca o gênero de um lugar fixo nas hierarquias de poder, em que outras categorias modulam essas relações, estabelecendo, assim, relações sociais outras, que fluem por essas hierarquias muito mais através da contextualidade e da contingencialidade do poder e da subordinação do que da fixidez de “tipos” previamente estabelecidos (Almeida, 1996; Connell, 1995, 2003; Pinho, 2004).

Kimmel concebe a relação entre hegemonia e subalternidade (1998) pautado na complementariedade e não em uma relação de superação. Baseado nos estudos de Andre Gunder Frank sobre a América Latina, o autor defende que há uma relação e não uma superação entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Portanto, simultâneo ao padrão de masculinidade hegemônica modelar, está a subordinação “outrificada”, controversa, “errada” cujo desvalor afirma o valor do padrão.

No mesmo tom de Kimmel (1998), Pinho (2004) também entende haver entre a hegemonia e a subalternidade uma relação íntima, mutável e em constante disputa:

[...] quando se fala de hegemonia e subalternidade, fala-se de processos dinâmicos de construção e reconstrução de hegemonias ou de consensos parciais sobre o sentido das relações sociais, seus significados e práticas instituintes. Ou seja, *hegemônicos* e *subalternos* não estão definidos essencialmente, mas sim como sujeitos políticos engajados em jogos de poder e dominação que ocorrem em contextos sociais estruturados, porém abertos à inovação (Pinho, 2004, p. 65).

Assim, Pinho (2004) sustenta que a relação entre hegemonia e subalternidade se dá de forma circunstancial, na medida em que um mesmo indivíduo pode estar em situação de hegemonia em determinado contexto e de subalternidade em outro, dependendo das relações sociais em que está inserido ou que vivencia no momento. Essas identidades podem ser algo de permanente contradição.

Ainda sobre essa relação, Almeida (1996) usa um intrincamento para se referir às masculinidades hegemônicas e subalternas. Logo, as masculinidades subordinadas não seriam versões excluídas da masculinidade hegemônica, mas produto dela, “efeitos perversos desta”

(Almeida, 1996, p. 162). Uma constante coprodução de relações complexas de poder numa incessante luta pela hegemonia.

Do ponto de vista da reflexividade da construção das identidades dominantes, Kimmel (1998) aponta que essas masculinidades não se constituem como identidades sociais específicas e reconhecidas por meio de processos reflexivos. Ao contrário, constroem-se como universais e neutras, naturalizando-se como padrão de normalidade e como expressão do indivíduo pleno. Nesse sentido, é privilégio da masculinidade hegemônica não ser percebida como particular, mas como medida do humano. Como observa Miguel Vale de Almeida (1996, p. 179), “o modelo hegemônico define o masculino como a ‘forma acabada’ de pessoa”. Por isso, homens brancos privilegiados não refletem sobre seu gênero, raça e sexualidade como constituintes de uma ordem social diversa e hierárquica. Nesse sentido, eles são apenas o “um”; os demais são os “outros”, definidos pela ausência, pela incompletude, pela degeneração, pelo desvalor. “[...] a principal maneira pela qual os homens buscavam demonstrar a sua aquisição bem sucedida de masculinidade era desvalorizando outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro” (Kimmel, 1998, p. 113).

Ironicamente, estes “outros” foram tornados “outros” pela declaração de que ambas afirmações eram verdadeiras simultaneamente. Os escravos negros eram vistos como homens dependentes e indefesos, incapazes de defender as suas próprias mulheres e crianças, incapazes de sustentar uma família e completamente “escravos” de seus próprios desejos carnis e da violência bestial. Os indígenas norte-americanos eram igualmente bobos e ingênuos, as “Crianças Vermelhas” inocentes da nação, e também eram vistos como selvagens sedentos de sangue (Kimmel, 1998, p. 114).

Na imagem social do masculino subalterno está inscrita além da hipermasculinização, a feminização, estereótipos ambivalentes que serão mais bem explorados a seguir. A masculinidade é construída no arraigado contraste com a feminilidade, que representa um enorme demérito social no que se refere aos seus símbolos, práticas e manifestações (Kimmel, 1998). A dependência, a emocionalidade e o descontrole sobre o próprio corpo e a incapacidade de prover segurança e sustento são atributos considerados socialmente femininos em seu lugar atribuído de infantilização e incompetência. “Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e capacidade de ação, como tal, acessíveis a homens e mulheres” (Almeida, 1996, p. 162).

Viveros Vigoya (2018), em seus estudos sobre homens negros na América Latina, argumenta que tanto o feminino quanto o negro são historicamente construídos como alteridades que desafiam a lógica racional e universalizante associada à masculinidade hegemônica branca, sendo frequentemente vinculados à natureza, à emoção e à corporalidade. Nesse sentido, o negro, assim como ocorre com o feminino, é frequentemente definido por meio de estereótipos ambivalentes e opostos. A autora exemplifica esse processo citando figuras como a virgem e a prostituta ou a mãe e a bruxa, que condensam atributos de pureza e perigo. De modo semelhante, os homens negros recebem atributos que oscilam entre a docilidade e a ameaça, sendo tais representações mobilizadas de acordo com a conveniência das relações de poder, de forma a sustentar a posição dominante dos homens brancos.

Já a hipermasculinização os objetifica e animaliza, de modo que são representados de modo alegórico, com base em um imaginário de brutalidade que excede a hombridade exigida pelo padrão hegemônico. Tal brutalidade é temida, mas não valorizada. A raça é a principal categoria que, associada ao gênero, pode levar homens não brancos a serem hipermasculinizados, como já abordado anteriormente; assim, a negritude é um signo de inferioridade humana. A hipermasculinidade seria, desse modo, imbuída de uma irracionalidade animalesca, não tolerada pelos princípios utópicos de autocontrole, frieza e disciplina de um “verdadeiro homem”.

Frente à masculinidade hegemônica, padrão que não corresponde a nenhum homem em específico e que não está mesmo ao alcance, de forma consistente, de homem algum, as masculinidades subalternas se apresentam mais diversas e abarcam a maioria das manifestações de masculinidades existentes. Nem por isso a condição de subalternidade, nesse caso, se apresenta de forma “inclusiva” e horizontal, como se dentre aqueles que não estão próximos do padrão houvesse alguma possibilidade de igualdade. Pelo contrário, a luta pela hegemonia torna as masculinidades hostis e competitivas umas em relação às outras, mesmo entre aqueles que não estão, em nível macro, em posição dominante.

Dessa maneira, quando olhamos para os homens negros cisgênero, heterossexuais, adultos, urbanos, sem deficiências, ou seja, os homens negros que se encaixam em um perfil esperado do que seria o padrão imaginado sobre um “um homem negro”, ainda assim, eles ocupam posição complexa nessas hierarquias. São encarados como uma potencial ameaça de desestabilização da hegemonia branca, como se pudessem “competir”, ainda que em posição de desvantagem com relação ao modelo dominante. Embora usufruam de determinadas vantagens associadas ao gênero, ainda são atravessados por mecanismos sociais que buscam

reiterar sua inferiorização. Os homens negros, assim, permanecem submetidos a constrangimentos estruturais que limitam seu reconhecimento e sua legitimidade como sujeitos plenos. Esses processos se materializam em diferentes esferas da vida social, particularmente no plano material, no qual desigualdades no acesso a trabalho, renda e condições dignas de existência incidem diretamente sobre a possibilidade de afirmação de masculinidade.

2.2 A DIVISÃO SEXUAL/RACIAL DO TRABALHO

Diante do exposto, o que quero postular como um dos pontos principais deste capítulo é justamente o impacto dos padrões hegemônicos de masculinidade na criação da subalternidade que forja as masculinidades dos homens negros no mundo do trabalho, aspecto que considero central na formação das masculinidades, sendo um dos principais responsáveis pela aproximação dos homens com a dominação ou com a inferioridade social (Almeida, 1996; Nolasco, 1995; Tolson, 1979; Viveros Vigoya, 2001).

Para desenvolver este tópico, julgo importante destacar alguns indicadores que podem nortear o entendimento sobre as desigualdades no mercado de trabalho brasileiro. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística PNADC/IBGE, elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024) (DIEESE), no segundo trimestre de 2024, 5,6% dos homens trabalhadores não negros ocupavam cargos de direção e gerência, enquanto, entre as mulheres não negras, esse percentual era 4,6%. Entre os homens negros, o percentual era de 2,1% em posições de liderança; mulheres negras ocupavam 2,0%⁴ desses lugares.

Considerando trabalhos desprotegidos, ou seja, desprovidos de direitos trabalhistas, 45,8% dos homens negros estavam nessa situação no ano de 2024; entre as mulheres negras, esse percentual chega a 46,5%. Homens e mulheres não negros apresentam, respectivamente, 34,1% e 34,3% (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024). A informalidade e a desproteção trabalhista são constantes em países periféricos, devido à ausência histórica do estabelecimento de um modo de produção fordista e do Estado de bem-estar social, tendência global acarretada pela reestruturação produtiva do capitalismo, em

⁴ Esses indicadores devem ser colocados em perspectiva com o fato de que apenas 9,2% da população negra no Brasil possui ensino superior completo, em contraste com 20,4% da população branca que alcançou esse nível de escolaridade (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024).

curso desde os anos 1980 (Filgueiras; Druck; Amaral, 2004). Porém, no Brasil, essa situação é agravada, porque a população negra foi posta à margem do mercado de trabalho após a abolição do regime escravocrata.

Os dados relacionados aos rendimentos colaboram para que relativizemos interpretações simplificadas sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2024, as mulheres brancas apresentavam rendimento médio mensal de R\$ 3.404,00, valor superior ao dos homens negros, cujo rendimento médio era de R\$ 2.610,00. Já as mulheres negras recebiam, em média, R\$ 2.079,00 mensais; homens brancos concentravam os maiores rendimentos, alcançando média de R\$ 4.492,00. Os dados revelam, portanto, uma estrutura desigual, marcada simultaneamente por privilégios raciais e de gênero, embora os homens, de maneira geral, apresentem rendimentos superiores aos das mulheres, essa diferença é profundamente atravessada pela raça. Isso porque os baixos rendimentos das mulheres negras reduzem significativamente a média geral feminina, ao passo que os altos rendimentos dos homens brancos elevam a média masculina. Desse modo, comparações gerais entre “homens” e “mulheres” podem obscurecer a heterogeneidade interna dos grupos e as dinâmicas específicas de desigualdade racial que estruturam o mercado de trabalho brasileiro.

Com esses dados, quero salientar a centralidade de uma interpretação analítica que considere as complexidades inerentes a tais desigualdades que não se mostram de forma tão vertical em sua forma de gênero (homens no topo, mulheres na base). Essa suposta verticalidade, na verdade, é desconstruída por intersecções marcadas por relações raciais que, na articulação com o gênero, determinam a posição ocupada pelos indivíduos no sistema de estratificação ocupacional (Wingfield; Alston, 2012). Os dados ilustram que os homens negros estão mais próximos das mulheres negras em termos de precariedade e subalternidade econômicas, o que evidencia sua posição desprivilegiada com relação à das mulheres brancas no mercado de trabalho, pois, embora situadas em uma ordem patriarcal, elas se beneficiam de privilégios raciais. Ainda mais acentuada é a distância que separa homens negros de brancos, pois compartilham a pertença de gênero, mas são profundamente diferenciados pela raça.

O feminismo materialista francês, do qual são partidárias teóricas como Christine Delphy, Collete Guillaumin, Paola Tabet, Monique Wittig e Danièle Kergoat (Curiel; Falquet, 2014), principal corrente feminista a se voltar para os estudos de gênero em meio às relações de trabalho, considera que a relação social (*rapport*) e histórica entre homens e mulheres é

uma relação de classe estabelecida em termos de materialidade, através da exploração da classe dos homens sobre a das mulheres. Sendo assim, segundo essa corrente de pensamento, há, entre homens e mulheres, uma luta de classes no campo das relações de sexo em função do antagonismo quanto aos seus interesses (Abreu, 2018; Curiel; Falquet, 2014; Delphy, 2015; Guillaumin, 2014).

Se aplicarmos essa ideia para analisar a situação dos homens negros nessa segmentada estrutura do mundo do trabalho no Brasil, percebemos que ela não dá conta das suas complexidades. Não porque de fato não haja uma relação de exploração e opressão entre homens e mulheres, mas sim porque essas relações são atravessadas de forma arraigada pela categoria racial, fator que torna a inferioridade das mulheres em relação aos homens no plano material contingenciada por todo um histórico de dominação e opressão colonial da população branca sobre a população negra.

Além disso, as concepções binárias de gênero, que instituem a ideia de “homem” e de “mulher”, se fundam em perspectivas eurocêtricas e universalizantes que se pretendem neutras e englobantes. Porém, na verdade, traduzem-se na experiência de indivíduos brancos, cisgênero, heterossexuais, ocidentais e urbanos, ou seja, demarcadamente em posições sociais específicas, envolvidos em relações sociais de contextual privilégio. A desconstrução dessa universalidade se tornou possível graças ao feminismo negro e decolonial que, primeiramente, reivindicou a abertura da categoria “mulher” (Collins, 2019; Davis, 2016; Gonzalez, 2018b; hooks, 2015; Oyěwùmí, 2021; Truth, 2020; [entre muitas outras...]) e mais tardiamente questionou a categoria “homem” (Collins, 2004; hooks, 2022; Wallace, 2015), de modo que outros marcadores pudessem ser considerados sem o prejuízo da invisibilização e da negação de individualidades, especificidades, contingencialidades e da forma diversa e desigual que os diferentes grupos de mulheres e homens vivenciam o cotidiano das relações sociais.

Apesar de ser baseado nessa binariedade, o conceito de divisão sexual do trabalho é o mais mobilizado para analisar as desigualdades e hierarquias de gênero no mundo do trabalho, sendo um dos mais importantes frutos da corrente feminista materialista francesa. Segundo Hirata e Kergoat (2007), ele pretende dar conta da divisão social do trabalho no capitalismo, que separa hierarquicamente as atividades de acordo com o sexo dos indivíduos. Dessa forma, os papéis sociais de sexo estabelecidos definem que as mulheres deveriam ser responsáveis pelo trabalho reprodutivo no mundo privado — o trabalho de reproduzir a vida — e os homens, do trabalho produtivo no mundo público, aquele que gera lucro. Essa divisão é baseada em ideias essencialistas que invocam uma suposta natureza biológica que torna os

indivíduos competentes com base no seu sexo para determinados tipos de trabalho, além de sustentar uma presumida complementariedade de papéis na sustentação da vida cotidiana e familiar e na perpetuação da mão de obra capitalista. A divisão sexual opera dualizando, hierarquizando e generificando as profissões em trabalhos feminilizados com características reprodutivas, emocionais e subordinadas; e os trabalhos masculinizados que envolveriam racionalidade, tecnicidade, força física e liderança.

Porém, o padrão normativo familiar “dona de casa” e “provedor” não se sustenta na realidade, pois não encontra respaldo nas formas de inserção laboral vigentes. No Brasil, historicamente, as mulheres negras trabalharam no mundo público, seja durante a escravidão, seja no pós-escravidão (Gonzalez, 2018b; Nascimento, 2019). Já as brancas, desde a década de 1970, começaram a ocupar massivamente a esfera laboral (Nogueira, 2003). Em 2022, dos 75 milhões de lares brasileiros, 50,8% eram chefiados por mulheres. Desse percentual, 56,5% eram chefiados por mulheres negras e 43,5% por brancas (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2023a).

A perspectiva feminista materialista se mostra especialmente profícua para a compreensão das desigualdades de gênero produzidas e reproduzidas no interior das sociedades capitalistas. É capaz de nos oferecer ferramentas para analisar questões complexas, como, por exemplo, como o trabalho das mulheres permanece desvalorizado e precarizado, apesar dos avanços nas últimas décadas a respeito da igualdade de gênero e do aumento na escolaridade e qualificação profissional feminina, que no Brasil ultrapassou a dos homens⁵. Porém, há um forte traço dicotômico na elaboração do conceito que se expressa na ideia de que os dois sexos são posicionados na ordem capitalista centrada em uma relação antagônica de classes. Isso faz com que alguns meandros das relações de gênero sejam negligenciados, principalmente no que se refere à multiplicidade de categorias que atravessam essas relações. A partir disso, percebe-se, na aplicação do conceito de divisão sexual do trabalho, a invisibilização da raça enquanto categoria central na definição de hierarquias e desigualdades próprias às estruturas do sistema capitalista em sociedades coloniais como a brasileira.

Patrícia Hill Collins (2016) identifica, no interior do pensamento ocidental e de sua tradição acadêmica, um componente estruturante da dominação social: a ideia de uma oposição dualística entre os diferentes que gera a categorização dos indivíduos em termos

⁵ Segundo o censo de 2022 do IBGE, entre a população com 25 anos ou mais, as mulheres representam 21,3% das pessoas com nível superior completo; os homens 16,8%. As mulheres brancas com nível superior representam o dobro das mulheres negras: 29,0% e 14,7%, respectivamente. Entre homens, 24,9% dos brancos têm nível superior; negros com graduação somam 10,3% (Dias, 2024).

hierárquicos. Tal lógica pressupõe que um dos polos seja o universal, o racional e o normativo, enquanto o outro é construído como particular, desviante ou inferior. A autora chama essa base filosófica ocidental de constructo da diferença dicotômica por oposição.

Essa forma de pensar sustenta e legitima sistemas de opressão baseados em raça, classe e gênero ao instituir pares assimétricos sobre essas categorias, estabelecendo diferenças desiguais do tipo: homem *versus* mulher, branco *versus* preto, razão *versus* emoção, gay *versus* hétero. Nessas dicotomias, o primeiro termo tende a ocupar a posição de referência, enquanto o segundo é produzido com base na outrificação e consequente inferiorização social. O problema desse tipo de pensamento é que ele não encara a complementariedade das relações, o realce que uma parte traz à outra. Dessa forma, uma parte necessariamente se submete a outra em uma concepção um tanto chapada das relações sociais.

O objetivo aqui não é sugerir que o conceito de divisão sexual do trabalho tenha sido elaborado com propósitos reacionários voltados à manutenção das hierarquias sociais vigentes. Ao contrário, ele objetiva, justamente, desconstruir uma série dessas dicotomias quando questiona o princípio de separação e hierarquia (Hirata; Kergoat, 2007) presentes nesse tipo de divisão social do trabalho. Porém, a concepção teórica e política que apresenta as diferenças sexuais em termos de classe e a partir de perspectivas binárias de poder parecem contribuir para uma visão pouco relacional do gênero, das outras categorias imbricadas a ele e às suas implicações na realidade material. É uma interpretação social que contribui, inclusive, para a invisibilização da experiência daqueles que estão em uma posição complexa de trânsito entre vantagens e opressões sociais, assim como os homens negros.

Dessa forma, o conceito de divisão sexual do trabalho, quando mobilizado isoladamente para interpretar as relações de hierarquia e desigualdade intrínsecas à organização do trabalho no sistema capitalista, pode conduzir a uma compreensão parcial da realidade material dos homens negros no Brasil. Tal conceito parte da constatação de que, nas sociedades capitalistas patriarcais, os homens são socialmente associados a atributos considerados adequados ao trabalho produtivo e a posições de autoridade, estabilidade e reconhecimento social. São exemplos desses atributos: racionalidade, disciplina, previsibilidade, liderança, além da ideia de autoridade moral, capacidade de provimento, autocontrole, autonomia, força física legitimada, disponibilidade integral para o trabalho e aptidão para ocupar espaços públicos de prestígio e poder.

Essas características, entretanto, são historicamente construídas com base em um modelo de masculinidade hegemônica racialmente situado, isto é, branca. Os homens negros,

mesmo quando qualificados profissionalmente e com formação educacional compatível, frequentemente deixam de ser reconhecidos socialmente como portadores legítimos desse ideal de competência, autoridade e respeitabilidade masculina. Nesse sentido, a racialização opera simultaneamente por meio da desmasculinização, associando-os à subalternidade, à dependência e à incapacidade; ou à hipermasculinização que os vincula à força bruta, à violência, ao descontrole e à corporalidade excessiva. Isso faz com que estejam em relação de afastamento do modelo dominante de masculinidade valorizado nas estruturas de poder e prestígio do mundo do trabalho capitalista.

Podem exemplificar essa condição social dos homens negros no Brasil dados referentes à construção civil, uma das dez ocupações de menor rendimento (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024). Em 2024, 75,9% dos trabalhadores da construção civil eram negros, e apenas 24,1% eram brancos (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024). Essa é uma das ocupações com maior concentração de homens negros no Brasil, de baixíssimo prestígio social e uma das que mais exige fisicamente de seus trabalhadores.

O corpo, não a cabeça, é o principal instrumento de trabalho do homem negro. A historicidade dessa realidade contemporânea tem origem e mantém conexões com o período escravocrata. A raça continua estruturando a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, assim como os próprios postos de trabalho, tendo por princípio uma reconfiguração das tecnologias de dominação racial no interior do sistema capitalista.

No capitalismo, a raça está carregada do seu papel de diferenciação social (Braga, 2025). No pré-capitalismo os principais parâmetros de diferenciação estavam baseados no parentesco e na religião, critérios mais flexíveis se comparados à naturalização das características atribuídas às raças não europeias. De acordo com Ruy Braga, (2025), as formas de dominação e exploração anteriores à consolidação do capitalismo, como a escravização dos povos eslavos e dos povos considerados “bárbaros” na Europa medieval feudal não se estruturavam em um racismo propriamente dito, entendido como doutrina que naturaliza hierarquias humanas com base em diferenças ontológicas fixas, segundo ideia sustentada por Robinson (2023). Braga (2025) contesta Robinson (2023), ao afirmar que, embora existissem distinções étnicas e civilizatórias, elas não configuravam ainda um regime de classificação racial moderno. O racismo, tal como se consolidaria na modernidade, emerge articulado à expansão colonial e à necessidade de organizar a exploração sistemática do trabalho em escala global.

Com isso, Braga (2025) argumenta haver, na modernidade capitalista, algo muito característico no que diz respeito à organização produtiva baseada numa concepção moderna de racismo, que expulsa do gênero humano os africanos submetidos à escravidão colonial, o que não acontecia na escravidão pré-capitalista, que era fruto da intolerância cultural, mas que não se traduzia em inferiorização ontológica. Esse processo de desumanização baseado na naturalização das características inferiores atribuídas pelos europeus aos negros foi, dessa maneira, usado como principal narrativa ideológica para respaldar a escravização de pessoas de origem africana.

Segundo o autor, a escravidão negra foi parte indispensável da expansão capitalista ao possibilitar a acumulação das riquezas que viabilizaram a reprodução ampliada da acumulação de capital que sustentou, dentre outras coisas, a expansão do comércio marítimo. Esse processo, que se deu com a exploração econômica e a expropriação política dos africanos organizadas pelo regime de *plantation*, também construiu as bases para as configurações do trabalho livre pautado em divisões raciais. Essas bases são fundamentadas nas mesmas lógicas racialistas que passaram a segregar os grupos sociais que ocupavam posições de emprego subalternas no mercado de trabalho, em condições subnormais. Braga (2025) sustenta que a relação entre capitalismo e racismo é intrínseca, em constante imbricação estrutural. “É necessário compreender que faz parte da dinâmica da acumulação capitalista produzir ativamente uma estrutura social cujo efeito prático é a ativa racialização dos trabalhadores” (Braga, 2025, p. 85).

Immanuel Wallerstein (2021) afirma que os grupos racializados são constantemente recriados e rearranjados no decorrer do processo histórico e social, de modo que as características inferiorizadas que os qualificam socialmente permaneçam, sendo trazidas do passado para o presente de modo cristalizado, mas de maneira constantemente rearranjada, reinterpretada. As hierarquias permanecem, mas não exatamente da mesma forma, pois, esses grupos podem desaparecer, se juntar a outros, se dividir e gerar novos. Entretanto, segundo o autor, sempre haverá os “pretos”, aqueles que estão nos mais baixos níveis hierárquicos no sistema de produção capitalista e, caso não haja, ou existam poucos, ocupam esse lugar os “negros brancos” (Wallerstein, 2021, p. 92). Ser preto, nesse contexto, não envolve necessariamente fenótipo racial, diz respeito ao estigma racializado que define a posição que determinados indivíduos subalternizados socialmente poderão ocupar no sistema, as posições mais precarizadas.

Pensando as ideias do autor em relação ao contexto brasileiro, por conta das especificidades históricas do país, trabalho racializado acaba por se traduzir em “trabalho negro”. A racialização transcende os indivíduos e os seus respectivos fenótipos e culturas, está mais ligada ao estigma negro imputado a determinadas posições sociais de subalternidade no mercado de trabalho, que viabilizam a exploração e a degradação dos corpos no processo de acumulação capitalista. A raça, nesse sentido, funciona como organizadora e otimizadora do processo de exploração da mão de obra. O capitalismo se apropria e se instrumentaliza dessas estruturas hierárquicas para otimizar seu lucro, além de também criar e rearranjar processos de racialização.

Étienne Balibar (2021) concebe o trabalho manual o tipo mais desvalorizado socialmente, o que o autor chama de “[...] racização institucional do trabalho manual” (Balibar, 2021, p. 360). Esse processo se desenrolou a partir da Revolução Industrial e criou, ao mesmo tempo, relações de classe aos moldes capitalistas, e também o proletariado, sob a ótica burguesa que o concebeu apoiado em duas posições: a de população explorada e de população politicamente ameaçadora. Segundo o autor, o operariado se tornou alvo de discursos típicos de qualquer processo de racialização de um grupo social, o de degenerescência: a miséria material, moral e espiritual, a criminalidade, o vício, a hipersexualização, a sujeira, a doença... Ou seja, o proletariado enquanto classe perigosa, foi racializado pela degenerescência dos pobres e/ou pela grande presença e contato com indivíduos racialmente degenerados. De acordo com Balibar (2021), a classe, nesse caso, funciona como um fermento de degenerescência para a raça dos cidadãos nacionais, dando origem ao que chama de racismo de classe. Mesmo sujeitos racialmente privilegiados e pertencentes se tornam, devido a esses estigmas, um tanto racializados, no sentido da degeneração a eles imputada.

Dessa forma, segundo o autor, a racização institucional do trabalho manual gerou a repulsa por esse tipo de trabalho e a ideia de que alguns indivíduos possuem predisposição para o trabalho degradante, exaustivo e sujo, o qual não requer inteligência, apenas vigor corporal. Eles precisam, além disso, de mestres para forçá-los ao trabalho, já que tendem ao ócio. Contudo, o autor sublinha que, com a Revolução Industrial, passa a ser alvo de ojeriza o trabalho corporal, mecanizado, transformado em “apêndice” da máquina, um trabalho submetido à violência física e simbólica sem precedentes, não mais o trabalho manual em sua forma pura e simples, que pode até mesmo ser idealizado em forma de “artesanato”.

Esse processo modifica o *status* do corpo humano (o *status* humano do corpo): cria *homens-corpos* cujo corpo é um corpo-máquina, desmembrado e dominado, utilizado para uma função ou um gesto dissociados, ao mesmo tempo destruído em sua integridade e fetichizado, atrofiado e hipertrofiado em seus órgãos “úteis”. [...] Processo insuportável para o operário, mas que não é mais “aceitável” por seus padrões sem elaboração ideológica e fantasmática: que haja homens-corpos quer dizer que haja *homens sem corpo*, que os homens-corpos sejam homens com o corpo desmembrado e mutilado (mesmo que seja apenas por sua “separação” da inteligência) quer dizer que é preciso dotar os indivíduos de alguma espécie de *supercorpo*, desenvolver o esporte, a virilidade ostentatória para se proteger da ameaça que paira sobre a raça humana.

Somente essa situação histórica, essas relações sociais específicas permitem compreender em sua totalidade o processo de estetização (e, portanto, de sexualização, de acordo com a forma fetichista) do corpo que caracteriza todas as variantes do racismo moderno, provocando ora a estigmatização dos “traços físicos” da inferioridade racial, ora a idealização do “tipo humano” da raça superior (Balibar, 2021, p. 361-362).

Faz parte da construção social das masculinidades negras uma virilidade ostentatória em que o corpo é simbolicamente mutilado, separado em partes funcionais aos propósitos da reprodução capitalista, menos a cabeça, descartada pelo processo racista e classista de negar a razão e o intelecto do proletariado racializado. É constituinte à divisão social do trabalho que uns vendam sua mente e outros, seu corpo. Manter um proletariado negro com a cabeça fixada ao corpo-máquina bagunça as linhas dessa divisão, podendo até mesmo levá-las para baixo.

Em perspectiva de abrangência meso/micro, Tomaskovic-Devey (1993), focado nas organizações, analisa a lógica das manifestações das divisões e segregações baseadas em gênero, raça e classe intrínsecas ao sistema de produção capitalista de forma ampla e como se materializam em arranjos ocupacionais específicos. O sociólogo desenvolve a ideia de que as categorias de raça e gênero determinam a segregação ocupacional para além de alocarem desigualmente os diferentes grupos sociais nos postos de trabalho, mas que, fundamentalmente, compõem as próprias estruturas das organizações de maneira desigual, hierárquica e segregada, de forma que as ocupações se tornem racializadas e genderificadas em si mesmas.

A sobrerepresentação de determinados grupos privilegiados ou desprivilegiados socialmente nessas ocupações define a própria qualidade do status desses postos de trabalho. Mas a estigmatização e a desvalorização de alguns postos permanecem, independentemente dos sujeitos que os ocupam, pois são impactados pelos estereótipos dos grupos raciais e de gênero que os representam. Raça e gênero passam a ser, assim, parte estruturante do processo, não apenas variáveis.

Esse processo ocorre devido ao que o autor chama de *status closure*, a discriminação presente no local de trabalho, a determinação de quais postos os indivíduos têm condições de ocupar de modo que a sua posição e status social sejam condizentes com o nível de valorização da atividade. Aliado ao primeiro está o *status composition*, relativo a situações em que raça e gênero próprios de uma profissão se tornam fatores de discriminação que definem o olhar que a desvaloriza, além de afetar as condições de trabalho e a própria avaliação do processo laboral. Ou seja, quanto melhores os postos de trabalho, maior a probabilidade de serem ocupados por homens brancos e, quanto maior a presença de mulheres brancas e negras e homens negros em determinadas ocupações, mais desvalorizadas e indesejadas serão.

Os empregos podem assumir um caráter de gênero ou racial que é independente de seus ocupantes e que influencia como esses empregos são concretamente organizados – seu nível de complexidade, autonomia, autoridade sobre outros empregos, a maneira pela qual são controlados e seu nível de ganhos. Especificamente, a composição de status de um emprego — isto é, a medida em que ele é tipicamente ocupado por homens ou mulheres, brancos ou negros — é parte intrínseca tanto do processo de trabalho quanto da estrutura de recompensas da organização⁶ (Tomaskovic-Devey, 1993, p. 12, tradução nossa).

Levando em conta esse quadro, defendo que, no Brasil, a escravidão colonial e os contornos específicos do processo de abolição informam o conceito de trabalho manual em sua face corporal e degradante, além das representações simbólicas e materiais a ele associados enquanto um “trabalho de preto”. Portanto, certos tipos de trabalhos se tornaram racializados não somente por uma desproporção majoritária de trabalhadores negros que o executam, mas pelo seu caráter degenerado, característica diretamente atribuída aos sujeitos racializados que os praticam, do seu teor degradante, da história escravocrata que o originou e dos estigmas e estereótipos associados a eles. Tais fatores maculam seus trabalhadores, sejam negros, ou não. Dessa forma, mesmo brancos, são pobres e representam uma ameaça devido à sua “essência empretecida”.

Dentre as divisões sociais do trabalho, enfatizo a divisão racial enquanto desdobramento do racismo estrutural no capitalismo, a sua manifestação no mundo do trabalho. No Brasil, ela finca suas origens no período escravocrata, ganha formas delineadas

⁶ Traduzido de: “Jobs can take on a gendered or racial character that is independent of their incumbents and that influences how such jobs are concretely organized—their level of complexity, autonomy, authority over other jobs, the manner in which they are controlled, and their level of earnings. Specifically, the status composition of a job—that is, the extent to which it is typically filled by males or females, whites or blacks—is intrinsically part of the labor process as well as the reward structure of the organization”.

no pós-abolição, com o processo de imigração europeia e se consolida na medida em que o capitalismo aprofunda suas raízes na sociedade brasileira (Alves, 2022).

Carlos Hasenbalg (2005) sustenta a eficácia própria da raça enquanto princípio organizador das hierarquias na sociedade de classes. O recrutamento baseado em raça para os postos de trabalho passa a fazer parte da estrutura política e ideológica da sociedade capitalista sem precisarmos recorrer a manifestações subjetivas de preconceito, sendo possível observar o racismo operando em sua forma institucional.

[...] a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores (Hasenbalg, 2005, p. 124).

Apesar de alguns autores brasileiros (Braga, 2025; Fernandes, 1965; Martins, 2014; Moura, 2021; Paixão, 2013; Theodoro, 2008) abordarem a ideia de uma divisão social capitalista das posições de trabalho baseada na raça dos indivíduos com caráter discriminatório, o conceito de divisão racial do trabalho não foi extensa e propriamente conceitualizado na sociologia nacional, nem na teoria racial ou na teoria do trabalho. Além de Carlos Hasenbalg (2005), Gonzalez (2012) foi uma das poucas autoras das ciências sociais a usar o conceito. A autora argumenta que o principal papel da marginalização da população negra no mercado de trabalho é o engrossamento das fileiras do exército industrial de reserva.

[...] o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações sócio-econômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente. Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela se configura como exército industrial de reserva (Gonzalez, 2012, p. 9).

O exército industrial de reserva cumpre papel essencial no processo de acumulação capitalista, a superpopulação relativa é condição mesma para a existência desse modo de produção, uma vez que é o constante “reservatório” de mão de obra, sempre pronto para ser

explorado e submetido às piores condições de trabalho apenas por necessidade de sobrevivência. Esse exército regula as demandas dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho devido à pressão que exerce. Sua existência, então, desvaloriza o trabalho de todos que estão sempre a sombra de serem substituídos por trabalhadores que compõem tais fileiras (Marx, 2013).

Moura (2021), assim como Gonzalez (2012), afirma o papel da população negra enquanto exército industrial de reserva que, em contexto pós-abolição, atuou como “[...] massa de pressão em processo de marginalização sobre os imigrantes trabalhadores [...]” (Moura, 2021, p. 49). Isso poderia ser encarado como uma ameaça subjacente, na medida em que travava as exigências desses operários por melhores condições, justamente por conta da constante ameaça de um enorme contingente de pessoas negras desempregadas e subempregadas que aceitariam as precariedades desses empregos.

Partindo do pressuposto de que a lógica racialista europeia constitui o sistema político e econômico capitalista, Braga (2025) afirma que a exclusão econômica se torna um modo privilegiado de consolidação desse regime: “Nesse sentido, a formação de uma massa excedente de trabalhadores racializados é interpretada como o corolário do racismo, não como condição e consequência do processo de valorização do valor” (Braga, 2025).

No contexto brasileiro, o desemprego afeta de forma desproporcional a população negra. No segundo trimestre de 2024, 10,1% das mulheres negras estavam desempregadas, entre os homens negros esse percentual era de 6,3%, se aproximando das mulheres brancas desempregadas que representavam 6,7% neste segmento. Já entre os homens brancos esse percentual era o mais baixo, 4,6% (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024). Podemos observar que as mulheres negras estão distantes dos outros grupos, inclusive dos homens negros, o que demonstra um forte componente de gênero atrelado à raça quanto a composição desse exército industrial de reserva.

No capitalismo, o desemprego é estrutural, faz parte das engrenagens do sistema. A insegurança gerada pelo próprio funcionamento do modelo capitalista de produção fornece os ingredientes necessários para a produção do racismo, uma vez que a competição capitalista também está baseada em hierarquias raciais (Moura, 2021).

Segundo Hasenbalg (2005), os maiores beneficiários da divisão racial do trabalho são os brancos. Enquanto os capitalistas lucram diretamente com a superexploração da população negra, o proletariado branco se beneficia materialmente de maneira indireta, em menor escala,

obtendo vantagem competitiva, ocupação de postos mais valorizados, mais bem remunerados, maior possibilidade de ascensão social e mais ganhos simbólicos, através da honra social, direito de autodeterminação e tratamento digno num ciclo de recompensas que não depende necessariamente do desempenho individual e competitivo.

Wallerstein (2021), afirma que o racismo permite que seja paga uma remuneração bem mais baixa a uma grande parcela da força de trabalho, seguindo critérios que fogem à meritocracia. De acordo com sua “mitologia”, a lógica meritocrática prevê a recompensa mediante o esforço, pressupondo que todos partem de posições sociais iguais numa sociedade que valoriza o universalismo. Entretanto, o racismo contraria essa possibilidade, assumindo a desigualdade entre os homens e os recompensando com base na raça. Na mesma maneira, naturaliza a pobreza enquanto traço biológico dos povos racializados, normalizando e justificando a superexploração em troca de baixos salários (Almeida, 2019).

Esse universalismo ideológico e formal, que acaba incidindo como dispositivo de legitimação das desigualdades raciais, é abordado por Marcelo Paixão (2013) no contexto da democracia racial brasileira. Tendo essa tese como mito fundador, cujo principal ideólogo é Gilberto Freyre (2003), o país encontra na meritocracia um dos principais discursos de afirmação, é um dos aspectos de classe desse discurso racial. Associada à ideia de uma mistura pacífica e assimilacionista entre as três raças negra, branca e indígena, que compõem uma brasilidade que supostamente dissolveria qualquer racialização está a noção de que todos são iguais em cidadania e oportunidades para conquistarem seus objetivos materiais. O racismo, portanto, não representaria um obstáculo. O negro que consegue ascender se torna, segundo essa lógica, uma afirmação da regra; os negros que não conseguem estariam apenas confirmando o seu lugar na sociedade, o de subalternidade. A forma como opera o ordenamento desse presumido sistema harmônico não abre brechas, portanto, para o questionamento e nem para a superação das hierarquias de classe e raça.

Desemprego, menores salários, trabalho informal e exaustivo são consequências da divisão racial do trabalho que pesam desfavoravelmente para a população negra. Contudo, a divisão racial não explica sozinha a realidade precária e subalterna de homens negros e mulheres negras na sociedade de classes. A formulação de uma divisão social do trabalho baseada em gêneros, nesta pesquisa, articula-se ao conceito de divisão racial do trabalho.

Essa escolha analítica segue a lógica interseccional de análise relacional entre gênero, raça e classe aplicada aos estudos do trabalho. Segundo Collins e Bilge (2021), a ideia de articulação não hierárquica de múltiplas categorias de desigualdade nasce em meio ao

pensamento feminista negro no continente americano a partir dos anos 1980 com June Jordan (1981), Audre Lorde (1984) e Angela Davis (1981) nos Estados Unidos, o que criou as condições teóricas e políticas para que Crenshaw (1989)⁷ cunhasse o conceito de interseccionalidade. No contexto nacional foi Lélia Gonzalez quem assumiu a tarefa de articular duas linhas diferentes do pensamento social que inicialmente não “se misturavam” aqui, a que unia gênero e raça e a que unia raça e classe. Precursora desse modo de análise social, a autora preparou o terreno para a chegada da interseccionalidade no Brasil (Rios; Ratts, 2016).

Com base nas diferentes formulações desenvolvidas na literatura feminista e antirracista, a interseccionalidade pode ser compreendida como uma perspectiva analítica voltada à investigação das múltiplas e inter-relacionadas relações de poder que estruturam a produção das desigualdades sociais. Em vez de tratar categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, geração ou capacidade como dimensões que operam separada e independentemente no cotidiano da vida social, essa abordagem enfatiza que tais categorias atuam de forma simultânea, relacional e mutuamente constitutiva na organização das hierarquias sociais. Assim, a interseccionalidade permite analisar como diferentes eixos de diferenciação social se articulam em níveis estruturais, institucionais e interacionais, produzindo configurações específicas de privilégio e desvantagem que moldam as posições sociais e as experiências vividas por indivíduos e grupos (Akotirene, 2018; Bilge, 2009; Brah; Phoenix, 2004; Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 1991, 2002; Davis, 2008; McCall, 2005; Yuval-Davis, 2006).

Uma das contribuições da interseccionalidade é fornecer as bases para a colaboração entre pontos de vista que parecem se encontrar numa relação teórica um tanto desconfortável, partindo da flexibilidade e plasticidade do conceito em sua proposta de articulação (Davis, 2008). Assumindo esse pressuposto, aciono os conceitos de divisão sexual e de divisão racial do trabalho como parte do esforço de compreender a organização e as estruturas do trabalho capitalista nas quais os homens negros coletores de lixo domiciliar estão inseridos. Considero, assim, as diferenças, desigualdades e hierarquias que a categoria “homem” pressupõe

⁷ O conceito aparece pela primeira vez no artigo publicado por Crenshaw em 1989, intitulado “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine”. Porém, foi em 1991, com “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”, que a autora se aprofundou no conceito e na sua perspectiva.

fundamentada nas assimetrias no acesso ao poder prometido pelo patriarcado⁸. A interseccionalidade, porém, nos oferece as lentes teórico-metodológicas que possibilitam enxergar que os homens também são atravessados por múltiplas categorias de desigualdades com potencial de subalternizá-los enquanto indivíduos. Assumimos, desse modo, que o gênero não é necessariamente a categoria mais importante para determinar o lugar que o sujeito ocupa na hierarquia social, mas sua articulação com raça, classe, sexualidade, dentre outras, de forma não hierárquica, com igual relevância e potencial.

Fundamentada principalmente em Viveros Vigoya (2018), autora feminista referência no uso da interseccionalidade para analisar as masculinidades negras na América Latina, chamo a atenção para o seu potencial para investigar os sujeitos marcados pela articulação de múltiplas categorias que engendram uma experiência estruturalmente agravada de discriminação, como é o caso das mulheres negras, mas também dos sujeitos que têm acesso contextual à dominação, mesmo que de forma restrita, como é o caso dos homens negros.

No mundo do trabalho, os homens negros ocupam uma posição contraditória que não se restringe à opressão, mas não se lança à dominação. A raça, nesse caso, tem o poder de subalternizar o gênero, mudando o status valorizado do próprio gênero masculino, inferiorizando-o. Assim, não atua como um componente isolado de desvantagens sociais. Como demonstrado anteriormente, os homens negros estão muito próximos das mulheres negras em aspectos importantes que revelam as posições de subalternidade desses grupos sociais no mercado de trabalho brasileiro. Contudo, podemos observar que eles também apresentam leve vantagem com relação às mulheres negras nesse contexto. Podemos citar o fato de possuírem rendimentos maiores do que o das mulheres negras, apesar de apresentarem os menores níveis de escolarização. Além disso, a taxa de desocupação dos homens negros é consideravelmente menor do que a das mulheres negras. Esses dados representam diferenças de gênero que não devem ser negligenciadas.

Todavia, os homens negros não apresentaram nenhuma vantagem com relação às mulheres brancas no mundo do trabalho. O que leva a concluir que, no plano estrutural, a categoria racial representa um eixo de subalternização decisivo no âmbito material, sem que isso implique na desconsideração de outros âmbitos sociais, como por exemplo as dinâmicas interrelacionais. Nesse contexto, as relações sexistas instituídas pelo patriarcado podem

⁸ Aqui, entendo patriarcado partindo da definição de Miguel Vale de Almeida (1996, p. 164) “[...] ‘patriarcado’ será a definição de uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas”.

funcionar como um eixo de opressão significativo que pesa desfavoravelmente para mulheres negras e brancas com relação aos homens negros. Um exemplo eloquente disso está na esfera doméstica, em que as mulheres, independentemente da raça, seguem trabalhando gratuitamente quase pelo dobro de horas semanais em relação aos homens, tanto brancos quanto negros⁹.

O fato é que falar de masculinidades negras é também falar sobre uma teoria dos sujeitos. Um sujeito que, na perspectiva de uma teoria de sujeição, está no “entre”; mas é um “entre” que não é lugar algum, ou pelo menos, um lugar onde de uma ponta a outra, o que se supõe que carrega o “entre”, não há uma das pontas estabelecidas (Custódio, 2019, p. 135).

A posição dos homens negros não está alocada em extremos como é o caso das mulheres negras e dos homens brancos. É importante reparar sua proximidade ora com as mulheres negras, ora com as mulheres brancas no que concerne à sua situação material, o que poderia ser indício da sua condição simbolicamente “feminilizada” diante de um dos principais papéis sociais cobrados dos homens no ocidente, o provimento familiar e o sucesso profissional e financeiro.

Nesse sentido, os garis coletores de lixo domiciliar ocupam uma posição social bastante controversa no mundo do trabalho. O lugar de precariedade, subalternidade e humilhação oferece o risco de lhes conferir uma condição social feminilizada, o que os distância do ideal de “homem trabalhador”. Porém, essa mesma ocupação pode gerar um senso de orgulho e dignidade, conferido pela prestação de um serviço essencial à sociedade, além da estabilidade material de serem “concursados” e de poderem estender essa estabilidade aos seus familiares. Afinal, um “verdadeiro homem” é útil à sociedade e mantenedor da sua família.

Do que foi dito até aqui, é essencial para a investigação a compreensão de como o racismo, o sexismo e o classismo em sua manifestação na organização social do trabalho atribuem a esses homens negros posições tradicionalmente desvalorizadas, marcadas por forte

⁹ A pesquisa “Divisão do trabalho doméstico e suas interfaces com gênero e raça no Estado do Rio de Janeiro” (Alves; Carvalho; Couvre-Sussai, 2017), uma das únicas pesquisas brasileiras que fala sobre o uso do tempo semanal dos integrantes de uma casa dedicados ao trabalho reprodutivo com recorte de raça e gênero afirma que no ano de 2012 os homens negros quando estavam em situação de chefes de família se dedicavam em média 11,7 horas ao trabalho doméstico e quando estavam em posição de cônjuge, 10,2 horas. Já os homens brancos, quando em posição de chefes de família, se dedicavam ao trabalho doméstico em média 11,1 horas, e quando estavam em posição de cônjuge, 10,1 horas. Já entre as mulheres, as negras, quando se encontravam como chefes de família se dedicavam ao trabalho doméstico em média 26,0 horas semanais, já quando eram cônjuges se dedicavam em média, 29,8 horas. Entre as mulheres brancas, quando chefes de família costumavam se dedicar em média 24,4 horas semanais, e quando cônjuge, 28,0 horas.

estigmatização, baixa remuneração e baixa mobilidade social, além de serem os principais atores do trabalho corporal, “sujo” e extenuante. Apesar disso, o trabalho assume um papel central na própria definição sociossubjetiva desses sujeitos, pois, ao mesmo tempo em que os constitui como homens/trabalhadores subalternos dentro dessas hierarquias, também funciona como um eixo estruturante de identidade e dignidade, por meio do qual constroem sentidos positivos de si mesmos e de sua contribuição à coletividade e à família. Essas questões serão, porém, mais detalhadamente abordadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

O QUE É UM HOMEM SEM SEU TRABALHO? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE HOMEM TRABALHADOR

*E sem o seu trabalho
O homem não tem
honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz
(Gonzaguinha, 1983)*

As escolhas teóricas feitas neste terceiro capítulo buscam mobilizar referenciais que permitam uma análise de viés sociológico que considere o movimento indivíduo-estrutura na investigação do objeto desta pesquisa. Desse modo, esta seção aprofunda a inserção deste estudo no campo da sociologia do trabalho ao tratar de questões centrais, porém pouco exploradas tradicionalmente no campo, para a compreensão dos significados sociais que o trabalho assume para os homens e o papel que desempenha na construção de suas identidades e de seu status social. Além disso, procuro lançar luz sobre a subalternidade do trabalho racializado e entender como isso está ligado à subalternidade dos próprios homens negros e pobres que o desempenham. Essa subalternidade encontra, na “sujeira” — concreta ou simbólica —, associada ao trabalho com o lixo, um elemento central de estigmatização, causadora de uma certa ojeriza social, o que impacta fortemente a identidade social dos coletores, além do seu posicionamento nas hierarquias sociais. Desse modo, o capítulo aponta para o trabalho como principal chave-interpretativa dos processos de socialização, experiências de vida, desigualdades e contradições vivenciadas dos homens negros coletores de lixo domiciliar.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO “EU” TRABALHADOR MASCULINO NO CAPITALISMO

As ideias exploradas no capítulo anterior evidenciam a posição central das categorias de desigualdade na organização do processo produtivo capitalista. Mas, para além da sua dimensão material, o trabalho assume significados simbólicos constituidores da identidade masculina. Nesse processo, a ideologia capitalista associa o engajamento no trabalho remunerado a valores e expectativas morais de dignidade, responsabilidade, provisão e

utilidade social, produzindo um ideal normativo de masculinidade ancorado na produtividade e na disciplina. É a partir desse entrelaçamento entre ética produtiva e identidade masculina que se torna possível analisar como o “eu” trabalhador se forma e se consolida no interior das dinâmicas do capitalismo nos países ocidentais.

Em perspectiva sociológica, Everett Hughes (1951) concebe o trabalho como fenômeno profundamente moral, social e identitário que ultrapassa a esfera e a função econômica. Para o autor, o *self* e o âmbito do trabalho estão numa relação de constante interação social. Nessa interação o *self*, apesar de se referir ao indivíduo, representa uma entidade que transcende o nível psicológico, pois é produzido em sua complexidade nas relações sociais mediadas pelo trabalho, especialmente por meio dos papéis ocupacionais que os indivíduos desempenham ao longo de suas carreiras. Nesse sentido, a ocupação é para os homens como um princípio estruturante da identidade social, pois o conecta a sistemas mais amplos de divisão do trabalho, status e expectativas morais, influenciando a forma como ele é visto pelos outros e como passa a compreender a si mesmo.

No debate sobre masculinidades e trabalho no capitalismo, ganha ênfase a necessidade de compreensão das dimensões simbólicas e subjetivas da divisão sexual do trabalho, como argumenta Tolson (1979). O autor propõe uma análise que ultrapasse as constatações dos ganhos sociais e materiais dos homens superiores aos das mulheres, dando ênfase nas posições estruturais verticalmente hierárquicas de gênero. É proposto um mergulho nos significados do trabalho para os homens e a forma com que este dá sentido às masculinidades, de modo que os façam permanecer no mercado por motivos que extrapolam as razões econômicas, apesar de serem determinantes para o valor de suas vidas os ganhos econômicos e a posição que ocupam no processo de reprodução do sistema capitalista. O trabalho, simultaneamente, é o destino dos homens e a sua grande fonte de decepção.

Já no contexto organizacional, Collinson e Hearn (2005) argumentam que o trabalho ocupa um espaço central de produção, reprodução e legitimação das masculinidades, ao mesmo tempo em que é moldado por elas. Nesse sentido, os locais de trabalho funcionam como arenas privilegiadas nas quais determinadas masculinidades, especialmente aquelas associadas à autoridade, racionalidade instrumental, competitividade e disponibilidade irrestrita para o trabalho, são valorizadas, naturalizadas e convertidas em critérios implícitos de reconhecimento e poder. Essa coprodução entre masculinidades e trabalho produtivo está ancorada em estruturas patriarcais historicamente consolidadas, cuja configuração moderna se intensifica após a Revolução Industrial, com a separação entre esfera produtiva e reprodutiva.

Tais estruturas se manifestam na dimensão hierárquica das organizações, mas também moldam sua lógica de funcionamento. Segundo os autores, organizações, além de refletirem relações de poder de gênero preexistentes, participam ativamente de sua constante atualização, contribuindo para a manutenção de assimetrias de gênero por meio de práticas aparentemente neutras, mas que são profundamente generificadas.

Em consonância com o argumento dos autores citados, Nolasco (1995) evidencia que os valores capitalistas se tornaram cada vez mais intrínsecos às masculinidades a partir da revolução industrial, de modo que os parâmetros capitalistas de sucesso passaram a ser os mesmos de sucesso de uma masculinidade valorizada. Os homens começaram a orientar seu comportamento e suas diretrizes de vida com base em padrões de normalidade instituídos pela divisão social do trabalho num processo de intensa identificação com esse modelo de ação produtiva. Repetição, alienação e constância são alguns dos aspectos que fazem parte desse formato organizativo de produção que gera reflexos no cotidiano masculino. Segundo Tolson (1979), a alienação do trabalho se reflete no âmbito subjetivo dos homens, não somente no âmbito produtivo, com o crescente afastamento e falta de identificação subjetiva entre o produto do trabalho e quem o produz. Cada vez, ficam mais alienados de si mesmos, escorando-se no trabalho enquanto elemento produtor de significados para o mundo.

De acordo com a ideologia capitalista, o trabalho duro seria o principal meio de atender às especificações de uma masculinidade dominante. Além disso, poderia garantir o sucesso material e de vida, um bem-estar total baseado nesse padrão normativo. Para os homens, o trabalho tende a não ser compreendido como uma opção entre outras, mas como uma imposição socialmente naturalizada, uma fatalidade. Predomina a ideia de que é o caminho pelo qual os indivíduos alcançariam a melhor forma de realização pessoal, encontrando a si mesmos na medida em que atingem ideais de felicidade estabelecidos pela ideologia do consumo (Nolasco, 1995).

Essa é uma das colunas de gênero que sustentam o capitalismo: parte do sucesso desse sistema se deve à transformação de padrões de produção em padrões de comportamento masculino cotidianos, sobrevivendo e tomando corpo, assim, por meio dos projetos de vida e da visão de mundo dos indivíduos. Por isso, quando as qualidades viris, competitivas, práticas, objetivas e agressivas dos homens são exaltadas, exalta-se o próprio sistema. A reprodução dos padrões de masculinidade dominante representa a própria reprodução do sistema capitalista no plano da ordem de gênero (Nolasco, 1995).

A partir da maneira com que o capitalismo é organizado e a forma com que a força de trabalho é operacionalizada, o trabalho acaba ocupando posição extremamente ambígua na vida dos homens. Tolson (1979) considera uma grande ironia terem sido eles a conspirarem junto ao capitalismo, dando suporte para a perpetuação da sua cultura de trabalho e do seu lucro, e, ao mesmo tempo, envolvendo-se nesse processo dessa maneira, terem contribuído para a destruição da sua própria humanidade e para o esvaziamento do sentido do seu trabalho.

Cria-se, assim, um paradoxo que sustenta a exploração capitalista da mão de obra masculina: os homens têm sua masculinidade afirmada na cultura masculina do trabalho, com suas origens no patriarcado, simultaneamente, têm a negação da masculinidade pela alienação e pela especialização do trabalho. Isso fica ainda mais evidente no caso dos trabalhadores manuais. No entanto, as ambiguidades dessas relações, em toda sua complexidade, são parte basilar da construção da subjetividade masculina, pois, segundo Nolasco (1995), é o trabalho o eixo pelo qual é estruturado o modo masculino de agir e pensar o mundo.

É possível, então, identificar que essa ética produtivista é continuamente reproduzida e reforçada pelas práticas, narrativas e trajetórias dos próprios homens, principalmente aqueles mais próximos de um padrão normativo (branco, de classe média, cisgênero e heterossexual) que se traduz no mundo do trabalho como competência. Os homens internalizam e performam essas normas como parte de sua construção subjetiva, processo a que todos eles estão sujeitos, de diferentes raças e classes, porém de maneiras específicas. Dessa forma, a relação entre masculinidade e trabalho para que se sustente estruturalmente passa necessariamente por valores e ideologias profundamente incorporadas, constituindo um dos eixos centrais da formação do “eu” trabalhador no capitalismo.

3.2 A FAMÍLIA FAZ UM TRABALHADOR E O TRABALHO FAZ UM HOMEM DE FAMÍLIA

Tanto para os homens quanto para as mulheres, o trabalho cumpre um papel de socialização de gênero, porém, para os homens, ele opera enquanto espaço de homosociabilidade, pois possibilita que desenvolvam, em relações mútuas, afinidade, competição, rivalidade e irmandade. O convívio e a troca com outros homens atua na produção e aprendizagem de padrões de práticas e discursos sobre masculinidades, além da afirmação de padrões próprios das relações de igualdade entre pares, solidariedade masculina,

e também da competição. O trabalho é o respaldo econômico socialmente necessário e valorizado que permite que os homens participem de socializações como essas (Viveros Vigoya, 2001).

Para cada homem, o resultado de sua socialização é sua entrada no trabalho. Seu primeiro dia de “trabalho” significa sua “iniciação” na solidariedade secreta e conspiratória dos homens que trabalham. Por meio do trabalho, o menino supostamente “se torna um homem”: ele ganha dinheiro, poder e independência pessoal em relação à sua família. O “dinheiro no bolso” simboliza uma “liberdade” para negociar e consumir e um “direito” ao respeito aparentemente desfrutado por seu pai. De modo mais geral, por meio de seu trabalho um homem pode sentir-se “estendido” para além de seus horizontes locais, tornando-se parte de uma vasta organização econômica. Como trabalhador, o menino entra no mercado de negociação e troca. Ele é parte de uma história masculina coletiva, de confrontos e alianças, com suas memórias de guerras, depressões, *lockouts* e greves¹⁰ (Tolson, 1979, p. 47, tradução nossa)

Além de corroborar os argumentos de Viveros Vigoya (2001) de que o trabalho seria um mecanismo de incorporação a uma “comunidade masculina” baseada em códigos próprios de solidariedade, cumplicidade e pertencimento, Tolson (1979) descreve o ingresso no mundo do trabalho como um processo ritualizado de socialização masculina. O primeiro emprego funciona como um marco simbólico de passagem à vida adulta; o dinheiro assume papel simbólico central, quer como recurso material, quer como signo de autonomia, reconhecimento social e autoridade moral, especialmente em relação à família de origem. A afirmação do autor introduz o fato de que, como trabalhador, o menino passa a fazer parte de uma “história masculina coletiva” e é também essa participação no mundo público que o torna homem.

De acordo com Viveros Vigoya (2001), a entrada no mundo do trabalho pode representar para os rapazes um desafio que os coloca à prova, sobretudo o seu senso ético e de disciplina. Ingressar em um mundo de novos padrões de comportamento, em que as regras são regidas pela impessoalidade, pode gerar certa ansiedade nessa fase de transição para uma masculinidade adulta. Apesar das dificuldades desse rito de passagem, os homens são, desde

¹⁰ Traduzido de: “For every man, the outcome of his socialization is his entry into work. His first day at work signifies his ‘initiation’ into the secretive, conspiratorial solidarity of working men. Through working, a boy, supposedly, ‘becomes a man’: he earns money, power, and personal independence from his family. The ‘money-in-his pocket’ symbolizes a ‘freedom’ — to bargain and consume; and a ‘right’ to the respect apparently enjoyed by his father. More generally, through his work a man can feel himself ‘extended’ beyond his local horizons, becoming part of a vast economic organization. As a worker, the boy enters the marketplace of negotiation and exchange. He is part of a collective masculine history, of confrontations and alliances, with its memories of war, depression, lock-outs, and strikes.”

crianças, socializados para esse momento, especialmente na classe trabalhadora em que o trabalho é um elemento central na busca por cidadania.

É possível identificar vários significados atribuídos ao trabalho: como meio de alcançar autonomia e independência frente à família; como fonte privilegiada de reconhecimento e prestígio social; como possibilidade de afirmação do papel de provedor e protetor da família; como eixo articulador do projeto de vida; como espaço de realização e desenvolvimento profissional, como forma de expressão dos ideais sociais e como simples meio de subsistência. O trabalho ocupa um lugar de protagonismo no processo de construção da identidade masculina dos entrevistados: através das conquistas materiais e subjetivas que oferece, está associado a construção de uma nova representação de si mesmos como homens aptos para assumir suas responsabilidades no âmbito doméstico, como esposos, pais e, por extensão, no âmbito público e social¹¹ (Viveros Vigoya, 2001, p. 97, tradução nossa).

Os significados atribuídos ao trabalho identificados por Viveros Vigoya (2001) entre homens das classes populares, na cidade de Quibdó, e das classes médias, na cidade de Arménia, na Colômbia, evidenciam que a relação entre masculinidade e trabalho é profundamente atravessada pelas posições de classe e pelas ocupações exercidas, ponto crucial para a presente pesquisa. Enquanto para os homens em contextos de maior precariedade o trabalho tende a ser vivenciado prioritariamente como estratégia de sobrevivência, garantia mínima de autonomia e afirmação do papel de provedor, entre os segmentos médios, ele também se associa de forma mais intensa a projetos de realização profissional, mobilidade social e reconhecimento simbólico. Embora o trabalho funcione como eixo comum de construção da identidade masculina, seus significados concretos são socialmente diferenciados, resultando e produzindo formas distintas de vivenciar a masculinidade.

Partindo dessa distinção, sigo recortando a análise nas formas que possam nos ajudar a compreender os significados, motivações e valores do trabalho para os homens das classes baixas que têm, no provimento material de si e de sua família, a maior razão para saírem de suas casas para trabalhar, porém, o que funde suas identidades com o trabalho é a sustentação moral que o trabalho confere às suas existências desvalorizadas. O trabalho é condição

¹¹ Traduzido de: “Es posible identificar varios significados atribuidos al trabajo: como medio de lograr autonomía e independencia frente a la familia; como fuente privilegiada de reconocimiento y prestigio social; como posibilidad de afirmar el rol de proveedores y protectores de la familia; como eje articulador del proyecto de vida, como espacio de logro y desarrollo personal, como forma de expresión de los ideales sociales y como simple medio de subsistencia. El trabajo ocupa un lugar protagonice en el proceso de construcción de la identidad masculina de los varones entrevistados: a través de los logros materiales y subjetivos que ofrece, está asociado a la constitución de una nueva representación de sí mismos como varones aptos para asumir sus responsabilidades en el ámbito doméstico, como esposos y padres, y, por extensión, en el ámbito público y social”.

para o que Cynthia Sarti (2011) chamou de autonomia moral, ou seja, a principal forma de existir no mundo e uma das únicas formas positivas possíveis.

A honra, entre os pobres, não estando associada à posição social, vincula-se à virtude moral, como afirmação de si em face do olhar dos outros, sendo o trabalho um dos instrumentos fundamentais dessa afirmação pessoal e social. No que se refere ao trabalho, a honra pode estar contida no fato de se *ter uma profissão*, [...] ou, em face dos trabalhos “desqualificados” que têm a seu alcance, traduzem-nos como *trabalho duro, serviço pesado* que exige qualidades morais como *coragem, força e disposição* (Sarti, 2011, p. 90).

Segundo a autora, o trabalho acaba se tornando um eixo que atribui significados paradoxais à identidade desses homens: a disposição para trabalhar, “ser pau pra toda obra” é considerada uma dádiva que permite a construção de sentidos positivos de si. A saúde garante essa disposição, manifestada em um corpo eficiente, essa é a base para uma autonomia fundada em valores masculinos de força física e moral que legitimam a masculinidade do homem. O paradoxo está no fato de tal percepção conferir valor a esses homens, mesmo sob um sistema produtivo que os subalterniza.

Em seus estudos sobre os homens de Quibidó, cidade colombiana majoritariamente negra e de classe popular, Viveros Vigoya (2001) analisa a expressiva função formativa do trabalho inserido no cotidiano dos homens desde a infância, desde cedo lhes são imputadas tarefas e responsabilidades com que se ocupar e dar conta. Diante da substancialidade do trabalho na sociedade capitalista, esta é considerada a melhor forma de ocupar o tempo dos jovens e adultos, em que a utilidade lhes atribui algum valor social. Pois, segundo o pensamento corrente, “o ócio é a origem de todos os vícios”.

Simoni Guedes (1997) ao pesquisar um grupo de homens da classe trabalhadora em São Gonçalo, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, reflete sobre as instituições pedagógicas responsáveis por ensinar o trabalho como valor moral para os filhos dessa classe. Nesse processo de “fazer” “homens/trabalhadores” (Guedes, 1997, p. 167), a autora identifica como principal instituição a família, pois, “[...] o processo de se tornar homem é absolutamente entrelaçado com o de se tornar trabalhador, e só pode ser apreendido no interior desta correlação” (Guedes, 1997, p. 169). Segundo a antropóloga, a produção mais importante de um trabalhador é justamente outras pessoas trabalhadoras consideradas íntegras opostas à “vagabundagem”. “Fazer pessoas” significa ser responsável por empregar certos atos pedagógicos que exigem métodos nem sempre conscientes, mas objetivos em transformar

indivíduos em trabalhadores que se encontram na relação de oposição ao bandido, ao vagabundo.

Observa-se que, nas classes mais baixas, há uma ânsia por estabelecer essa distinção entre o trabalhador e o vagabundo desde muito cedo. A degeneração moral dos pretos e pobres aparece nesse contexto como um dado natural, um destino traçado. Há uma enorme ansiedade desses sujeitos por provar publicamente o seu desvio desse caminho e o principal meio para isso seria o trabalho honrado e a conquista do valor social de ser trabalhador considerando os moldes legais e legitimados, mesmo que minimamente, pela ideologia capitalista. Isso está representado imagetivamente todos os dias nos telejornais do Rio de Janeiro, por exemplo, quando, cada vez que um jovem negro é assassinado pelo Estado¹², sua família aparece em entrevistas para justificar que “ele era trabalhador”, “tinha família”, não era bandido ou vagabundo. É uma tentativa desesperada de afirmar o valor e a integridade da vida desses homens e, de forma ainda mais cruel, o seu valor de utilidade para a sociedade. O trabalho associado à família é um conferidor de legitimidade para a existência dos homens da classe trabalhadora, e ter sua existência validada passa por ter sua masculinidade valorizada.

Guedes (1997) ressalta ainda que, no processo de transição de menino para homem/trabalhador, a importância da família não se resume em ser a principal instituição pedagógica para o trabalho, mas é a instituição que garante valor e legitimidade ao trabalho masculino, representando a sua origem e fim. É o eixo central no qual os rapazes estão situados, uma vez que passam pelo doloroso processo de separação da família de origem, no momento em que o trabalho e o namoro os levam a construir suas próprias famílias nos moldes nucleares e heterossexuais, em que, idealizadamente, o homem deve cumprir o papel de provedor, e a mulher, o de cuidadora.

De modo semelhante, Sarti (2011) corrobora o argumento de que o principal sentido do trabalho para os homens pobres se encontra na família. O trabalho é um instrumento que possibilita que desempenhem o papel masculinizado de provedor familiar. Logo, as duas esferas — trabalho e família — aparecem de forma mutuamente constitutivas, em que a inserção produtiva e os consequentes ganhos salariais conferem legitimidade à posição familiar masculina, ao mesmo tempo em que a família atribui sentido moral ao trabalho. Desse modo, pode-se afirmar que a ética do trabalho dos homens pobres é moldada por uma concepção de gênero e família fundada no modelo heterossexual e que tem como cerne a

¹² De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 83,1% das vítimas mortais de intervenções policiais eram negras, desse percentual, 99,2% eram homens e 75% eram jovens (Bueno; Lima, 2023).

lógica do provimento patriarcal enquanto perpetuador do domínio desses homens no âmbito privado, ainda que ocupem posições estruturalmente subordinadas na hierarquia do mercado de trabalho capitalista.

As idealizações referentes aos papéis de gênero familiares estabelecidos pela divisão sexual do trabalho que correspondem ao padrão mulher cuidadora e homem provedor não são infalíveis. A ideia de que os homens seriam os principais sujeitos de provimento familiar está cada vez mais longe da realidade: Como já mencionado, em 2024, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2023a), mais da metade dos lares brasileiros era chefiado por mulheres. Porém, mesmo assumindo o papel de principais provedoras familiares, segundo Sarti (2011), as relações de poder não são subvertidas. As mulheres não se tornam matriarcas, mas os homens, sim, patriarcas fracassados. Dessa forma, as expectativas familiares referentes aos papéis de gênero são frustradas, o que reitera a cumplicidade dos homens e mulheres com as relações de gênero vigentes. No final das contas, esses são emaranhados de expectativas que ambos não conseguem corresponder no cotidiano vivido, mas que, de todo modo, lhes confere sentido de vida e identidade (Sarti, 2011).

Tolson (1979), em análise da realidade de homens operários fabris, afirma que o trabalho assalariado está carregado de significados relacionados a um certo reconhecimento social, honra e status, estruturando um *ethos* de provedor e de responsabilidade contínua essenciais para a legitimação de uma masculinidade valorizada. Mas, por outro lado, esses homens trabalhadores são atravessados por inseguranças e experiências de perda de controle que minam a autoconfiança masculina. Assim, de forma idealizada, o espaço doméstico é imaginado como lugar de compensação simbólica e afetiva, onde se tenta recompor a autoridade abalada no local de trabalho. Contudo, essa compensação é tensionada por sustentar-se na reafirmação de hierarquias de gênero e na naturalização da divisão sexual do trabalho, projetando, principalmente sobre as mulheres, expectativas de estabilização emocional dos homens e as responsabilidades do trabalho doméstico. Segundo o autor, o “ser homem” é produzido na contradição entre exploração e orgulho no trabalho, e autoridade e fragilidade no âmbito familiar, revelando uma identidade marcada simultaneamente por poder e fragilidade na construção dessas identidades masculinas.

A construção de uma masculinidade adulta e respeitada na classe trabalhadora não está relacionada à autonomia que leva ao autocentramento, ao autoprovisamento, mas a autonomia econômica necessária ao homem para que possa manter materialmente uma família. Ser um “homem de família” é o que o leva à condição de manifestar uma masculinidade madura. Essa

é a face generosa e altruísta da masculinidade construída com fundamento em valores autocentrados e egoístas. As duas faces são valorizadas na construção de um homem dominador, mas que dissipa a sua dominação em proteção para com os seus (Viveros Vigoya, 2001).

3.3 A SUJEIRA DO TRABALHO SUBALTERNO RACIALIZADO

A partir do que foi previamente discutido, as masculinidades podem ser compreendidas como construções sociais plurais e estratificadas, cuja hierarquização é profundamente mediada pelo trabalho que produz e reproduz desigualdades de gênero, raça e classe, organizadas e instrumentalizadas pelos princípios da divisão racial e sexual do trabalho. Nesse sentido, Collinson e Hearn (2001), partindo do conceito de masculinidades múltiplas (Carrigan; Connell; Lee, 1985), demonstram que as formas pelas quais as masculinidades são construídas, performadas e reconhecidas variam conforme contextos temporais, espaciais, organizacionais e culturais específicos. Desse modo, não há uma correspondência fixa entre masculinidade e posição ocupacional, distintas configurações de trabalho produzem condições específicas para a emergência, a negociação ou a contestação de determinadas masculinidades, algumas das quais podem assumir posições hegemônicas, enquanto outras são subordinadas ou marginalizadas.

A subalternização das masculinidades negras é socialmente construída por diversos aspectos associados à raça. Argumento aqui que o trabalho é, evidentemente, um dos principais eixos dessa subalternização. Para além dos aspectos econômicos derivados da divisão racial do trabalho ressaltam-se as questões simbólicas associadas ao fato de que o trabalho para os homens negros no Brasil sempre esteve distante de significar um fator de valorização social. Diferentemente do que pode significar para os homens brancos de classe média, sujeitos legítimos do ideal segundo o qual o “trabalho dignifica o homem”, para os homens negros, “O trabalho nunca foi [...] o terreno em que sua masculinidade patriarcal poderia ser afirmada” (hooks, 2022, p. 71).

Mecanismos de subjetivação do capital levam o homem negro, assim como todos os demais indivíduos, a internalizar a ideologia do trabalho enquanto “dignificador do homem”. Ainda que possa representar exploração e subordinação, o trabalho permanece sendo encarado como a principal ferramenta de afirmação da “utilidade social” dos homens negros. O álibi para que não sejam exterminados, indesejados socialmente que são, pode ainda representar

para muitos fonte de afirmação, pois é aliado à heterossexualidade e à cisgeneridade que os coloca em condições de estarem (mas sem pertencerem) no *hall* dos homens, pois, embora distantes da hegemonia, permanece a cumplicidade com ela.

Não obstante, é importante ressaltar que a ideia de dignificação atrelada ao trabalho alienado capitalista é uma quimera. Não há dignificação possível em um sistema baseado na exploração humana cuja finalidade é a geração de lucro às custas da metabolização destrutiva da sociedade. O mundo vem vivenciando um movimento crescente de precarização do trabalho que antes era direcionado a sujeitos racializados e imigrantes. Cada vez mais, esse processo atinge a todos, devido à desestruturação do Estado de bem-estar social na Europa, à crise do capital e ao desemprego estrutural, que atingem não apenas os países periféricos, que já enfrentam a desproletarização e a desindustrialização, mas também os centrais (Antunes, 2009).

Os militantes black power eram implacáveis em suas críticas ao capitalismo. Eles desmascararam a corrupção na força de trabalho nos Estados Unidos anunciando ao homem negro que não importava se ele tinha ou não um emprego legítimo que lhe desse valor aos olhos das pessoas brancas, uma vez que nada sob o sistema capitalista era legítimo. Dentro desse sistema, todos os negros eram ladrões, todos eram gangsteres, todos eram corruptos (hooks, 2022, p. 65-66).

A despeito da promessa moral capitalista de dignificação do homem pelo trabalho, para os homens negros ela não se concretiza, já que sua subalternização laboral e moral é inerente à perpetuação capitalista e não se resume ao lucro gerado da exploração da sua força de trabalho, mas nasce principalmente da afirmação por oposição do sucesso profissional dos homens brancos de classe média, aqueles que sustentam a ideia de dignificação via trabalho, embora isso ocorra de forma fragilizada, visto o movimento global contemporâneo de precarização do trabalho. Chalhoub (2012) pontua que a relação dos homens negros com o sistema não é de exclusão, é de uma oposição irreconciliável, cumprindo uma clara função de afirmação, por oposição, do padrão hegemônico, erigindo-o e enaltecendo-o. Nesse sistema, os homens negros estão sob o estigma permanente de degenerados e vadios e, por mais que tome novas formas, esse estigma permanece como estratégia de subordinação social, o que propicia a exploração.

Visando a compreender como se deu histórica e socialmente o processo de subalternização do trabalho e dos trabalhadores de coleta de lixo domiciliar, procuro analisar as desigualdades e hierarquias características desse contexto a partir do que poderíamos

chamar de trabalho subalterno racializado, em cuja ideia estão intrínsecos os conceitos de divisão racial e divisão sexual do trabalho na mobilização das categorias de raça e gênero enquanto produtoras de discriminações que definem os sujeitos que ocuparão as posições subalternizadas de trabalho. É fundamental assinalar que as ocupações que fazem parte desse segmento carregam uma “bagagem colonial” que carrega estigmas e continuidades históricas relacionadas ao colonialismo, que encontrou reverberações no modo de produção e força de trabalho capitalista, com poder de definir negativamente a identidade e o status social dos homens e mulheres que o exercem.

Nesta pesquisa, considero trabalho subalterno racializado aquele que exige baixa ou nenhuma qualificação, fazendo parte dos mais baixos patamares da hierarquia social laboral. A subalternidade desses trabalhos é marcada por desigualdades e discriminações de raça, gênero e classe, operando simultaneamente na construção de complexas e contextuais opressões. Esses marcadores sociais se expressam nessas atividades através da sobre-representação de determinados grupos sociais que as praticam, mas principalmente na forma com que foram social e historicamente construídas no imaginário com base em estigma e estereótipos de origem colonial que acompanham os seus agentes predominantes.

Tal formulação cabe à atividade de coleta de lixo domiciliar, mas envolve também outras ocupações com tais características, como o trabalho doméstico remunerado, o de construção civil ou o de entregadores de aplicativo. São atividades desempenhadas por maioria negra e que ainda experienciam na contemporaneidade as consequências materiais e culturais de uma escravidão colonial que, em seu processo de abolição e decorrente consolidação capitalista, não rompeu com as “velhas” formas de racialização, marginalização e exploração da força de trabalho. O valor de uso dessas atividades permanece, sua utilidade social e formas de exploração se renovam.

No caso do serviço de coleta de lixo domiciliar e urbana, sua vinculação histórica aos tempos da escravidão e sua continuidade na contemporaneidade não se apresentam de forma óbvia e direta, ainda assim, é possível identificar que reverberam nas experiências e condições de trabalho dos coletores de lixo da Comlurb. Através da história dos “tigres”, é possível perceber as raízes materiais e simbólicas do homem negro enquanto carregador de lixo e quais os significados simbólicos disso. Os tigres eram escravizados que carregavam em tonéis os dejetos das casas até os rios, mares, praças e quintais para descarte. Dentre os trabalhadores

das “imundícies”¹³ estavam os homens negros que carregavam, em suas cabeças, frágeis recipientes de madeira lotados de urina e fezes que escorriam pelos seus corpos, a mistura de ureia com a amônia os pintava com marcas brancas. Pode-se dizer que a associação entre o nome desses tonéis, chamados de tigres e a aparência rajada desses trabalhadores deu origem ao nome popular e estigmatizante (Costa, 2024; Santos, 2007).

Segundo Karasch (2000), o trabalho de carregamento era muito comum entre os escravizados. Era uma convenção social que senhores, tanto homens quanto mulheres, não deveriam circular pela cidade carregando qualquer tipo de coisa. Dependendo do que tinham a atribuição de carregar, o trabalho desses escravizados detinha mais ou menos valor social, dentro do que era possível para esses homens negros ter o trabalho valorizado em um contexto de escravidão. Nessa área, os carregadores com mais alto valor eram os que carregavam o imperador, transportado em uma cadeirinha por doze homens escravizados. Eles atuavam no porto e na alfândega. Os estivadores e carregadores de sacas de café também tinham algum prestígio, além de serem relativamente bem remunerados, no caso dos escravos de ganho. O mais baixo valor era destinado aos tigres: “A repugnante tarefa de carregar o lixo e os dejetos da casa para as praças e praias era geralmente destinado ao único escravo da família ou ao de menor *status* ou valor” (Karasch, 2000, p. 266).

Os tigres eram o único “sistema de esgotamento sanitário urbano” vigente no Brasil até a segunda metade do século XIX (Souza, 2007). Souza (2007), em sua dissertação sobre os tigres na cidade do Rio de Janeiro no século XIX evidencia que a presença desses trabalhadores era altamente incômoda e temida pelos cidadãos. Havia o mal cheiro, o medo da contaminação por doenças, o nojo dos dejetos... Embora aquele trabalho fosse imprescindível, eles eram considerados verdadeiros estorvos para a paisagem e o bem-estar dos demais. Localizados na base da hierarquia social, esses escravizados eram tidos como uma desonra para os cidadãos e para os demais escravizados, um lembrete desagradável da incivilização do Brasil.

Sua imagem causava ojeriza e medo. O estigma desses trabalhadores associados às imundícies era equivalente ao das prostitutas, condenados, prisioneiros e mendigos, todos vinculados à desordem social nascida da impureza e do perigo (Souza, 2007). O lixo e os dejetos relacionados à peste e à morte¹⁴ faziam com que fossem constantemente evitados,

¹³ No século XIX, era usado o termo “imundícies” para se referir aos resíduos sólidos e dejetos, era tudo o que deveria ser afastado e controlado, carregando um sentido de impureza, pecado e perigo (Souza, 2007).

¹⁴ Os médicos reprodutores do pensamento científico vigente no século XIX sustentavam que a doença era adquirida pelo ar. Assim, o ar contaminado com cheiro fétido resultante da decomposição de matéria orgânica

tendo a noite como horário preferencial de serviço. Além dos escravizados, os “escravos de ganho”, os de aluguel e os negros prisioneiros também eram acionados para o serviço de limpeza urbana em geral (Souza, 2007). Esse tipo de serviço degradante era destinado, assim, não só aos escravizados de menor valor social, mas também aos “criminosos” como forma de economizar as verbas dos cofres públicos e disciplinar os prisioneiros pelo trabalho.

À luz do que foi exposto, observam-se permanências históricas e sociais que se apresentam como fatores característicos dos trabalhos subalternos racializados no Brasil. Estão, em alguma medida, conectadas às condições históricas dos “tigres” as experiências contemporâneas dos coletores de lixo domiciliar. Citando algumas dessas conexões, em ambos os casos, o trabalho com resíduos permanece racialmente marcado, socialmente desvalorizado e simbolicamente associado à impureza, ao perigo e à marginalidade urbana, reproduzindo processos de estigmatização que afetam o reconhecimento social desses trabalhadores. Além disso, persiste a centralidade do corpo como principal instrumento produtivo, marcado por esforço físico intenso, desgaste e exposição a riscos sanitários, bem como a tendência à invisibilização social do serviço, frequentemente deslocado para horários e espaços de menor visibilidade pública. Tais aspectos serão mais bem detalhados nos próximos capítulos.

O lixo é um aspecto central da definição da subalternidade dessa atividade, posicionando-o enquanto um trabalho sujo em múltiplos termos. A respeito disso, os estudos sobre “*dirty work*” fundados por Hughes (1951) e sistematizados principalmente por Ashforth e Kreiner (1999, 2014) podem nos ajudar a entender melhor sobre os significados sociais dessa sujeira. Hughes (1951) se refere a trabalhos e atividades que podem ser descritas como degradantes e repugnantes e os indivíduos que as desempenham, apesar de prestarem serviços para a sociedade, são estigmatizados e renegados no âmbito das relações pessoais e públicas, o que os torna tão “sujos” quanto os seus trabalhos, em um processo social de personificação da sujeira.

Desenvolvendo e sistematizando o conceito, Ashforth e Kreiner (1999) sustentam que o trabalho sujo¹⁵ pode ser de três tipos: físico, moral e social. O âmbito físico do trabalho sujo é o mais palpável deles, envolvendo contato direto com aquilo que traz ojeriza — lixo, morte, fluídos corporais etc. —, mas também trabalhos que envolvem perigo, como o dos bombeiros

poderia acometer gravemente os indivíduos e os seus maus efeitos poderiam perdurar por gerações (Souza, 2007).

¹⁵ Tradução livre do conceito de *dirty work*.

e mineiros. Já a contaminação social se refere aos trabalhos que envolvem o constante contato com pessoas estigmatizadas, como policiais penais, assistentes sociais e atendentes da ala psiquiátrica, por exemplo. O âmbito moral do trabalho sujo está associado ao que é considerado pecaminoso, de caráter duvidoso, que emprega métodos traiçoeiros, confrontadores e desafiam as normas sociais a exemplo de advogados de defesa e lobistas. A linha que separa esses três tipos é tênue e algumas profissões podem ser manchadas por mais de um deles (Ashforth; Kreiner, 2014). O que os definem dessa maneira é o estigma ligado à “sujeira”, simbólica ou concreta. Portanto, não se trata necessariamente de precariedade, subalternidade e envolvimento direto com o que causa ojeriza aos sentidos, mas também, à “sujeira” moral, à contaminação do caráter individual e ao desserviço social da atividade. O estigma que todas carregam em comum é o de “*visceral repugnance*” (Ashforth; Kreiner, 1999, p. 415).

Ashforth e Kreiner (2014) destacam serem três as tendências históricas que construíram socialmente o *dirty work*:

- a) a ascensão da higiene: a consolidação da higiene como valor social transformou a limpeza em símbolo de status de classe, dependente da existência de servos ou trabalhadores encarregados da sujeira. Na era vitoriana, a limpeza tornou-se também um elemento constitutivo de uma feminilidade socialmente valorizada. A sujeira passou a ser associada aos grupos marginalizados e subalternizados, funcionando como um marcador hierárquico de distinção social;
- b) o desenvolvimento econômico e tecnológico: contribuiu para a externalização do trabalho sujo, seja por meio da mecanização, seja pela sua delegação a imigrantes e a países periféricos. A crescente especialização do trabalho permitiu que indivíduos e grupos terceirizassem atividades consideradas degradantes. Esse processo concentrou o trabalho sujo em determinados grupos sociais, reforçando sua estigmatização como “outros”;
- c) ascensão do liberalismo: a expansão do liberalismo, da democracia e da relativização moral atenuou o caráter contaminado de algumas ocupações, como a prostituição, por exemplo, ao mesmo tempo em que intensificou o estigma sobre atividades vistas como violadoras de direitos humanos e dos animais. O fortalecimento do individualismo deslocou a responsabilidade pela inserção em trabalhos sujos para o indivíduo. Com isso, a ideologia liberal obscurece os condicionantes estruturais e transforma a subalternização em fracasso pessoal.

Na modernidade, a sujeira — física, moral ou social — passa a operar como uma categoria relevante no processo de inferiorização e marginalização social, porém, como ressaltam os autores, ela não se manifesta dessa forma sobre todos os profissionais do trabalho sujo, seu impacto negativo nas relações sociais e estruturais depende do status da profissão e dos grupos sociais que a praticam.

Como exemplo dessa dualidade, Sudnow (1967) relata que um atendente de necrotério de um hospital sempre removia seu avental de operação manchado de sangue antes de entrar na cafeteria dos funcionários, provavelmente porque o sangue evocava pensamentos de morte; por outro lado, os cirurgiões frequentemente não removiam suas roupas manchadas de sangue, provavelmente porque o sangue evocava pensamentos de salvamento heroico de vidas¹⁶ (Ashforth; Kreiner, 2014, p. 424, tradução nossa).

A sujeira encarnada em profissões desvalorizadas se torna um fator central de subalternidade para esses trabalhadores. Há uma relação direta entre a sujeira do trabalho e a sujeira social vinculada à marginalização dos grupos minoritários que os desempenham, é o que Ashforth e Kreiner (2014, p. 432) chamam de “*recursive loop*”. Dessa forma, quanto mais “*dirty people*” desempenhando certo tipo de trabalho, maiores as chances de ele ser considerado um trabalho sujo. Aqui, a sobrerepresentação de minorias sociais em determinada ocupação informa o quão visceralmente repugnante determinado trabalho pode ser.

Tais ideologias são claramente circulares: determinadas categorias de status socioeconômico, gênero e raça/etnia são consideradas mais adequadas a trabalhos sujos de baixo prestígio, e sua concentração desproporcional nessas ocupações passa, então, a ser tomada como confirmação dessa suposta adequação. Essas ideologias circulares costumam estar enraizadas em noções essencialistas problemáticas de demografia, isto é, na ideia de que os membros de uma determinada categoria social possuem um caráter natural e fixo que os distingue dos membros de outras categorias (e.g., Verkuyten, 2003; Rangel & Keller, 2011), predispondo-os a determinadas formas de trabalho¹⁷ (Ashforth; Kreiner, 2014, p. 434, tradução nossa).

¹⁶ Traduzido de: “As an example of this duality, Sudnow (1967) reports that a hospital’s morgue attendant always removed his bloodstained operating gown prior to entering the staff cafeteria, likely because the blood cued thoughts of death; conversely, surgeons often did not remove their bloodstained attire, likely because the blood cued thoughts of heroic life-saving”.

¹⁷ Traduzido de: “Such ideologies are clearly circular: certain categories of socioeconomic status, gender, and race/ethnicity are believed to be well-suited to low-prestige dirty work, and their disproportionate clustering in these occupations is then taken as confirmation of their suitability. Circular ideologies are often rooted in dubious essentialist notions of demography, that is, that members of a given social category have a natural and fixed character that differentiates them from members of other categories (e.g., Verkuyten, 2003; Rangel & Keller, 2011), predisposing them to certain forms of work”.

Em outro momento, me referi a esse processo de retroalimentação entre a sujeira atribuída ao trabalho e a sujeira social associada aos grupos que o praticam como “estigmatização circular” (Porfírio, 2021, p. 70). No livro em questão, o termo pretendia auxiliar na compreensão da reprodução social do estigma associado ao trabalho doméstico e às mulheres negras a partir da história colonial e da representação social das mucamas¹⁸ como aspecto central para essa reprodução social. No caso do trabalho doméstico remunerado no Brasil, essa circularidade é inseparável das suas origens escravocratas, uma vez que as atividades historicamente desempenhadas por mulheres negras escravizadas foram incorporadas ao mercado de trabalho sem rupturas significativas em seus sentidos sociais. Assim, o trabalho doméstico é desvalorizado por carregar a marca de um trabalho associado à servidão e à escravidão, enquanto as mulheres negras que o realizam são estigmatizadas por ocuparem uma posição social considerada inferior. Simultaneamente, a sobre-representação dessas mulheres na ocupação passa a ser interpretada como confirmação de que se trata de um trabalho “naturalmente” destinado a esse grupo. Essa dinâmica circular naturaliza a associação entre raça, trabalho e valor social, dificultando a valorização da ocupação e a ruptura dos sujeitos com a posição subalterna que lhes é atribuída.

Afirmo, portanto, que o trabalho subalterno racializado no Brasil, caso da atividade de coleta de lixo domiciliar, é fruto desse processo circular de estigmatização que, no caso aqui pesquisado, ganha forma devido à repugnância que suscita. A sujeira dessa atividade encontra suas raízes não apenas no lixo enquanto sua manifestação material, mas principalmente na sua manifestação histórica e social: a conexão dessa atividade com o trabalho escravo de homens negros. Tal processo teria, então, o poder de atribuir a todos os trabalhadores de coleta de lixo domiciliar as características estigmatizadas dos sujeitos históricos dessa profissão. Mesmo que determinado trabalhador não apresente os marcadores sociais atribuídos a essa atividade, acaba sendo taxado por ela, “contaminado”. Dessa forma, ainda que uma mulher branca, por ventura, venha a se tornar coletora, um trabalho altamente generificado (masculinizado) e racializado (enegrecido), na realização da função, ela se masculiniza de uma forma muito específica, de uma “forma negra”.

Apesar de todo o processo de estigmatização, subalternização e desvalorização social que o trabalho pode representar para os homens negros das classes baixas, ele ainda é um eixo central para a construção das suas identidades nessa relação entre o subjetivo e o social, mas também na relação entre o mundo público do trabalho e o mundo privado da família. A

¹⁸ Mulheres negras escravizadas no período colonial que executavam o trabalho doméstico nas casas grandes.

legitimidade social dos homens, nesse contexto, encontra-se profundamente imbricada à legitimação da masculinidade, construída bom base em referenciais normativos socialmente estabelecidos no interior da classe trabalhadora, ainda que em relação de espelhamento com a masculinidade hegemônica, nos quais o ideal do “homem trabalhador”, provedor e moralmente responsável, ocupa lugar central. O trabalho é o principal veículo para a legitimação do “eu” social, nesse contexto. Nos capítulos seguintes, à luz da produção bibliográfica nacional e da análise das experiências relatadas pelos coletores para a presente pesquisa, serão discutidas as ambiguidades, tensões e contradições que emergem dessa relação entre trabalho, identidade e reconhecimento no cotidiano dos coletores de lixo domiciliar.

CAPÍTULO IV

O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: DEBATES TEÓRICOS E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Ao longo deste capítulo, discuto a produção bibliográfica especializada sobre o trabalho de coleta de lixo domiciliar, destacando os principais debates e limites analíticos presentes nos estudos que se dedicaram a compreender as condições de trabalho, os processos de estigmatização e os significados atribuídos à atividade pelos próprios coletores. Parto da compreensão de que, apesar das importantes contribuições desse campo, as relações estruturais que dão origem às discriminações e desigualdades intrínsecas ao cotidiano dos coletores permanecem pouco exploradas como dimensões centrais das experiências sociais desses trabalhadores. Em seguida, apresento as escolhas metodológicas que orientaram a construção da pesquisa empírica, refletindo sobre os desafios, contingências e possibilidades envolvidos na realização de entrevistas com os coletores de lixo domiciliar da Comlurb. Nesse sentido, procuro delimitar quais elementos da literatura especializada e das escolhas metodológicas realizadas me guiarão na construção da parte empírica desta tese.

4.1 OS COLETORES DE LIXO DOMICILIAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA

A atividade de coleta de lixo domiciliar é uma das atividades que um gari homem pode desempenhar durante sua trajetória na Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), empresa municipal subordinada à prefeitura e responsável pela limpeza urbana, coleta, transporte e destino de resíduos. Como uma profissão não qualificada, um mesmo gari, ao longo de sua trajetória profissional, pode desempenhar diversos serviços referentes à limpeza de espaços públicos: pode trabalhar por um período de tempo na coleta de lixo domiciliar, na varrição de ruas, limpeza de bueiros, limpeza de praias, lavagem de espaços públicos, manutenção básica de jardins públicos, corte de grama, dentre outros muitos serviços. Esta pesquisa se concentra apenas no trabalho de coleta de lixo domiciliar e nos garis que executam ou já executaram essa atividade, por isso, a centralidade na análise da bibliografia especializada está restrita aos estudos que tratam precisamente desta atividade.

Há poucos estudos que analisam especificamente as relações laborais dos coletores de lixo domiciliar no Brasil, mas o campo é bastante interdisciplinar, passando por áreas do

conhecimento, como psicologia social, saúde coletiva, geografia, engenharias e administração. Nesta revisão bibliográfica, serão considerados somente os estudos que dialoguem em algum ponto e nos auxiliem na resposta a uma das principais questões de análise da pesquisa: as múltiplas desigualdades sociais que marcam os garis de coleta de lixo domiciliar e como essas desigualdades formadas por meio de estruturas sociais e históricas incidem na naturalização da sobrerrepresentação dos homens negros nessa profissão.

Apesar de ser uma ocupação marcada por desigualdades, estigmas e discriminações sociais, os coletores de lixo domiciliar não representam um objeto de estudo consolidado para as ciências sociais. É possível apontar algumas investigações predominantemente concentrados nas áreas de psicologia social (Lopes *et al.*, 2012; Santos, 1999; Souza, 2018) e saúde coletiva (Belarmino *et al.*, 2022; Santos; Silva, 2011; Velloso; Valadares; Santos, 1998), os quais contribuem teoricamente para esta pesquisa ao abordarem, mesmo que lateralmente, as condições precárias e degradantes que os coletores enfrentam cotidianamente devido à desvalorização social e organizacional do seu trabalho; os preconceitos e discriminações vivenciados e o significado carregado de ambiguidades atribuído por esses garis ao trabalho de coleta de lixo, à rua, aos usuários do serviço e ao próprio lixo.

É pela chave do preconceito que as pesquisas abordam as possibilidades de manifestação das desigualdades que marcam esses trabalhadores. Nessa perspectiva, as desigualdades enfrentadas cotidianamente durante o exercício da atividade são tratadas em especial com foco nas dinâmicas de discriminação interpessoal, fruto de estigmas sociais e pré-julgamentos oriundos do trabalho com o lixo exercido por homens pobres.

A extrema precariedade, exploração e desvalorização dessa atividade são temas amplamente abordados por essas pesquisas como fatores alarmantes do ponto de vista da construção das identidades dos trabalhadores e a degradação de suas saúdes físicas e mentais. A humilhação e a falta de dignidade também são destacadas como sentimentos corriqueiros entre os coletores, oriundos das condições objetivas de discriminação e degradação desses sujeitos.

No que se refere às especificidades de gênero, literatura da área descreve a atividade como um trabalho masculino, tendo como interlocutores de pesquisa apenas coletores homens. Apesar de não discutirem a experiência desses trabalhadores sob enfoque das masculinidades enquanto um marcador, essas pesquisas não pretendem deslocar a manifestação do gênero masculino de uma perspectiva analítica neutra.

À despeito da abordagem preocupada com as experiências de desigualdade, estigma e desvalorização vivenciadas pelos coletores, as principais pesquisas sobre o tema não consideram a questão racial como determinante para essas experiências, sequer mencionam a composição racial dos trabalhadores entrevistados. Segundo tais estudos, o lixo e as questões de classe parecem ser os principais vetores da subalternização desses trabalhadores. O lixo aparece como agente contaminador, não apenas físico, mas também moral e social, atribuindo-lhes a marca da “sujeira” em múltiplos sentidos. Enquanto os conflitos de classe são analisados tanto em termos organizacionais, na relação com as empresas contratantes, quanto no nível social, considerando a discriminação perpetrada pelos usuários do serviço, isto é, os demais cidadãos. Essas categorias de análise não aparecem, porém, relacionadas à raça e ao seu potencial social e histórico de construção dos efeitos subalternizadores que o lixo e os conflitos de classe têm nas relações sociais dos coletores de lixo domiciliar.

Sobre as condições de trabalho dos coletores de lixo domiciliar, como uma importante característica, é preciso ressaltar o seu caráter corporal. Velloso, Valadares e Santos (1998) analisam essa atividade com base nos riscos à saúde do trabalhador. Os autores destacam que parte desses riscos se deve à precariedade das tecnologias de coleta de lixo da Comlurb, no Rio de Janeiro. O trabalho observado é basicamente manual, o corpo dos trabalhadores ainda representa um dos principais instrumento de carregamento de lixo. Os autores descrevem como a carga excessiva de trabalho corporalmente extenuante, a precariedade das condições de trabalho, as relações laborais hierárquicas e humilhantes e o preconceito e discriminação da população contribuem para a degradação da saúde física e psíquica desses homens. No que diz respeito às condições precárias, destacam-se: a falta de diálogo da empresa com os trabalhadores, de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados e de tecnologias que auxiliem na coleta. Nesse contexto, os acidentes de trabalho são corriqueiros e essa situação é agravada pelo consumo constante de bebidas alcoólicas como tentativa dos trabalhadores de suportarem esse cotidiano. O consumo excessivo de álcool, segundo os autores, acaba se tornando fator de autculpabilização diante do índice elevado de acidentes de trabalho.

Santos (1999), em seu livro sobre os coletores de lixo domiciliar traz, já na justificativa da sua obra, algo inquietante sobre como as desigualdades e precariedades vivenciadas pelos coletores podem levar à degradação das suas vidas. O autor expõe que a sua aproximação com a categoria dos trabalhadores de limpeza pública de São Paulo se deu em função da demanda do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Obras e Limpeza Urbana de São Paulo (Siemaco) à Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de

Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), instituição de pesquisa vinculada ao Ministério de Trabalho para o desenvolvimento de uma pesquisa a respeito das condições de trabalho e saúde da categoria, pois a queixa principal do sindicato era, justamente, o consumo exagerado de álcool por parte dos trabalhadores durante o exercício das funções, principalmente os coletores, descritos como “movidos a álcool”.

O consumo de álcool durante o exercício do trabalho aparece como uma questão que faz parte do dia a dia dos coletores enquanto trabalhadores da rua com fácil acesso a bares, nos quais seus donos usam a “pinga” como moeda de troca para possíveis favores. Segundo Santos (1999), o álcool é consumido como forma de alívio, fuga e até mesmo como forma de o indivíduo ser introduzido nesse círculo social. Aliado a isso, está a concepção de que o álcool teria o poder de limpar a sensação geral de contaminação de si pelo lixo, funcionando como uma espécie de “desintoxicante”.

Ainda entre as pesquisas que abordam a questão da saúde relacionada ao trabalho de coleta de lixo domiciliar, a produção de Belarmino *et al.* (2022) apresenta análise similar à de Velloso, Valadares e Santos (1998). Além de relatarem fatores semelhantes de degradação da saúde mental e física dos coletores, também pontuam a maneira descuidada e irrefletida com que a população descarta o lixo. Esse aparece como um dos principais fatores de acidente de trabalho, além de ser uma clara sinalização para tais trabalhadores da desvalorização do serviço prestado e da humilhação a que são submetidos.

Alguns autores evidenciam a ideia de que o trabalhador de coleta de lixo acaba sendo identificado com o próprio lixo pela sociedade, passando uma imagem suja, de inutilidade, falta de perspectiva e marginalidade (Lopes *et al.* 2012; Santos, 1999; Velloso; Valadares; Santos, 1998; Souza, 2018). Santos (1999) afirma que a relação da comunidade com o coletor se estabelece através do lixo, algo/alguém que todos querem se livrar. Nessa relação, tanto o material coletado quanto os coletores são indesejados socialmente. Apesar de não ter sido o trabalhador quem o produziu, este é apontado como aquele que traz a perturbação pelo trabalho com o lixo. Há uma associação direta entre a figura desses garis com a irresponsabilidade das brincadeiras, lixo espalhado, bagunça, gritaria. A desqualificação, assim, não é apenas da atividade, mas do próprio trabalhador. Dessa forma, a invisibilidade se torna uma exigência.

Apesar de todo o aviltamento característicos dessas relações, tema predominantemente abordado pela bibliografia especializada, Santos (1999) explora como um dos tópicos de análise centrais de sua obra o outro lado da experiência de trabalhar na rua, com o corpo, de

forma tão dinâmica e sociointerativa. Segundo a autora, do ponto de vista das ambiguidades presentes nesse tipo de atividade, chama atenção a contradição entre as condições penosas de trabalho e a liberdade e interação dos corpos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que estão expostos ao perigo e à insalubridade, ainda assim, parecem voar entre os carros e pedestres, brincando e competindo amistosamente entre si. Aqueles homens são relatados pela autora como se sempre estivessem jogando com o perigo das ruas, com o lixo e com os seus corpos, sempre com muito domínio da atividade e comunicação afiada entre os membros da equipe, uma comunicação pouco verbal, mas principalmente através de olhares, gestos, esbarrões de encorajamento que empurram o colega cansado para frente, apostas de corrida que se iniciavam sem aviso prévio. A autora fala sobre um trabalhar brincando que faz parte da dinâmica de coleta de lixo.

A rua, espaço de trabalho dos coletores de lixo domiciliar, de acordo com Santos (1999), é socialmente concebida como o lugar dos mendigos, prostitutas, malandros, desamparados e discriminados. Espaço regido por uma lógica distinta da lógica do privado, da empresa ou da fábrica, é guiada pelo movimento, a novidade, a imprevisibilidade, pode representar marginalidade e sofrimento, mas também liberdade e prazer. As relações de trabalho nesse local se dão, portanto, por critérios, normas e hierarquias próprias, fundamentadas na cooperação, na ajuda e na troca.

Como lugar de prazer e alegria, a rua está relacionada principalmente à liberdade, ao movimento e a construção de relações. Para os trabalhadores, a relação com o corpo é central, pois o corpo, ainda que possa representar sofrimento por efeito do desgaste e da doença, é também um meio de libertação graças ao movimento e ao trabalho. Um corpo ágil e saudável é próprio para o trabalho, o que confere a esses homens a capacidade de ser um provedor. Além disso, permite o encurtamento do tempo, pois, através dele, tem-se a sensação de que é possível “fazer o próprio tempo”, longe dos olhares reguladores da chefia. Ou seja, o corpo na interação com a rua pode trazer a sensação de autonomia (Santos, 1999).

Nessa perspectiva de Santos (1999) a rua, para esses trabalhadores é, dentre outras coisas, um lugar criativo e lúdico que permite a brincadeira entre os membros do grupo; a interação com o espaço, as coisas e as pessoas e que coloquem o seu “corpo para jogo” em meio a muitas possibilidades. O trabalho dinâmico na rua possibilita a construção de laços de amizades e até mesmo o flerte, o que cria relações de afetividade que são importantes para além do âmbito das interações interpessoais, mas também para a própria “sobrevivência” desses trabalhadores na rua, imersa na lógica do coleguismo, do favor e da troca.

‘A “liberdade da rua” aponta a diversidade de situações experimentadas pelo coletor. Para tal façanha, ele se descreve como “um homem de mil faces”, o que pressupõem um “jogo de cintura”, flexibilidade para lidar com a diversidade, a multiplicidade de situações e significações que só a rua pode suscitar’ (Santos, 1999, p. 74).

Santos (1999), porém, traz o contraponto a todos esses sentidos atribuídos à rua quando argumenta que esse espaço também pode ser associado ao desconforto, desprazer, sofrimento e humilhação. A falta de estrutura de atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores, a qual a empresa contratante não provê, como banheiros. Por isso, os trabalhadores se veem obrigados a depender de estabelecimentos comerciais que muitas vezes negam ajuda, ou até mesmo têm de fazer suas necessidades fisiológicas na rua. Também é comum pedirem água para os moradores ou algo para beber em bares, que muitas vezes oferecem bebidas alcoólicas. A rua pode significar também a exploração dos seus corpos, o que ocorre em virtude das longas horas subindo e descendo do caminhão, se pendurando nos estribos, correndo e carregando muito peso. Esses fatores se originam na extrema desvalorização e inferiorização desses homens por parte da empresa e da sociedade e têm a rua como “palco”. O sentimento de injustiça é, assim, agravado pela percepção de que são tratados de tal forma por executarem o “trabalho sujo”, mesmo tendo consciência da relevância social do serviço que prestam. A rua também é um espaço de cerceamento e subalternização (Santos, 1999).

Na rua, as possibilidades de interação são diversas, o que gera para esses trabalhadores experiências ambíguas também do ponto de vista das relações interpessoais. As interações entre os coletores e os moradores passam por critérios de cooperação e troca de favores, o que fortalece os vínculos entre trabalhadores e a comunidade. Mas por outro lado, essas relações também acabam funcionando como um recurso de negociação para a obtenção de algum respeito por parte dessa comunidade. Através dessa proximidade, os trabalhadores têm a oportunidade de fazer ser notada a relevância dos seus serviços diante da intensa desvalorização, discriminação e marginalização da profissão, o que afeta muito a autoestima desses homens (Santos, 1999).

Tratando da questão do reconhecimento social e organizacional da atividade e da sua importância para os coletores de lixo domiciliar, Souza (2018) também observa que a relação com os usuários é uma fonte de ambiguidade no que se refere ao reconhecimento e à discriminação. É na relação com a comunidade que os coletores se sentem úteis, um tipo de reconhecimento negado pela organização, mas, por outro lado, é essa mesma comunidade que

protagoniza situações de hostilidade e discriminação contra eles. Souza (2018) frisa que o preconceito sentido na relação com a comunidade usuária do serviço é uma das principais fontes de sofrimento para os coletores de lixo domiciliar.

Quando nos direcionamos precisamente ao lixo, Santos (1999) afirma que os coletores o concebem a partir de múltiplos significados construídos no cotidiano de trabalho. Segundo a autora, o lixo faz parte da construção da identidade desses trabalhadores e esse processo inclui a influência de concepções burguesas higienistas que associam a sujeira e o mal cheiro à pobreza, ao caos e à contaminação. Dessa forma, o lixo e o seu cheiro são considerados pelos próprios coletores, levando em conta a influência dessas concepções dominantes, como fonte de contaminação não apenas do seu corpo, mas também de sua vida.

O lixo pode ser carregado de tristeza, principalmente quando já foi uma vida, como em alguns casos dramáticos relatados por coletores. Um dos entrevistados por Santos (1999) descreve a sensação terrível de ter encontrado um recém-nascido sem vida na caçamba de lixo, enquanto outro entrevistado relata já ter encontrado um cachorro morto. Em contrapartida, o lixo também pode ser dotado de valor, na coleta é possível encontrar coisas que ainda têm utilidade, que podem virar objetos pessoais ou agregar valor às casas dos coletores, por exemplo. A imprevisibilidade do que se vai encontrar numa lata de lixo pode revelar surpresas negativas ou positivas, mas, segundo a autora, mesmo as positivas não desfazem o caráter aviltante da experiência de lidar diretamente com o lixo (Santos, 1999).

Santos e Silva (2011), em estudo pautado em entrevistas com catadores de material reciclável e coletores formais de lixo domiciliar de Fortaleza, investigam os significados do lixo para esses trabalhadores. Para os coletores, pode ser sinônimo de perigo por conta do mau cheiro e dos riscos de contaminação: quanto mais difícil de ser curada a doença que o contato com o lixo pode causar ou quanto maiores os danos causados ao corpo por conta do lixo, mais intensa se torna essa percepção de perigo. O lixo também aparece com sentido de sustento, uma oportunidade para aqueles que não tiveram tantas opções profissionais, devido à falta de escolaridade e qualificação. Os autores inferem, porém, que a despeito das ambivalências, o trabalho com esse material mantém significados humilhantes e desvalorizantes para os trabalhadores.

Sobre os sentidos subjetivos e sociais do trabalho de coleta de lixo para os coletores de Minas Gerais da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), Lopes *et al.* (2012) partem da concepção da centralidade do trabalho como uma das principais fontes de construção de identidades individuais e sociais dos indivíduos. Nessa interação entre o subjetivo e o social,

os autores analisam que o preconceito da sociedade é um tema central para a percepção dos trabalhadores sobre suas ocupações. Essa relação faz com que se sintam “tratados como lixo” e encarados como ameaças. Como consequência de demonstrações explícitas de preconceito dos usuários, os conflitos com os trabalhadores são descritos como comuns pelo fato de eles não aceitarem os xingamentos, provocações e atos explícitos de demonstração de nojo.

Aliado ao preconceito, os autores abordam também as más condições de trabalho como um fator que os coletores levam em consideração ao definirem um significado para essa atividade. De acordo com os entrevistados, as más condições levam à precariedade física, o que tem potencial de gerar acidentes de trabalho, problemas osteomusculares e intoxicação por causa do contato com os dejetos. A questão salarial também exerce muita influência na percepção de desvalorização do trabalho. Segundo os entrevistados, o salário é muito baixo e defasado com relação ao que recebiam no passado.

Por outro lado, assim como Santos (1999), Lopes *et al.* (2012) também analisam que há uma certa ambiguidade na percepção dos coletores de lixo domiciliar sobre a atividade. Apesar da inferiorização social e organizacional que coloca em risco sua integridade, ainda assim, eles mantêm como principal aspecto ideológico a valorização dos serviços que prestam, descrevendo-os como socialmente essenciais no aspecto sanitário. Desse modo, os autores concluem que o trabalho em si ocupa papel central na vida dos indivíduos, mesmo que precário e degradante, pois é o trabalho que tem o poder de torná-los agentes moralmente aceitos.

Em última instância, a autovalorização dos serviços de coleta de lixo domiciliar tem origem principalmente no reconhecimento dos pares, de acordo com Belarmino *et al.* (2022) e Souza (2018). O companheirismo entre esses trabalhadores teria, assim, potencial de amenizar a dificuldade do cotidiano e dar sentido ao trabalho. Segundo Belarmino *et al.* (2022), isso ficaria nítido na distribuição das equipes e na organização do serviço baseado na cooperação; na peculiaridade da comunicação interna do grupo, além da maneira como é passado o conhecimento para os novatos, considerando elementos culturais e o modo específico de realizar as tarefas. Podemos inferir, com a leitura de Souza (2018), que a falta de reconhecimento social e organizacional dos coletores tem seus efeitos sobre a autoestima desses trabalhadores amenizados pelo reconhecimento e incentivo dos próprios colegas de trabalho que conferem a si mesmos um sentido de relevância social e pertencimento coletivo interno ao grupo.

Porém, para Santos (1999), nem mesmo essas relações estão isentas de ambiguidades, pois, ainda que o companheirismo entre os coletores esteja baseado na cooperação, confiança e lealdade, o “ritmo” e os “macetes” de trabalho são ditados pela equipe, que muitas vezes acaba reproduzindo padrões de exploração, cerceamento e nivelamento introjetados por todos os trabalhadores como consequência de normas de controle da produção e dos padrões de exigência dos usuários.

“Ser coletor de lixo implica em se construir no confronto entre o reconhecimento e a discriminação, a liberdade de movimentos e a escravização à velocidade, o sofrimento e o riso, a desordem e a ordem, a sujeira e a higiene, a feiura e a beleza” (Santos, 1999, p. 90-91). O trecho destacado é muito elucidador do caráter ambíguo que define o cotidiano de trabalho e a identidade social dos coletores de lixo domiciliar segundo a literatura especializada. Uma profissão de homens que vivenciam os prazeres e os sofrimentos de trabalharem na rua, que atribuem significados múltiplos a esse trabalho e ressignificam a humilhação social de ter no lixo o principal meio de subsistência através de um senso aguçado de serviço à sociedade. As empresas contratantes não atuam no sentido de amenizar o polo negativo dessas ambiguidades, por isso fica claro que os coletores, na maior parte das vezes, “estão à própria sorte” diante do perigo e imprevisibilidade que a rua e o lixo suscitam. São corpos invisibilizados e desvalorizados desempenhando uma atividade essencial.

4.2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O referencial teórico que orienta a interpretação do objeto e dos dados desta pesquisa foi construído a partir de uma revisão bibliográfica centrada em trabalhos que abordam, de maneira articulada, as relações sociais de desigualdade de raça, classe e gênero. Embora a amplitude e a complexidade dessas articulações variem entre as obras consultadas, buscou-se construir um quadro teórico que permitisse compreender as imbricações entre essas categorias e a forma como elas participam da constituição das identidades dos homens negros coletores de lixo domiciliar em suas relações de trabalho.

A revisão não teve a pretensão de ser exaustiva ou sistemática, mas de construir uma narrativa analítica orientada pelo problema de pesquisa. Para isso, a busca não se restringiu às ciências sociais, incorporando interlocuções com outras áreas das ciências humanas, como a história, a psicologia social e os estudos organizacionais.

A literatura foi selecionada a partir de buscas realizadas entre 2020 e 2026, principalmente na SciELO, no Google Acadêmico e, durante o período de doutorado-sanduíche em que atuei como *Visiting Assistant in Research* na Yale University, entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, por meio do Quicksearch e das bases de dados disponibilizadas pela Yale University Library. Entre os descritores empregados, isoladamente e em diferentes combinações, em português e em inglês, estão: “coletores de lixo domiciliar”, “garis”, “limpeza urbana”, “*sanitation workers*”, “*garbage collectors*”, “Comlurb”, “trabalho sujo”, “*dirty work*”, “homens negros e trabalho”, “*Black men and work*”, “masculinidades negras”, “*Black masculinities*”, “masculinidades”, “*masculinities*”, “raça e trabalho”, “*race and work*”, “divisão racial do trabalho”, “*racial division of labor*”, “racismo e mercado de trabalho”, “identidade e trabalho”, “masculinidades e trabalho”, “trabalho subalternizado”, “trabalho racializado”, “homens negros e trabalho escravo”, “trabalho e pós-abolição”. Foram priorizados artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações, em português e inglês, que apresentassem contribuições teóricas ou empíricas diretamente relacionadas ao problema da pesquisa. Também foi utilizado o encadeamento de referências, mediante a consulta às obras citadas nas publicações inicialmente selecionadas. A seleção final considerou não apenas a presença dos descritores, mas também a pertinência das publicações para os eixos teóricos da tese e sua contribuição para a compreensão das relações entre trabalho subalternizado, raça, classe e masculinidades.

Até o momento, dediquei este texto à sistematização das escolhas e percursos teóricos que orientam a presente análise, caminho agora para o momento em que descrevo e analiso o trabalho empírico que compõe a investigação, tendo em mente que, apesar da ordem dos capítulos e da maneira com que escolhi preceder a empiria por um longo momento teórico, isso diz pouco sobre como enxergo possíveis articulações entre ambas.

Com base em Minayo (1994), entendo a teoria enquanto ferramenta abstrata de compreensão de um fenômeno social pautado na percepção de que só é possível explicá-lo, qualquer que seja ele, parcialmente, é uma tentativa de estabelecer interconexões sistemáticas entre recortes da realidade. A teoria constrói proposições, norteia a obtenção dos dados e a análise por meio de conceitos que comunicam o sentido. Além disso, é uma forma de comunicação entre os membros da comunidade científica que seguem semelhantes caminhos teóricos e empíricos, uma forma de se inserir no campo, de buscar se fazer entendido pela via do diálogo com aqueles que nos antecederam ou que dialogam no mesmo tempo em que nós. "Ou seja, a teoria não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos,

mas é também um artefato nosso enquanto pesquisadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio de uma pesquisa" (Minayo, 1994, p. 19-20). Porém, ela não dá conta de todo o processo, pois técnicas qualitativas de pesquisa trazem à tona os imprevistos das proposições, a desorganização do que a teoria sistematizou. Dessa maneira, a presente investigação busca articular a abstração teórica com a empiria construída no contato com o objeto de pesquisa, entendendo essa interação como produtora de dados que tensionam, deslocam e refinam as categorias analíticas previamente mobilizadas (Minayo, 1994).

Nesse contexto, alguns aspectos característicos da atividade de coleta de lixo domiciliar incidiram sobre a escolha da técnica qualitativa utilizada aqui: o excesso de trabalho, o movimento, a pressa, o tempo reduzido: fatores que atravessaram, de forma decisiva, o processo de produção do material empírico. Como investigar as relações laborais de homens que trabalham pendurados em caminhões, correndo pelas ruas enquanto carregam lixo, cumprindo uma carga de trabalho imensa na menor quantidade de tempo possível? Diante dessas condições, as entrevistas aparecem como a melhor opção na busca por apreender suas percepções sobre as relações sociais impactadas pelo cotidiano de trabalho e a respeito de como, com isso, constroem sua autopercepção e a percepção das suas condições de trabalho e posição social, além das interações e estruturas sociais que constroem suas identidades.

Segundo Kaufman (2013), entrevistas permitem captar representações que os indivíduos fazem do mundo e sentidos que conferem à sua própria experiência social no processo de constituição da sua identidade.

A representação não é, portanto, um simples reflexo, ela é um momento crucial no processo dialético de construção da realidade. Aquele onde a percepção do social transita pelas consciências individuais, onde o social é classificado, combinado, para determinar comportamentos em meio a milhares de outros comportamentos possíveis, isto é, para escolher o que será concretizado e inscrito, por sua vez, no social (Kaufman, 2013 p. 98).

Neste caso específico, as entrevistas em profundidade com questionário semiestruturado permitiram uma flexibilidade orientada com relação às perguntas feitas aos entrevistados. Apesar de haver questões previamente formuladas, não me mantive presa a elas; ao longo do processo, encontrei novas perguntas no fluxo da conversa, ora para aprofundar o que já se estava querendo saber, ora para deixar que as entrevistas caminhassem para questões que não foram esperadas ou antecipadas (Kaufman, 2013). As entrevistas

tomaram, assim, um tom de conversa conduzida por mim, contudo, sem me deixar levar por uma verdadeira conversa, assim como Kaufman (2013) aponta que uma entrevista deve ser conduzida. Apesar da busca por amenizar os impactos das hierarquias entre mim, enquanto pesquisadora, e os entrevistados, procurei conduzir as entrevistas levando em conta que teríamos papéis diferentes naquela interação: a entrevistadora mantém um certo controle sobre a conversa, guiando-a para as questões mais interessantes para a pesquisa via escuta atenta. De modo distinto, para o entrevistado, procurei deixar evidente que ele não estaria apenas dando sua opinião, mas revelando um saber que parte de vivências que o "condutor do jogo" (Kaufman, 2013, p. 80) não tem, mas precisa.

O roteiro de entrevistas, cujo teor completo está disponível no apêndice A deste trabalho, é composto por questões que se referem majoritariamente ao cotidiano, relações e condições concretas da atividade de coleta de lixo domiciliar. Além disso, também busquei explorar as percepções dos trabalhadores sobre o corpo, o esforço físico, a relação com a cidade e com a população, os impactos do trabalho em suas relações familiares e afetivas e os sentidos atribuídos à atividade de coleta de lixo. Perguntas direcionadas às experiências de desigualdade, hierarquia e discriminação vivenciadas por conta da profissão também estão elencadas, mas foram feitas em uma linguagem estratégica. Termos como “racismo” carregam um forte peso simbólico na sociedade brasileira que muitas vezes levam à automática defesa ou negação. Já palavras como “preconceito”, atualmente são mais bem recebidas, principalmente entre os trabalhadores sem envolvimento político-organizacional, além de ser um termo mais abrangente no sentido de dar espaço para que os entrevistados possam relatar diferentes formas de preconceito que possam ter sofrido.

As análises de gênero desenvolvidas a partir das entrevistas tampouco partiram de perguntas que mobilizavam diretamente categorias como “masculinidade”. Metodologicamente, optei por abordagens indiretas e contextuais das relações de gênero, buscando favorecer a emergência nas narrativas de experiências, valores e formas de identificação capazes de evidenciar dimensões próprias das masculinidades no cotidiano do trabalho.

Procurei, assim, adotar o que Bourdieu (2008) chamou de escuta ativa e metódica, postura de aparente contraditoriedade ao pretender associar a postura submissa do pesquisador em entregar uma total disponibilidade de mergulhar nas singularidades das experiências individuais do entrevistado, entrando, assim, em seus pontos de vista, sentimentos e

expressões. Mas pretendi manter, por outro lado, uma postura metódica e ativa proveniente do acúmulo científico a respeito das condições objetivas comuns ao grupo social do entrevistado.

A pesquisa empírica não se desenvolve de forma linear nem totalmente planejada, sendo atravessada por limitações, imprevistos e decisões contingentes que exigem do pesquisador uma postura adaptativa e reflexiva, conforme argumenta Becker (2008). Nessa perspectiva, as intempéries metodológicas não se caracterizam como desvios, são elementos constitutivos do próprio fazer sociológico, que se constrói em constante negociação com as condições concretas da vida dos entrevistados. Tendo isso em conta, desenvolveu-se o processo empírico desta pesquisa, em que as possibilidades e limites estiveram diretamente condicionados pelas dinâmicas do trabalho investigado. As características da atividade de coleta de lixo domiciliar na Comlurb colocaram diante de mim alguns desafios próprios da pesquisa qualitativa: indisponibilidade e desconfiança.

Começo pelo item que afetou especialmente o início do processo de seleção da amostra: a desconfiança. Esse fator se apresentou como uma grande barreira à concessão de entrevistas, pois era notório o receio dos possíveis entrevistados de que, na verdade, eu estivesse trabalhando para a Comlurb, de alguma forma sondando-os em entrevistas. Algumas das pessoas que se recusaram a participar insinuavam esse motivo; o esclarecimento dos verdadeiros objetivos e razões da tese não convenciam. Na dúvida, achavam melhor não arriscar. Um desses trabalhadores disse, com tom de medo: “não, senhora! Eu sei como isso aí funciona!”. Depois disso, nunca mais respondeu minhas mensagens. Contudo, a motivação dessas recusas também se converteu em um dado de pesquisa, algo que me chamou a atenção para o potencial repressor e punitivo da companhia.

Já a indisponibilidade era expressa principalmente na falta de tempo. São trabalhadores que acumulam muitas horas de trabalho exaustivo, têm poucas folgas e, assim, como a maioria das pessoas, ocupam seu tempo livre com demandas cotidianas. Algumas entrevistas demoravam semanas sendo remarcadas para só então acontecerem, as remarcações eram muitas vezes acompanhadas de justificativas do tipo: “eu tô muito corrido!”.

Diante de toda a desconfiança direcionada a mim enquanto pesquisadora, a rede de contatos foi decisiva no processo de seleção do grupo a ser entrevistado, se dando, assim, no formato de bola de neve (Becker, 1992). Esse processo foi favorecido pela intermediação de conhecidos meus que eram pessoas de confiança dos possíveis entrevistados, além de garis que passaram pelo processo de entrevista e se dispuseram a indicar outros colegas de trabalho. O fato de um dos entrevistados ser meu vizinho é um indicativo de que fazer parte de círculos

sociais que mantêm vínculos com trabalhadores da coleta domiciliar, em razão do pertencimento compartilhado de contextos de classe semelhantes, constituiu um dos elementos que facilitaram o acesso aos meus interlocutores de pesquisa. Nesse sentido, minha posição social, enquanto mulher negra oriunda das classes populares, favoreceu a aproximação com o meu objeto (Collins, 2016).

Foram entrevistados oito homens cisgênero negros¹⁹ com idade entre 35 e 62 anos, moradores da cidade do Rio de Janeiro, garis da Comlurb que, em algum momento das suas trajetórias na empresa, desempenharam ou ainda desempenham a atividade de coleta de lixo domiciliar. O número de entrevistas foi definido principalmente com base no critério de saturação dos dados, sendo encerrado quando as informações passaram a se repetir e não acrescentavam de forma consistente novos elementos relevantes à análise (Vinuto, 2014).

Inicialmente, priorizei entrevistas presenciais como principal escolha, porém, ao me deparar com as dificuldades mencionados anteriormente, relacionadas ao acesso aos garis e às negativas aos pedidos de entrevista, comecei a deixar a critério dos potenciais entrevistados a alternativa de realizarem a entrevista *online* ou presencialmente. A maioria optou por participar através de videoconferências: ao todo foram realizadas seis entrevistas nesse modelo; duas foram feitas presencialmente. A escassez de tempo e até mesmo de energia para um encontro presencial muitas vezes pareceu ser um dos motivos dessa escolha, a “correria” é um aspecto da vida desses homens que ultrapassa o horário de trabalho. A título de ilustração, duas das entrevistas *online* foram efetuadas durante o tempo de realização de outras atividades: um dos entrevistados estava instalando uma lâmpada no salão de manicure da esposa enquanto conversávamos; e o outro teve que pausar a ajuda que estava dando na obra da casa do seu amigo, que inclusive também foi um dos garis entrevistados.

Portanto, a utilização de entrevistas por videoconferência, mais especificamente pela plataforma Zoom, constituiu uma estratégia metodológica ajustada às condições concretas do contexto social do meu objeto. Apesar de não contemplar a maneira clássica de realizar entrevistas em profundidade, segundo Gray *et al.* (2020), as videoconferências podem oferecer algumas vantagens para o processo, uma delas é o amortecimento do contato entre

¹⁹ Como já foi explicitado neste trabalho, a opção por selecionar apenas homens negros se originou no fato de a atividade de coleta de lixo domiciliar se tratar de uma atividade racializada, não apenas pela sua composição de maioria de homens negros, mas também pela sua constituição histórica e social. É de interesse desta pesquisa, justamente, o processo histórico e social de racialização produzido pelo capitalismo e que impacta e molda o cotidiano e a vida social e laboral desses homens negros. Nessa busca, acredito que seja mais valioso para a presente análise o entendimento desses processos do que, necessariamente, uma análise que tenha como contraponto garis brancos.

pesquisador e entrevistado. A comodidade de poder realizá-la de onde o entrevistado preferir, em um lugar que se sinta seguro e confortável para falar, além de ter a tela como intermediador dos desconfortos da relação pesquisador-pesquisado tornam as condições mais propícias para que o entrevistado se abra com relação a questões sensíveis. No caso, o recurso produz uma outra maneira de interação entre as duas partes, não há perdas significativas na qualidade dos dados de entrevista, mas especificidades dessa forma de conduzir o processo. Mantêm-se elementos fundamentais da interação, como a comunicação em tempo real e a observação de expressões faciais, ao mesmo tempo em que se rompe com o compartilhamento do espaço físico, produzindo uma forma específica de presença, mesmo que à distância, mediada pela tecnologia.

O perfil dos entrevistados foi diverso: garis associados a organizações de trabalhadores, que debatem a situação da categoria nas redes sociais, além de trabalhadores sem engajamento político com a categoria. Isso tem efeitos não apenas no que se refere às percepções dos seus próprios cotidianos e relações, mas também na disponibilidade para as entrevistas. Foi perceptível que o engajamento político exercia certa influência no *querer* falar, o que se manifestava não apenas no rápido aceite, mas principalmente no conteúdo das entrevistas: longas, detalhadas, desinibidas, fluidas. Era perceptível uma certa "*felicidade de expressão*" (Bourdieu, 2008, p. 704), uma realização em expressar e construir os próprios pontos de vista sobre si mesmos e sobre a vida, serem ouvidos, compreendidos, não apenas por mim, mas, principalmente, para eles mesmos (Bourdieu, 2008). Segundo Kaufman (2013, p. 99), "A entrevista funciona, de fato como uma câmara de eco da situação comum de fabricação da identidade". Ao falar sobre si e suas próprias vivências, o entrevistado é levado a elaborá-las, refletindo sobre elas, buscando, diante do entrevistador, achar uma unidade identitária. Isso permite ao pesquisador encontrar categorias centrais dos mecanismos identitários do entrevistado (Kaufman, 2013).

Já com relação aos demais coletores, aqueles que não tinham nenhum envolvimento com as questões políticas e trabalhistas da categoria, essa vontade representou uma certa variabilidade, alguns demonstraram maior abertura; outros, maior reserva inicial, o que exigiu mais esforço na condução da conversa, com perguntas complementares e estímulos ao relato, exigindo de mim o trabalho de provocar a insurgência do que não é cotidianamente trazido à tona em forma de narrativa (Bourdieu, 2008). A cautela, porém, era um traço perceptível, o esforço para dosar o que seria dito e a maneira com que seria dito, apesar de estar clara a

informação de que seus nomes e dados que pudessem gerar alguma identificação seriam ocultados na transcrição e análise das entrevistas.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados, atuação político-organizativa e tipo de entrevista

NOME FICTÍCIO	IDADE	ATUAÇÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA	TIPO DE ENTREVISTA
Jessé	50 anos	Sim	Online
Márcio	57 anos	Não	Online
João	42 anos	Não	Presencial
Adriano	35 anos	Não	Online
Francisco	62 anos	Sim	Online
Dênis	40 anos	Sim	Online
Leandro	41 anos	Sim	Presencial
Ilton	47 anos	Não	Online

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nota: Considera-se atuação político-organizativa a participação em greves, associações de trabalhadores e produção de conteúdo público (por exemplo, em redes sociais) sobre a categoria.

Ademais, as dinâmicas observadas durante a realização das entrevistas, marcadas por diferentes níveis de abertura e elaboração por parte dos entrevistados, também podem ser interpretadas à luz dos aspectos relacionados à socialização masculina. Conforme argumenta Raewyn Connell (2003), essa socialização está profundamente ligada à valorização do autocontrole, à restrição da expressão emocional e à evitação de demonstrações de vulnerabilidade. Nesse sentido, as dificuldades de alguns em desenvolver suas falas podem ser efeitos dessas normas de gênero. Em uma das entrevistas presenciais, ao me despedir, um dos entrevistados me agradeceu pela oportunidade de falar, pois, algo para o qual sua esposa sempre chama sua atenção é que ele deveria se expressar mais e melhor.

Além disso, deve-se considerar os efeitos das especificidades da relação entre pesquisadora e entrevistado, transpassada por desigualdades de gênero. O que os homens falam entre si, não falam na interação com mulheres, especialmente sobre assuntos considerados masculinos, como o trabalho. Nesse sentido, ser uma mulher pesquisadora entrevistando homens sob uma perspectiva que considera a sua constituição de gênero — no caso, a partir da perspectiva das masculinidades negras — bagunça as hierarquias e relações de poder pressupostas para a relação entre pesquisador-pesquisado (Viveros Vigoya, 2018).

A partir dessa construção metodológica, desenvolveram-se as entrevistas analisadas no próximo capítulo, que revelam dimensões estruturais das relações de trabalho subalterno racializado, como se caracteriza a atividade de coleta de lixo domiciliar. Além disso, evidenciam os modos pelos quais esses homens elaboram, negociam, significam e ressignificam suas trajetórias, identidades e posições sociais enquanto trabalhadores de uma das profissões mais estigmatizadas do Brasil.

CAPÍTULO V

O COTIDIANO DA COLETA DE LIXO DOMICILIAR: TRÂNSITOS ENTRE A SUBALTERNIDADE E O RECONHECIMENTO

*A divisão racional entre limpo e sujo caminha
junto com o projeto de desumanizar pessoas.*
(Vergès, 2026)

Neste capítulo, tendo como suporte material empírico e teórico, analiso o cotidiano do trabalho de coleta de lixo domiciliar, numa tentativa de compreender como a divisão racial e sexual do trabalho se materializam nas experiências concretas dos coletores da Comlurb e como tais mecanismos constituem suas masculinidades. Parto da compreensão de que as condições precárias de trabalho, as hierarquias institucionais, a exploração dos corpos e os processos de estigmatização que atravessam essa atividade não podem ser entendidos de maneira dissociada das relações históricas de raça e gênero que estruturam o trabalho no Brasil. Nesse sentido, procuro demonstrar como a concentração de homens negros em uma ocupação marcada pela sujeira, pelo desgaste físico e pela desvalorização social se articula à construção de masculinidades negras produzidas em meio à subalternização racial e às formas de reconhecimento associadas ao trabalho masculino nas classes populares.

5.1 TRABALHO LIVRE: SENTIDOS E IMAGINÁRIOS SOCIAIS SOBRE SER GARI

As crianças negras da classe trabalhadora do Rio de Janeiro são assombradas por alguns fantasmas que os adultos usam para, partindo do medo, conformá-las a um padrão de comportamento e conduta desejável relacionado à disciplina com os estudos. O fantasma assombra o futuro dessas crianças, querendo roubar o seu sucesso o entregá-las à humilhação do trabalho duro e sujo. Para as meninas, ele é o emprego doméstico; para os meninos, ser “lixeiro”.

[Eu estava] descendo a rua, ali para perto da Central. Eu estava fazendo a puxada do morro, puxando o lixo da parte de cima para levar para baixo, para o caminhão retirar. Aí passa a mãe com o filho descendo o Morro da Conceição, na Pedra do Sal, ali. Aí a mulher falou: “Ah, filho, estuda para tu não ser gari”. Aí eu: “Pô, não!”. Eu parei na hora, joguei o lixo no chão. “A senhora fala para ele estudar para, pelo menos, ele ser gari, tá? Ser gari, hoje em dia, não está fácil, não! Eu, por exemplo, estudei. Eu poderia entrar na Marinha, mas eu tô aqui” (Adriano, 2025).

Adriano teve que ser retirado dessa discussão por outro colega de trabalho, tamanha era a sua indignação diante da fala e da postura da mulher ao ensinar o seu filho a temer a profissão que ele escolheu quando tinha como opção ser fuzileiro naval e aprendiz de marinho. Sua escolha, na época (2010), teve como critério o que parece ser um atrativo para que meninos e homens jovens pobres queiram ser garis e trabalhem no caminhão de coleta de lixo: a liberdade. Adriano relata que, naquele momento, sofria de dependência de substâncias e se imaginar sob a rigidez disciplinar do serviço militar o assustava, pois o impediria de continuar usando as substâncias. Ele imaginava que, na Comlurb, o controle sob a sua conduta não seria tão rígido e que, além disso, não precisaria permanecer em um quartel por dias seguidos em serviço.

Ele não foi o único entrevistado a optar por esse trabalho em vez do serviço militar. Jessé deixou a brigada de paraquedistas para atuar como gari em 2002. Filho de uma mulher negra nordestina, migraram os dois juntos para o Rio de Janeiro, sua mãe era trabalhadora doméstica e Jessé ainda era muito pequeno, ela não tinha com quem contar para criá-lo. Em pleno regime de ditadura militar, ele foi internado na extinta Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) aos três anos de idade, onde permaneceu até os 18.

[...] Eu tinha um sonho: queria ser gari, porque achava interessante. Na minha concepção, eu acreditava que era uma profissão livre, em que você teria a oportunidade de varrer as ruas, interagir com a população, acabava de varrer as ruas e poderia retornar para sua residência. Isso me deixou muito animado, porque, ao ver vários funcionários da Comlurb, na época, descendo do Morro da Mangueira, sorrindo, cantando, eu achava que aquela profissão ali seria uma das melhores profissões (Jessé, 2024).

Criado em uma instituição fechada e autoritária para controle, disciplina e “correção” de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ao alcançar a maioridade, Jessé já não poderia mais permanecer na Funabem. Com isso, optou por atuar como militar paraquedista, mas vislumbrava uma possibilidade de desfrutar da liberdade do trabalho na rua com um certo prazer na profissão de gari. O serviço militar pode aparecer para jovens negros das classes populares como um dos principais caminhos profissionais possíveis, pois é um trabalho que detém certo prestígio social, muito associado à honra e à hombridade, por requerer disciplina, autocontrole, força, coragem e respeito às hierarquias. Todos esses atributos são associados à uma construção valorizada de masculinidade da classe trabalhadora (Almeida, 1996; Connell, 2003; Connell; Messerschmidt, 2013; Kimmel, 1998; Viveros

Vigoya, 2001). O que significaria, então, abrir mão desse posto para trabalhar como coletor de lixo domiciliar, um fantasma de fracasso para os jovens prestes a ingressarem no mercado de trabalho?

Como salientado pela literatura anteriormente citada, a liberdade associada ao trabalho prevalece apesar de todo o estigma da atividade e as suas precárias condições. Trabalhar na rua, correndo, sem rígida vigilância, chamou a atenção desses dois homens como forma de se verem livres. As projeções em torno do trabalho com a coleta de lixo domiciliar, especialmente quando falamos daqueles que têm suas expectativas socialmente limitadas para atingirem as concepções dominantes de sucesso profissional, podem exercer um certo encanto sobre o imaginário de um trabalho/brincadeira.

Isso pode ser representado pelo fascínio de algumas crianças com relação ao trabalho do gari, algo que se tornou tão significativo que a própria empresa promoveu, em 2020, um evento para homenageá-las. Na confraternização as crianças se vestiram de gari, ganharam um crachá de “garis mirins”, além de terem podido realizar algo que foi descrito como um sonho: entrar no caminhão de coleta de lixo (Comlurb [...], 2020). No mesmo ano, o Portal G1 fez uma reportagem sobre uma menina de sete anos, moradora de Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que pediu aos pais para que o tema da sua festa de aniversário fosse dos garis. Na ocasião, ela estava com um vestido baseado nas roupas laranja e azul utilizadas pelos trabalhadores da Comlurb, além de ter convidado os próprios trabalhadores da região para o evento (Soupin, 2020). Não são raras reportagens e postagens em redes sociais sobre crianças de todo Brasil que são apaixonadas por caminhões de coleta de lixo e seus respectivos trabalhadores, que correm para acompanhar e ajudar na coleta, abraçar os coletores, algumas até mesmo uniformizadas como um (Soares, 2023).

Podemos enquadrar o deslumbramento infantil pela dinâmica de trabalho dos coletores de lixo domiciliar em um extremo do plano lúdico desse cotidiano, mas que também encontra alguma realidade na rotina desses trabalhadores. Como aponta Santos (1999), a brincadeira e o jogo na interação com a rua e entre os próprios coletores fazem parte das suas dinâmicas de trabalho, porém, para além disso, há algo de valoroso nessa atividade do ponto de vista das masculinidades. Essa interrelação no processo de construção das identidades desses homens negros encontra em tal atividade a virilidade de ocupar o espaço público com a força dos seus corpos.

As masculinidades se constroem em relação de oposição à feminilidade e em relação de contraposição com outras diferentes masculinidades, de forma hierárquica (Kimmel, 1998).

Partindo desse pressuposto, apesar da inferioridade social da atividade de coleta de lixo domiciliar e daqueles que a exercem, é o corpo exposto e atuante, em oposição ao corpo recluso e misterioso das mulheres, que configura, aqui, um signo de masculinidade digna de certo apreço (Almeida, 1996). Nesse jogo relacional, as hierarquias que envolvem as masculinidades no mundo do trabalho podem se apresentar de forma contextual e situacional, homens que detêm maior prestígio profissional e capital podem feminilizar outros homens por meio das suas condições de dependentes e subordinados. Contudo, esses mesmos homens subordinados podem, em determinadas situações, feminilizar os primeiros, ao associá-los à ausência de força física e ao trabalho confinado a espaços fechados (Almeida, 1996).

Se, para os homens negros das classes desfavorecidas, o trabalho corporal é o que está prontamente disponível como meio de sobrevivência material e moral na sociedade capitalista, este se torna um dos principais responsáveis pela legitimação de sua masculinidade, ainda que subordinada. A sensação de liberdade, autonomia e controle sobre o próprio corpo é um dos fatores que sustenta a identidade masculina desses garis através do trabalho.

A profissão de gari é um “trabalho de homem”: conforme tabela abaixo, em 2025, 71,3% dos garis da Comlurb eram homens. Desse percentual, 63,46% eram representados por homens negros. Apesar da escassez de informações a respeito de quantos homens negros estavam neste ano trabalhando na coleta de lixo domiciliar, os dados sugerem que a maioria daqueles que desempenham essa atividade são homens e negros, uma vez que os garis homens, caso não tenham nenhum impeditivo físico, tem uma grande probabilidade de em algum momento de suas trajetórias profissionais passarem pela coleta.

Tabela 1– Perfil racial e de gênero dos garis da Comlurb (2025)

RAÇA	NÚMERO DE GARIS	HOMENS	MULHERES	%
Amarela	81	66	15	0,63%
Branca	2.650	2.003	647	20,57%
Indígena	14	12	2	0,11%
Não informado	1.963	1.664	299	15,24%
Parda	4.121	2.686	1.435	31,99%
Negro	4.054	2.750	1.304	31,47%
Total	12.883	9.181	3.702	100,01%

Fonte: Rio de Janeiro, 2025.

Nota: Dados obtidos por meio de Pedido de Acesso à Informação realizado pela autora em 28 nov. 2025.

A classificação racial apresentada segue as categorias adotadas pela Comlurb, que distinguem “pardos” e “negros” como categorias separadas. Essa categorização difere do padrão do IBGE, no qual a categoria “negra” corresponde à soma de pessoas pretas e pardas.

A distribuição racial dos garis da Comlurb comunica uma forte concentração da população negra nessa ocupação. Os trabalhadores classificados pela empresa como pardos representam 31,99% do efetivo, enquanto aqueles classificados como negros correspondem a 31,47%, totalizando 63,46% dos garis. Em contraste, os trabalhadores brancos representam 20,57%, ao passo que indígenas (0,11%) e amarelos (0,63%) constituem parcelas bastante reduzidas do quadro funcional. Cabe destacar, porém, que 15,24% dos registros não continham informação sobre raça/cor. Dessa forma, considerando apenas os trabalhadores com raça/cor declarada, as categorias “negro” e “pardo” utilizadas pela COMLURB representam 74,86% do efetivo. Em perspectiva com o percentual de pessoas negras no Rio de Janeiro, o peso relativo de garis negros da Comlurb supera os 54,3% (IBGE, 2023) de pretos e pardos (segundo a classificação do IBGE) que habitam a cidade. Este é um forte indicativo de que especificamente na atividade de coleta de lixo há uma sobrerrepresentação negra.

Além disso, há um consenso estabelecido pela bibliografia especializada sobre o tema e pelos próprios entrevistados de que a atividade de coleta de lixo é estritamente masculina. “Não tem condições de uma mulher empurrar uma caixa com 500 quilos. É a realidade, pô! A não ser que ela seja totalmente preparada para algo assim, um esporte de força, mas não no trabalho como uma pessoa comum, assim...” (Adriano, 2025). A justificativa principal para a masculinização da atividade é a força física. O esforço físico empregado para um dia de trabalho é uma tarefa hercúlea. A “força masculina” exigida por esse tipo de atividade no contraste com a “fraqueza feminina” que interdita a participação das mulheres na coleta, nesse caso, representa um dos principais modos pelos quais o trabalho legitima o elemento masculino.

“Super-heróis? Que nada! Desenho animado? Também não. O pequeno Leo, de apenas três anos, saiu do óbvio na hora de escolher um tema para comemorar o aniversário: o caminhão de lixo e os trabalhadores da limpeza urbana” (Sena, 2025). Esse é um trecho da reportagem do G1 sobre o encanto do menino pelos coletores de lixo domiciliar. Nesse caso, e o de tantas outras crianças, o fascínio infantil decorre da imagem de homens fortes correndo pelas ruas, carregando e arrastando muito peso por meio de movimentos ágeis e dinâmicos,

pendurados nos estribos de caminhões grandes e barulhentos, vestindo uniformes de um laranja chamativo com faixas reluzentes no escuro... Isso pode ter se tornado uma representação heroica para as crianças que observam, mas também para aqueles jovens e adultos que conservam o desejo inicial de se tornarem um desses garis.

Porém, são inseparáveis desses atrativos simbólicos, as condições materiais que envolvem a atividade de coleta de lixo domiciliar. Jessé relata o que não demorou muito para observar e vivenciar “[...] realizei meu sonho, mas na prática eu pude perceber que não era tudo aquilo que eu pensava e imaginava, né? A grande realidade é que a Comlurb são outros quinhentos, entendeu? E, eu vi muitas injustiças, sabe?”. É sobre essa realidade injusta e precária que vamos tratar a seguir, não com o objetivo de posicionar esses atrativos simbólicos analisados no campo da fantasia, mas de admitir que coexistem, formando as condições ambíguas e complexas que envolvem essa atividade.

5.2 “O SUJEITO TEM QUE SER UM CÃO MESMO PRA AGUENTAR”: CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRECARIEDADE NA COLETA DE LIXO DOMICILIAR

Apesar do estigma social que associa o trabalho de gari a posições de subalternidade e inferioridade, a inserção em uma grande empresa de limpeza urbana por meio de vínculos formais, que asseguram direitos trabalhistas e uma remuneração estável, pode tornar essa ocupação atrativa para as classes populares. Na primeira década dos anos 2000, houve ampla repercussão midiática de concursos da Comlurb que, apesar de exigirem como requisito apenas o ensino fundamental, tiveram um número significativo de inscritos com ensino médio e superior completo e, em minoria, mas ainda assim presentes, pós-graduação (Concurso [...], 2009). Já o último processo seletivo simplificado para contratação de garis no modo temporário ocorrido em 2025 bateu recordes de números de inscritos, contabilizando mais de 180 mil em apenas quatro dias (Comlurb [...], 2025).

Eu fui lá, fiz a inscrição, fui, porque minha mãe falou: “Não, vai!”. Porém, mesmo eu tendo um receio muito grande, porque eu achava que era ser catador de lixo, né. Pra fazer prova pra isso... Mas quando eu vi que tinha muita mídia, né, sobre aquilo ali, eu falei: “Ah, mais um motivo.”. No Sambódromo, eu enfrentei aquela fila e passei pelo primeiro estágio, que era só ir lá, se apresentar e fazer o teste para saber se tinha hérnia [...]. Teve mais de 200.000 pessoas [inscritas], inclusive, o que chamou muita atenção foi que algumas pessoas que estavam ali tinham cursado Direito, mas não tinham passado na OAB e outras pessoas com formação superior, né? (Leandro, 2023).

No ano de 2005, apesar do receio inicial de disputar um processo seletivo para o que imaginava ser “catador de lixo”, Leandro cede à influência familiar de sua mãe, mas também à influência midiática que mostrava o quanto as vagas eram concorridas, com a veiculação de imagens impactantes das filas imensas de pessoas formadas ao redor do Sambódromo, no centro do Rio de Janeiro. Tal atratividade não deve ser interpretada como expressão do reconhecimento material e simbólico da ocupação, mas como resultado de um contexto marcado pela reestruturação produtiva do capitalismo, pela intensificação da precarização dos postos de trabalho e pelo desemprego estrutural, o que acirra a disputa por empregos formais, ainda que socialmente desvalorizados (Antunes, 2009).

A Comlurb é a maior organização de limpeza pública da América Latina. Em 2025, contava com 12.883 garis²⁰ atuantes em todo município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma sociedade de economia mista, na qual a Prefeitura do Rio de Janeiro detém a participação acionária majoritária. Sua origem está na reestruturação da antiga Companhia Estadual de Limpeza Urbana (Celurb), formalizada pelo decreto-lei nº 102, de 15 de maio de 1975. A missão central da Comlurb, informa seu site, é assegurar a limpeza urbana no município do Rio de Janeiro, desempenhando um conjunto amplo de atividades que envolvem a coleta domiciliar de resíduos, a manutenção da limpeza de logradouros públicos, praias, parques, mobiliário urbano, túneis e viadutos. Destaca-se, ainda, a atuação na limpeza e higienização de hospitais municipais, bem como a coleta e destinação adequada dos resíduos gerados nas unidades de saúde. Além disso, a companhia é responsável pelas etapas de transferência, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos (Conheça [...], 2021).

Os trabalhadores da companhia eram admitidos, até 2014, ano de realização do último concurso público para a seleção de garis, através de concurso público, sob regime de contratação regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em períodos mais recentes, porém, adotaram-se processos seletivos simplificados para contratações temporárias, sem incidência da CLT. Nas duas modalidades de contratação, exige-se apenas ensino fundamental; na maioria das edições dos concursos e processos seletivos anteriores, o requisito era ter cursado até a antiga quarta série, atual quinto ano; em outras, ter até a antiga oitava série, atual nono ano, foi o critério. De acordo com o último edital de contratação de trabalhadores temporários, lançado em 2025, a jornada de trabalho era de 44 horas semanais,

²⁰ Dados fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro em resposta a Pedido de Acesso à Informação para a pesquisa, em 28 de novembro de 2025.

podendo incluir fins de semana e feriados. A remuneração é estruturada a partir de um salário-base, em torno de R\$ 1.766,31, ao qual se soma o adicional de insalubridade, que pode atingir até 40% do salário, dependendo das condições de exposição, elevando a remuneração direta para aproximadamente entre R\$ 2.400 e R\$ 2.500 mensais. Coletores de lixo domiciliar recebem o valor total de adicional de insalubridade. A esse montante, agregam-se benefícios como vale-refeição, calculado por dia trabalhado (em torno de R\$ 26 por dia), que pode alcançar valores mensais próximos ou superiores a R\$ 600, além de auxílio-transporte, adicionais por trabalho noturno e eventual pagamento de horas extras. Entre os direitos assegurados estão décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado, licenças (inclusive maternidade e saúde) e afastamentos específicos previstos em lei (Comlurb, 2025). Os garis mais antigos, selecionados em concurso público, também tinham plano de saúde e plano odontológico: [...] Mas tinha um plano de saúde na época, ticket alimentação, que também era pouco, e um salário que era o salário mínimo. Eu falei: "Pô, pelo menos eu tô confortável. Graças a Deus!" (Leandro, 2023).

É possível perceber os motivos pelos quais as condições de emprego e remuneração dos garis possam chamar a atenção positivamente de alguns segmentos das classes populares. As necessidades materiais imediatas, difíceis de serem supridas no atual cenário socioeconômico são mais amedrontadoras do que o fantasma do trabalho duro e sujo. Nesse sentido, o medo de ser “lixeiro” é enfrentado, apesar da concepção social hegemônica de que o trabalho com o lixo pode representar degradação social.

Contudo, aqueles que conseguem ser empregados da companhia parecem apresentar um alto nível de desapontamento devido à frustração das expectativas sobre o que são as condições de trabalho na empresa. “[...] a maioria das pessoas na cidade do Rio de Janeiro vê o trabalho do gari, aquela coisa toda, acha maravilhoso, né? Porque o gari está sempre alegre, brincando, aquela coisa... Mas ali há uma pressão interna, ali dentro da empresa” (Francisco, 2024). A pressão interna que Francisco fala são as condições de trabalho extremamente precárias as quais os coletores de lixo estão submetidos sem muita margem para reivindicação de melhorias junto à chefia: “[...] quando a gente se manifesta com relação a esse tipo de coisa, aí você passa a ser, assim, tipo uma figura carimbada no serviço” (Francisco, 2024).

A literatura especializada aponta que a precarização do trabalho dos coletores de lixo domiciliar se manifesta geralmente nas condições concretas e cotidianas de execução da atividade, marcadas por intensa exigência física, insuficiente infraestrutura e desvalorização institucional. Um trabalho realizado de forma majoritariamente manual, que exige esforço

físico abusivo, expõe de forma contínua os trabalhadores a riscos de contaminação, além de riscos à sua integridade física e mental, sendo frequentes os acidentes de trabalho e o desenvolvimento de problemas de saúde. A precariedade tecnológica e organizacional aparece como elemento central, evidenciada pela falta ou inadequação de EPIs, pela ausência de equipamentos que auxiliem o manejo dos resíduos e pelo limitado diálogo entre os trabalhadores e a gestão. Os autores relatam também a inexistência ou insuficiência de condições básicas durante a jornada, como acesso a água potável e banheiros, obrigando os trabalhadores a dependerem de terceiros ou a recorrerem a soluções improvisadas na rua (Belarmino *et al.*, 2022; Lopes *et al.*, 2012; Santos, 1999; Santos; Silva, 2011; Souza, 2018; Velloso; Valadares; Santos, 1998).

Os relatos dos trabalhadores entrevistados para a presente pesquisa convergem com o que exploram os pesquisadores nacionais sobre o tema a respeito das condições precárias de trabalho. Destacam-se como principais questões trazidas pelos entrevistados: a ampla e constante insegurança à qual estão submetidos; o excesso de esforço físico necessário para a coleta de lixo, o que acarreta em problemas de saúde; a inadequação dos uniformes para o seu cotidiano laboral; a falta de estruturas básicas para o trabalho, como banheiros e bebedouros, além da defasagem no número de trabalhadores necessários para cada trecho da coleta, o que gera sobrecarga de trabalho. A seguir serão explorados e analisados cada um desses pontos em diálogo com questões mencionadas de forma mais tangencial no decorrer das entrevistas, mas que compõem a inteireza da análise sobre esse contexto.

5.3 A DEGRADAÇÃO DO CORPO: EXPLORAÇÃO E EXAUSTÃO

A dimensão física do trabalho no caminhão de lixo é um ponto que atravessa todas as entrevistas, a exaustão do trabalho é algo sempre ressaltado pelos entrevistados. Durante um trecho de coleta, os garis correm quilômetros, carregam toneladas de sacos de lixo, sobem e descem dos caminhões inúmeras vezes, além de terem que equilibrar seus corpos nos estribos para não caírem da parte traseira do veículo que se locomove. Os turnos são de oito horas, mas tudo isso é feito na menor quantidade de tempo que a equipe conseguir, pois, quanto mais rápido o trecho de coleta pré-determinado pela gerência for cumprido, mais cedo eles podem finalizar o trabalho. Com isso, a hora das refeições é constantemente sacrificada em nome da economia do tempo, pois sair mais cedo é preferível a despendar tempo para se alimentar, o

que preferem fazer após o término do serviço. Além do ticket alimentação, a companhia oferece um lanche por turno, porém, segundo Leandro (2023):

Tu chegava para tomar o lanche que a empresa dava, que era um pão com laticínio, junto com leite ou café, né? O café geralmente a gente comprava, mas o leite a empresa dá, o achocolatado. Ou vem o chocolate estragado, ou leite estragado, já teve denúncia nesse aspecto.

Ou seja, os trabalhadores, em sua maioria, cumprem essa rotina extenuante em função de uma situação alimentar bastante inadequada e precária. As descrições feitas pelos entrevistados sobre esse quadro de trabalho são imperativas em comunicar condições de sofrimento. Uma frase dita por Francisco em entrevista, assim que desliguei o gravador, mobiliza uma imagem extremamente forte: “Trabalhar no caminhão é o mesmo que te botar na forca”. Francisco demonstrou uma posição extrema sobre sua aversão ao trabalho de coleta de lixo: evocando a ideia de condenação, ele pretende deixar explícito o quão sacrificante é ter de desempenhar essa atividade. Outros relatos também trazem à tona a ideia de sofrimento: “Uma BA²¹ que, eu vou te falar, o filho chora e a mãe não vê! É uma ralação! Às vezes eu pegava às sete horas da noite, às 3h20 da manhã, ainda estava recolhendo lixo” (Márcio, 2025). É interessante observar que Márcio se refere especificamente ao intenso desgaste das mais de oito horas de trabalho extenuante usando uma metáfora que remete à invisibilidade do sofrimento gerado pela atividade. O caráter penoso do trabalho de coleta foi, então, recorrentemente mencionado entre os entrevistados.

Eu, no meu primeiro dia, cara, já me colocaram no caminhão. Não tinha experiência nenhuma. Trabalho pesado, trabalhando sob sol de 40, 45 graus, em pleno verão. Eu fui fazer o recolhimento dos resíduos de coco ao redor da Lagoa Rodrigo de Freitas. Eu, novo de Comlurb, cheguei a cair, entendeu? O caminhão estufou de tanto coco. Então, é um trabalho penoso (Jessé, 2024).

Para otimizar a coleta, o trabalho é feito em equipe composta pelos coletores e o motorista do caminhão. A maioria das equipes adota a seguinte organização do trabalho: primeiro, um trabalhador passa nas casas juntando o lixo e formando montes nas esquinas, depois, o caminhão vem com outros trabalhadores, que recolhem esses montes e colocam o

²¹ BA é como os garis se referem ao caminhão de coleta de lixo domiciliar. Segundo o entrevistado Leandro, significa “burro andando” por causa da forma com que o lixo domiciliar era coletado em outros tempos, com uso de carroças. De acordo com ele, as pessoas começaram a identificar os burros que antes puxavam as carroças com os garis, de maneira pejorativa.

lixo no veículo. Essa dinâmica facilita o trabalho e evita que o veículo precise parar em cada porta. Porém, vários dos entrevistados relataram a crescente defasagem no número de garis que compõem essas equipes, o que intensifica significativamente a sobrecarga de trabalho.

[...] naquela época [início dos anos 2000], trabalhava-se com cinco trabalhadores no caminhão. Mas, no dia em que eu comecei a trabalhar, era eu, mais um trabalhador e um encarregado: três pessoas. E depois você vai estudar e vê que, no mínimo, tem que ter cinco, quatro trabalhadores para trabalhar no caminhão. Hoje em dia, tu coloca dois. Falta mão de obra, cara (Jessé, 2024).

Saí várias vezes com dois para dar uma viagem de 10 quilômetros, 20 toneladas, duas viagens de 10 toneladas cada viagem. Então, sempre foi uma parada que, hoje em dia, a galera, quando fala de *crossfit*, a gente zoa. A gente ia fazer essa parada. A gente pulava, soltava, corria, pegava peso, agachava, não sei o quê... (Leandro, 2023).

[...] e muitas das vezes o trabalhador tem que fazer sacrifício, sair com determinada quantidade de trabalhador para fazer o serviço. E pô, tem mais chefe do que mão de obra para trabalhar (Francisco, 2024).

Diante desse cenário, a divisão interna do trabalho entre as equipes fica prejudicada, aumentando a carga de resíduo que cabe a cada gari, para que a meta seja batida. Além disso, torna-se mais intensa a “correria” para terminar o serviço o quanto antes. O agravamento da exploração dos corpos desses homens, acarretado pelo sucateamento da companhia, traz à tona o limite do físico desses trabalhadores: “o sujeito tem que ser um cão mesmo pra aguentar” (Francisco, 2024).

Diante das condições exploratórias de trabalho, a baixa remuneração da categoria é abordada por Jessé e Francisco através de uma associação comumente mobilizada por trabalhadores no Brasil para tratar de empregos mal remunerados e exploratórios: a escravidão. “Lógico que hoje você não recebe chicotadas, mas o chicote hoje do povo menos favorecido é o baixo salário, né? E esse trabalhador ele é assediado todos os dias” (Jessé, 2024). A fala de Jessé evidencia uma continuidade que articula raça, exploração e desvalorização do trabalho manual, mas também a violência com que esse cenário é cotidianamente experienciado. A metáfora do chicote é muito expressiva, desloca a coerção física do passado histórico para mecanismos econômicos contemporâneos que seguem disciplinando e submetendo esses trabalhadores.

E você, todo final de ano, entra ano e sai ano, aquela coisa... chega a pegar no final do mês, pega o pagamento assim... faz isso, paga aquilo, paga aquilo outro, não dá pra nada! Quero fazer isso, quero fazer aquilo, quero comprar a casa, quero fazer a obra, e o dinheiro não dá pra nada! Você cai na realidade, pô, mas a gente é

explorado aqui, parece que a escravidão não acabou, não, a escravidão continua [...]. Só apenas tiraram as correntes, libertaram da senzala, como fizeram com os escravos aí há 400 e poucos anos, soltaram os escravos aí sem direito a nada. Hoje a gente ainda tem algum direito (Francisco, 2024).

Trabalhar muito e não obter retornos materiais considerados satisfatórios parece remeter o entrevistado a uma condição que alude aos negros recém-libertos. Nesse sentido, a liberdade formal de vender a força de trabalho não se traduziu em integração às condições de cidadania e consumo, mantendo-os em posições subalternas. A fala do entrevistado sugere, portanto, que sua experiência contemporânea é percebida como continuidade dessas formas de inserção marginalizadas.

Um dos piores fatores relacionados ao trabalho no caminhão de coleta citados pelos entrevistados é a exposição às variações climáticas, por ser um trabalho realizado integralmente a céu aberto. A atividade submete-os a longos períodos sob sol intenso, chuva, frio e mudanças bruscas de temperatura, sem que haja possibilidade de pausas ou alguma proteção durante o percurso, o que acaba agravando o desgaste físico, e pode comprometer a saúde ao longo do tempo. Isso evidencia como a própria organização desse tipo de trabalho naturaliza a exposição a condições adversas como parte inerente da atividade.

Tendo esses 16 anos de gari, eu trabalhei dois anos que foram, acho, os piores anos da minha vida, foi na coleta [...]. A coleta, ela é muito mais insalubre que qualquer outra função dentro da nossa empresa. Por que eu falo? Você tem um desgaste superior. Você perde muito a tua saúde. Você fica muito mais exposto, porque você tem sol, chuva, é, ali atrás do caminhão você toma tudo. Porque muitas das vezes você não tem uma determinada proteção (Dênis, 2025).

As condições adversas de realização de trabalho dos coletores são agravadas pelas vestimentas, EPIs e outros acessórios oferecidos pela empresa, que eles dizem serem inadequados para o serviço. Os uniformes são apontados pelos entrevistados como inapropriados para o clima quente do Rio de Janeiro, gerando muito desconforto térmico, as botas obrigatórias não absorverem o impacto dos saltos dados do caminhão, além do impacto gerado no corpo decorrente dos quilômetros que precisam correr. Os protetores solares não são condizentes com seus tipos de pele e as garrafas de água, pequenas, de plástico simples, não comportam quantidade suficiente para as necessidades dos coletores e nem conservam a água em baixas temperaturas.

[...] o ser humano depende de beber de dois a três litros de água para se manter hidratado. E, em um serviço desses, com uniforme quente e se deslocando por

longos trajetos a pé, ou seja, aquela garrafa d'água não serve, não adianta para quase nada. É uma garrafa que nós mesmos poderíamos arrumar normalmente, eu sempre tive a minha separada, né?

[...]

Porque, igual no meu caso, hoje eu tenho seis hérnias de disco, né? Isso é desgaste do trabalho porque, assim, é um trabalho desgastante: sobe e desce do caminhão, abaixa, pega o lixo, joga. E o nosso calçado, que a gente chama de borzeguim, não é uma coisa que foi preparada para impacto, porque a gente trabalha muitas das vezes tendo que dar uma corrida. E você sobe e desce do caminhão com uma coisa que não absorve impacto, vai na coluna, né? E a gente acaba não tendo apoio quando precisa receber um laudo médico, porque não vai conseguir executar a tarefa por estar com um problema na coluna. E, assim, a gente não vê a empresa falar: “Poxa, ele entrou pleno e agora está com esse problema, vamos manter o jeito que estava”. Não (João, 2025).

Como é que você vai trabalhar atrás de um caminhão, né? Três plataformazinhas, subindo, trepando atrás do caminhão o tempo todo, uma plataforma de 20, 25 centímetros, tendo que saltar, subir e descer o tempo todo, com um calçado irregular, sem uma cinta postural. Então, você vai se quebrar (Leandro, 2023).

As exigências desproporcionais à capacidade média dos corpos, aliadas à falta de equipamentos adequados acarretam problemas de saúde frequentemente citados pelos entrevistados. Leandro é um exemplo de gari que acumula múltiplos problemas físicos decorrentes das atividades de trabalho: “Eu tenho cisto ósseo no ombro esquerdo, é... túnel do carpo, que é a perda da força no punho direito, tornozelo direito com uma coisa para operar, num tendão aqui, três cirurgias nesse joelho, né?”. As hérnias de disco — condição em que o disco entre as vértebras se desloca ou se rompe, pressionando nervos e causando dor — também são mencionadas por Márcio, que apresenta duas, o que o impediu, munido de laudo médico de continuar atuando na coleta de lixo, sendo transferido para o serviço de varredura. João, atualmente com seis hérnias de disco, também não está mais apto para o trabalho de coleta, hoje trabalha operando a roçadeira.

Eu te digo que talvez eu não devia ter passado todo esse tempo fazendo esse tipo de serviço, porque é muito, muito exigente fisicamente para a pessoa, para mim. Eu não tenho, assim, aquela coisa de “ah, que serviço bom”, bom não! O serviço bom é aquele que não te exige muito fisicamente, porque você tem desgaste físico diariamente, é algo que talvez pese mais tarde, né? (Francisco, 2024).

Francisco passou quinze anos trabalhando no caminhão de coleta. Esse é um trabalho que cobra um preço altíssimo dos garis, cujo corpo é diariamente mobilizado como o principal instrumento de trabalho. Ao que tudo indica, esse custo não é mitigado pelos recursos disponibilizados pela empresa ao trabalhador. Segundo João (2025), “eles se preocupam mais se tá sendo realizada a tarefa do que se o trabalhador está bem”. A sujeição dos corpos dos

coletores a situações de risco, além de afetar à saúde, também os deixa sujeitos a diversos tipos de outros riscos.

Nesse sentido, a exposição ocasionada pelo trabalho na rua é ambígua, apesar da sensação de liberdade e oportunidade de ampliação da rede de relacionamentos, passar longas horas diariamente circulando pelas ruas de uma cidade como a do Rio de Janeiro pode representar um grande perigo. Francisco diz que estar na rua e poder ter contato com diversos tipos de pessoas era o único ponto do trabalho de coleta que lhe gerava algum prazer, enquanto Márcio enfatiza que trabalhar na rua, principalmente à noite, é muito perigoso e que já teve que presenciar tiroteios, assaltos e até mesmo recolher do lixo o que sobrou de um corpo queimado por bandidos na caçamba.

Mas dentre os perigos ocasionados pela atividade, os mais mencionados são aqueles relacionados aos acidentes de trabalho, em diferentes níveis de gravidade, mas corriqueiros, desde os ocasionados pelo incorreto descarte de lixo por parte dos usuários do serviço, como perfurações de agulhas de seringas descartadas sem o devido cuidado, até casos de acidentes que levaram a óbito coletores durante o exercício da atividade. No caso relatado abaixo, que não resultou em morte, vê-se que procedimentos administrativos podem ter mais peso do que o cuidado com a saúde dos coletores.

O caminhão pulou no quebra-molas, o trabalhador caiu, bateu a cabeça, né? Teve afundamento de crânio. O gerente não fez a comunicação para a sede. Ele preferiu esconder o acidente porque estava na época do que eles chamam de IPL, que significa Índice de Percepção de Limpeza, e, se houvesse um acidente, ele perderia esse dinheiro, porque o gerente ganha mais com isso, né? Todos nós ganhamos, só que o gerente, o salário dele é muito maior, o dele vai muito mais acima, porque é porcentagem (João, 2025).

No caso relatado, a empresa ficou sabendo do ocorrido através dos jornais locais, o gerente foi repreendido, mas se mantém no cargo. O gari acidentado sobreviveu e precisou entrar com um processo contra a empresa para conseguir afastamento remunerado das funções por alguns meses. Esse relato chama a atenção para a desproteção a que os trabalhadores estão submetidos.

Fotografia 1 – Garis em estribos de caminhão de coleta



Fonte: Bacelar, 2015 (fotografia de Fabio Motta/Estadão).

A imagem de trabalhadores pendurados nos estribos de um caminhão de lixo mostra o quanto os seus corpos ficam desprotegidos. Realizam o trajeto em contato direto com os resíduos, como se fossem, eles próprios, incorporados à lógica de transporte do lixo. É como se o desvalor do lixo, no modo em que é concebido pela ampla sociedade, se refletisse na medida do valor da vida desses homens.

Um camarada com um carro, não sei se ele estava bêbado, chapou atrás do caminhão. Sorte que dois dos nossos tinham pulado, dois para um lado e dois para o outro, para catar o lixo. Se a gente tivesse ali, estava todo mundo amputado. É coisa que acontece, mas há outros acidentes também, coisa desse tipo, entendeu? (Francisco, 2024).

Se ele fica pendurado aqui nessa plataforma, com o caminhão batendo em buraco, passando em quebra-molas, qualquer velocidade acima de 20 quilômetros você fica balançando, né? O que originou minha queda, em 2018, foi isso. Que passou no buraco, eu pulei, quando eu pulei, por ter ficado no ar, meu pé passou da plataforma, caí com essa perna aqui e rompi o ligamento. Então, são plataformas de 30 centímetros, no máximo três (Leandro, 2023).

Considerando o modo com que estão dispostos no caminhão, qualquer imprevisto no tráfego, como um quebra-molas mal sinalizado, um buraco ou um motorista bêbado, pode levar a consequências graves. Tendo isso em vista, alguns projetos de automação da coleta do lixo domiciliar, segundo alguns dos garis entrevistados, chegaram a ser propostos pela empresa com o objetivo de reduzir a exposição no caminhão e o esforço empregado pelos trabalhadores no processo de transporte do lixo.

[...] era um projeto totalmente automatizado para bater as caçambas. O caminhão vinha, tinha todo maquinário de tevê, né? O piloto não podia ser qualquer motorista, ele tinha que passar por um curso específico. O caminhão chegava, encostava do lado da caixa, saía os braços de dentro do caminhão, pegava a caixa, já virava no caminhão, né? Ali mesmo já jogava no caminhão, já tinha uma mangueira que jogava a água dentro da caixa para poder limpar, tirar o resíduo de dentro do caminhão e botar a caixa no lugar [...].

[...] Então, essa caixa era ideal porque todo o peso era feito pelo maquinário. Só que não usava o gari. Depois tiveram que botar um gari nesse caminhão para poder, antes do cara bater, ir lá verificar se não tinha ninguém dentro, por causa de acidente que estava acontecendo de moradores de rua dentro da caixa, né? Aí, no caso, a população também não respeitava, ao invés de botar somente o lixo dentro da máquina, botava entulho. Aí, quebrava muito o maquinário. Então ficou inviável financeiramente para a Comlurb manter essas caixas do jeito que era (Adriano, 2025).

Adriano relata que a empresa tem mudado a forma com que a coleta é realizada, segundo ele, esse foi o melhor projeto proposto até o momento, mas as justificativas da empresa apontam prejuízos financeiros como razão para interromper o desenvolvimento e a ampliação da proposta. Desse modo, a principal tecnologia empregada pela companhia para reunir o lixo a ser jogado no caminhão passou a ser os contêineres de ferro com capacidade para 1.200 litros que, segundo o entrevistado, pesam mais de 200 quilos quando vazias. Assim, o lixo passou a ficar concentrado nessas caçambas com rodas para serem empurradas pelos garis até o caminhão, mas, segundo Adriano, essas rodas frequentemente emperram e os coletores precisam fazer mais força para empurrar as caçambas, que, cheias, chegam a pesar 500 quilos.

A automatização da coleta de lixo domiciliar, portanto, foi colocada no horizonte de possibilidades da empresa, mas a falta de investimento público-privado em tecnologias que permitam concretizar esse projeto explicita como os corpos dos garis são utilizados como uma espécie de maquinário pela companhia. A reivindicação de humanidade por parte desses trabalhadores apareceu nas entrevistas em falas como a de Jessé (2024): “São seres humanos, são pessoas, não são números, não são animais, pô.”. Há, entre os coletores, a percepção de que suas necessidades mais básicas se diluem no interior de uma multidão de mais de 12 mil trabalhadores, como se, juntos, formassem uma massa de trabalho. Nessa lógica, seus corpos aparecem como facilmente mobilizáveis e substituíveis, atendendo a demandas da empresa, em um processo que apaga a humanidade dos garis e os reduz à sua função. “Então, nossa vida não tem valor. Tanto é que a gente é tratado por uma matrícula. Já começa a desvalorização da vida. Desvalorização da vida de, geralmente, em sua maioria, homens negros que estão ali atrás, né?” (Leandro, 2023).

Leandro reflete sobre o quanto sente que posicionar os coletores pendurados na traseira de um caminhão é naturalizado pela empresa e pela sociedade, como o estado constante de risco e exposição fosse o lugar dos homens negros que trabalham com o lixo. Há algo implícito em manter esses homens em estado de alerta, equilíbrio e força permanente durante todo o tempo de trabalho, não há espaço para o relaxamento do corpo e da mente. Esse corpo está sempre pronto, sempre rígido, sempre ativo, que a qualquer descuido ou acaso pode ter sua integridade comprometida, e no limite, ser eliminado.

Assim foi histórica e socialmente concebida a função social dos homens negros: um corpo que serve ao trabalho, sem descansar, sem relaxar, sem “vacilar” (Pinho, 2004). O que sempre foi constituído como “vadiagem”, ou seja, qualquer momento ou condição em que o corpo negro não esteja servindo à reprodução do capital (Chalhoub, 2012; Lucas; Monteiro, 2020), não é atualmente um instrumento formal de encarceramento, mas ainda produz efeitos racistas na vida dos homens negros por conta da pressão social de que o trabalho deve ser uma condição permanente. Qualquer afrouxamento representa mais do que a diminuição da produtividade da empresa, é um perigo, uma afronta social, afinal, para os homens negros, é o trabalho duro que moraliza, civiliza, educa e os tornam cidadãos (Azevedo, 1987; Balibar, 2021; Chalhoub, 2012; Moura, 2021).

O medo da vadiagem, historicamente instrumentalizado pela ideologia dominante como dispositivo de controle, tem na hipermasculinização um dos componentes essenciais de esgotamento da força de trabalho desses homens. Apesar das aviltantes condições laborais, estar empregado e gozando de direitos trabalhistas formais é uma conquista que deve ser mantida mesmo que haja altos custos físicos. Os custos não parecem tão difíceis de se pagarem quando a ideologia dominante está reiteradamente afirmando que os corpos dos homens negros são os mais apropriados para isso, porque são concebidos como naturalmente fortes e resistentes. “A quantidade de garis negros sempre foi muito massiva, né? E a nossa capacidade de aguentar fisicamente sempre despontou. Então, os caras brancos vão lá trabalhar como encarregados, sentadinhos, andando dentro da cabine, e os três negros correndo na rua, por conta do porte físico” (Leandro, 2023). Quando Leandro apontou esse aspecto, não pretendia justificar o modo como se dá a divisão racial do trabalho da coleta de lixo domiciliar, esse ponto é trazido justamente com o objetivo de problematizar essa realidade, mas é curioso observar como, mesmo assim, ele parece afirmar a resistência física dos homens negros como uma característica quase inata. Hipermasculinizar é uma maneira de negar, através da raça, a legitimidade da masculinidade dos homens negros, uma vez que o

ideal de humanidade plena, a versão acabada de pessoa, equivale ao padrão de masculinidade branca e burguesa que corresponde à hegemonia (Almeida, 1996; Kimmel, 1998). Ser do sexo masculino e estar assim tão distante desse padrão representa para os coletores de lixo domiciliar uma condição mais próxima da animalização.

A prova de fogo, uma das etapas eliminatórias da seleção de garis, é um dos indícios da prerrogativa da empresa de que, para ser contratado, é preciso suportar ter o corpo levado ao limite. A etapa consistia na limpeza de um grande terreno desocupado e em más condições de conservação. Durante oito horas, os candidatos e candidatas deveriam capinar e limpar o terreno apenas com as ferramentas básicas, como enxadas; para mulheres, também carrinhos de mão, providos pela companhia. Porém, não eram disponibilizados nem os EPIs necessários, nem alimentação e hidratação adequadas, que ficavam por conta dos candidatos. Só há intervalo para o almoço, em nenhum outro momento ou por qualquer motivo o trabalho pode ser pausado. Eram selecionados os que suportavam essas condições. De acordo com Leandro, a prova não se diferenciou de um dia comum na sua vida, trabalhando como ajudante de pedreiro ou outros serviços braçais. A prova de fogo anuncia o tipo de trabalhador que a empresa quer selecionar, quem já está habituado ao trabalho corporal extenuante e precário. Apesar de atualmente essa prova não ser mais realizada, as precárias e exploratórias condições cotidianas de trabalho que antecipa não tiveram significativa melhora, ao menos para os coletores de lixo domiciliar.

Podemos dizer que a hipermasculinização dos homens negros que atuam como garis nesse contexto pode representar um dos vetores de precarização desse tipo de trabalho, que se converte em formas extremas e aviltantes de exploração. Aqui, a ideia de “dignificação” pelo trabalho, conforme foi estrategicamente prometido pelo capitalismo, está ancorada no ato e na possibilidade concreta de venda da força de trabalho diante da marca de desemprego e instabilidade financeira presentes na trajetória dos entrevistados. Essa “dignificação”, no caso analisado, depende muito pouco das condições nas quais a atividade é realizada no cotidiano, apesar das reivindicações trabalhistas dos garis engajados com as demandas da categoria pelo avanço dos direitos e melhora das condições laborais.

Segundo Estes (2000), a experiência dos coletores de lixo nos Estados Unidos, no contexto da greve de Memphis, de 1968, permite compreender que a construção das masculinidades entre trabalhadores racializados está profundamente vinculada à luta por reconhecimento enquanto sujeitos humanos. No caso analisado, o *slogan* “*I am a man*”, vestidos e carregados pelos trabalhadores durante as manifestações grevistas expressava algo

para além de uma identidade de gênero, representava uma reivindicação política de dignidade frente a um sistema que os tratava como subalternos e descartáveis. A negação da condição de homem operava como mecanismo de desumanização, associado tanto às hierarquias raciais quanto às condições precárias de trabalho, de modo que se afirmar como homem era também se afirmar como alguém digno de direitos e reconhecimento. A masculinidade foi mobilizada, assim, como um recurso simbólico ambíguo, porque, ao mesmo tempo em que pode reforçar valores como força, resistência e virilidade, também se torna um campo de disputa, através do qual os trabalhadores reivindicam reconhecimento, respeito e a própria condição de sujeitos.

A forma como a companhia organiza e produz as condições de trabalho dos coletores reflete, portanto, uma realidade social mais ampla, caracterizada pela desvalorização, objetificação e exploração dos corpos de homens negros, que se manifesta como parte constituinte das divisões sociais do trabalho sob o capital. Essas condições expressam e reproduzem um regime de exploração generificada e racializada que incide diretamente sobre a construção da identidade desses trabalhadores, moldando formas específicas de masculinidades ancoradas na resistência física, na capacidade de suportar o sofrimento. Assim, a experiência laboral dos coletores pode nos revelar a materialidade da exploração, mas também os mecanismos simbólicos que a sustentam e a tornam socialmente tolerável.

5.4 “A PARTE SUJA DA ENGRENAGEM”: RELAÇÕES DE PODER, EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO E ESTIGMATIZAÇÃO DOS COLETORES DE LIXO DOMICILIAR

5.4.1 Hierarquia e retaliação

O trabalho na Comlurb se organiza com uma hierarquia bem definida que, segundo Adriano, estrutura-se da seguinte forma: na base, encontram-se os garis; acima deles, os fiscais; em seguida, gerentes; depois, superintendentes; o diretor; no topo, o presidente, que responde ao prefeito. Dessa cadeia hierárquica, os fiscais e gerentes são os que estão em contato mais próximo e contínuo, tendo relação direta de coordenação e controle com os garis. Essas hierarquias, segundo os entrevistados, são produtoras de relações opressoras para aqueles que estão na base da pirâmide e vivem cotidianamente a influência e o peso, muitas vezes punitivo, dessas relações de poder. “[...] Por isso que falei, tem até umas coisas que, até o que vai falar, tem que tomar cuidado, porque tem represália. Tem represália, é grande, porra! É pesado, complicado! (Adriano, 2025).

Conforme mencionado na parte metodológica deste capítulo, o medo das sanções da empresa sobre os garis foi um dos declarados impeditivos para que me concedessem entrevistas. Mesmo depois de aceitarem o convite, como fica evidente na fala de Adriano, alguns permaneciam receosos de se exporem e exporem a empresa para além do que consideram “um limite do seguro”.

As hierarquias da companhia algumas vezes são sentidas pelos coletores quando observam relações tensas traduzidas da dicotomia entre trabalho sujo e mando, como explicita a fala de Dênis (2025): “Porque... quem faz a máquina funcionar? É o gari da empresa. Não é nem o cargo de chefia, porque eles ali só mandam. Então, quem executa a parte suja da engrenagem é o trabalhador”. A ideia de que os superiores “não trabalham” aparece para evidenciar uma crítica à desigual distribuição de esforço, reconhecimento e remuneração entre os garis e seus superiores. “[...] que aí, muitas vezes a pessoa tá lá de administrativo, não faz nada. A gente que faz o trabalho sujo, eles ganham mais do que a gente. E é uma cobrança que, pô, vou te falar!” (Márcio, 2025).

Jessé se refere à organização hierárquica da companhia fazendo uma analogia com a histórica dicotomia casa grande e senzala como forma de explicitar a divisão racial do trabalho estabelecida: os garis, em sua maioria, são negros na base do trabalho; os superiores, principalmente aqueles que trabalham nos escritórios, os brancos.

Olha o número de homens e mulheres brancas que trabalham lá dentro da sede, no ar-condicionado. Tem pessoas negras? Tem! Mas uma minoria. Qual é o setor que essas pessoas trabalham? Esses negros, essas negras... E qual é o setor que esses brancos e brancas trabalham ali dentro? Eu sempre falei e reafirmo que a sede da Comlurb é a casa grande e a gerência é a senzala. Você vê a precarização. Existe um distanciamento, para a chefia, privilégio; para os trabalhadores, trabalho, trabalho (Jessé, 2024).

O entrevistado nos remete à persistência de uma estrutura de poder que associa branquitude a posições de comando, conforto e prestígio e a negritude a posições subalternas, marcadas por esforço físico, precarização e exposição. Nessa segregação ocupacional, a presença negra nos espaços privilegiados aparece como exceção. A partir das analogias históricas com a escravidão, ele prossegue:

É que, infelizmente, muitos desses profissionais que exercem o cargo de chefia, eles acabam tendo um papel da época da colonização, que é o papel do capitão do

mato²². É aquele que fica perseguindo o trabalhador. Tem uns que ficam até escondidos atrás de árvores e postes para ficar fiscalizando o trabalhador, em busca de algum erro, para punir esse trabalhador (Jessé, 2024).

O modo como alguns dos entrevistados expressam sua concepção e sentimentos sobre as punições e retaliações por parte da empresa é atravessado por referências às relações coloniais escravocratas, na medida que percebem as rígidas hierarquias organizacionais, postas em termos de desigualdades raciais, manifestando-se no cotidiano de forma opressiva, exploratória e até mesmo violenta. Isso fica evidente em mais uma referência ao chicote, dessa vez citado por Adriano ao tratar das medidas punitivas da empresa “Só que a Comlurb, ela ainda funciona no chicote” (Adriano, 2025). Ele se refere a uma das punições mais temidas pelos gari: as transferências de bairros, práticas que não são reconhecidas como legítimas do ponto de vistas das relações de trabalho contemporâneas, mas como atualizações de formas históricas de violência usadas para controlar e dominar trabalhadores negros.

[...] a gente já sofria muitas retaliações por aí afora: punições, transferências... Qual o objetivo disso tudo? A transferência, vou te dar um exemplo, é quando eu moro em um determinado lugar e o cara me coloca para trabalhar em um local muito mais distante, na contramão. Para quê? Para eu chegar atrasado, para dificultar o trabalho, né? E, a partir disso, gerar o motivo para me aplicar uma punição (Francisco, 2024).

As punições não se resumem apenas a esse procedimento. Adriano citou um caso em que um gari, perseguido pela gerente, era obrigado a ter seu horário de almoço postergado, consequentemente terminando mais tarde seu horário de trabalho. Punições relacionadas ao aumento da carga de trabalho, adiamentos das folgas e até mesmo demissões por motivos políticos, como foi o caso de gari líderes de movimentos como a greve de 2014 e outros episódios grevistas²³.

Disciplinar pelo trabalho punitivo faz parte de uma lógica colonial bem consolidada na História do Brasil, lógica que não teve um fim com a abolição, mas toma novos contornos na atualidade em função de ideologias racistas e classistas que colocam o negro pobre como uma constante ameaça à ordem hierárquica das coisas (Moura, 2021; Souza, 2009). A degeneração racial, instituída pelo racismo científico, que implica, entre outras coisas, a ideia de não aptidão negra para a disciplina, ainda tem o trabalho como remédio. É preciso que o homem

²² O capitão do mato era um agente responsável por capturar pessoas escravizadas que haviam fugido e devolvê-las aos seus senhores, atuando como instrumento de controle e repressão no sistema escravista.

²³ Sobre isso, cf. Freitas, 2023.

negro, uma ameaça ao status quo, seja dominado e controlado através da subjugação do trabalho duro e sujo.

5.4.2 Dependência de substâncias

As condições de trabalho aqui discutidas acarretam e agravam o adoecimento desses trabalhadores de múltiplas formas, a dependência de substâncias é uma delas. Mabuchi *et al.* (2007) apontam que as ocupações socialmente desvalorizadas são mais propícias a concentrar trabalhadores que fazem o uso problemático de substâncias devido aos tipos específicos de estressores gerados pelo cotidiano de trabalho. Em análise sobre alcoolismo entre os coletores de lixo domiciliar, os autores concluem que a grave dependência de álcool no contexto se deve principalmente a uma tentativa de fuga e a uma forma imediata de lidar com o sofrimento mental e a sobrecarga emocional de uma rotina exaustiva e humilhante.

Para Márcio (2025), “no caminhão é impossível o cara não beber, a não ser o cara que já entrou como cristão, né?”. O consumo de álcool, como apontado por Santos (1999) e Velloso, Valadares e Santos (1998), faz parte do dia a dia dos coletores. O trabalho na rua garante fácil acesso à substância consumida durante os turnos: “para eles [companhia], assim, o álcool é meio que irrelevante. Se você fizer o teu serviço e não gerar problema, eles fecham os olhos e vai embora. Cada um faz o que quer” (Adriano, 2025).

A pesquisa mencionada trabalhou com um questionário aplicado a 100 coletores da cidade de São Paulo. Seus dados apontam que 34% dos homens ingeriam álcool quatro ou mais vezes por semana, dos quais, mais de 15% relataram ingerir mais de três taças por dia, o que caracteriza a dependência alcoólica. Ademais, 18% dos entrevistados reportaram já terem bebido álcool durante o expediente de trabalho. Apenas 6% da amostra afirma nunca ter ingerido bebida alcóolica, justamente por motivos religiosos (Mabuchi *et al.*, 2007).

Apesar da bibliografia especializada apontar a dependência de álcool como elemento presente entre esses trabalhadores, tal tema não foi intencionalmente abordado pelo questionário semiestruturado utilizado nesta pesquisa. Apesar disso, três dos coletores entrevistados, espontaneamente, falaram sobre os problemas que tiveram com o consumo de álcool durante o expediente de trabalho em decorrência dos estressores causados pelo próprio trabalho. Na pesquisa de Mabuchi *et al.* (2007), 30% dos coletores entrevistados reporta ter como principal motivo de ingerirem bebidas alcóolicas fatores, como: carga horária de

trabalho excessiva, falta de reconhecimento e incentivo, discriminação, além do odor expelido pelo lixo.

Márcio, relatando sua experiência com álcool durante a atividade, corrobora os achados de Mabuchi *et al.* (2007). Ele justifica o uso da substância durante os turnos por conta da sobrecarga de serviço e o desgaste associado ao trabalho noturno e relata que bebia cachaça rotineiramente na tentativa de tornar o cheiro do lixo um pouco mais suportável.

É impossível não beber uma cachaça, aquele cheiro de lixo ali é terrível! Aí, em cada botequim, eu tomava uma cachacinha, né? Aí chegava em casa com aquele bafo de cachaça, a mulher achava que eu estava no bar bebendo. Eu falava para ela: ‘Não estou, estou trabalhando, mas em todo bar eu bebo uma cachaça porque não dá, né?’ (Márcio, 2025)

Depois de um tempo, você começa a calejar o corpo, fazendo várias situações de doença nas pernas, nas costas, nos braços, você acaba calejando mesmo, assim, o corpo e anestesiando ele mais e mais e mais. Então, era um número muito grande [de dependentes químicos]. A maioria das pessoas do programa, quando eu entrei em 2015, era a galera de caminhão de praia, caminhão de varredura ou caminhão de coleta domiciliar, era galera de caminhão. Entendeu? (Leandro, 2023).

Beber para suportar o cotidiano laboral é uma constante entre os trabalhadores. Assim como destacado por Silva (1999) e Mabuchi *et al.* (2007), os entrevistados afirmam que o acesso ao álcool é facilitado pelos comerciantes de bebidas localizados nos trechos de coleta, estes oferecem, geralmente, uma dose de cachaça gratuitamente aos garis ou cedem com facilidade aos seus pedidos. Leandro relata que fazia uso de álcool apenas recreativamente, aos finais de semana, mas, quando iniciou o trabalho no caminhão de lixo, como ofereciam bebida nos bares, começou a fazer uso diário. Segundo ele, “tapear a dor” decorrente do esforço físico abusivo era o seu principal motivo. Todos os seus colegas de equipe usavam algum tipo de substância — álcool, maconha ou até mesmo cocaína — para suportar o que o trabalho lhes demandava e otimizar o ritmo da coleta. Para conseguir acompanhar esse ritmo, Leandro conta que se viu impelido a fazer o mesmo. A partir disso, se tornou dependente de álcool e foi encaminhado para o programa de dependentes químicos da própria Comlurb, onde se tratou e conseguiu controlar o transtorno.

Adriano conserva um grande sentimento de gratidão ao programa destinado a dependentes químicos da empresa, pois, quando ingressou na instituição, já era dependente de cocaína e álcool. Como mencionei anteriormente, o entrevistado preferiu o trabalho de gari ao serviço militar justamente por acreditar que teria uma rotina que facilitaria o uso contínuo das substâncias. Para ele, o trabalho no caminhão de coleta nunca foi um empecilho para o

consumo de álcool, pelo contrário: consumia a substância para, assim como os outros, suportar aquela realidade, citando a precariedade alimentar como um dos agravantes da situação. Seu relato elucida a ambivalência institucional da companhia com relação à situação de dependência alcoólica dos garis.

[...] durante algum período, eu aumentei muito meu consumo de álcool, né, de droga. O que foi bom, porque ela mesma, a Comlurb, me proporcionou a mudança, para me recuperar e parar com o consumo da droga e me mostrou que, trabalhando, dá para você conseguir sempre a mais.

Então, é isso. Assim, por mais que o aumento do consumo de droga não seja culpa da Comlurb, é mais pelo fato de como ela funciona, né? Como eu falei, tipo, se a pessoa faz o serviço dela no caminhão, ou varrendo, ou o que quer que seja, ela parar e beber, assim, não há uma cobrança tão severa como em certas instituições (Adriano, 2025).

Chama atenção a forma como a companhia gere a questão, a partir do mecanismo de produção das condições que levam ou agravam o consumo de substâncias, ao mesmo tempo que disponibiliza os meios de contenção dos danos. Como podemos observar, é benéfico para a empresa que os coletores otimizem, usando bebida e outras drogas, seu ritmo de trabalho, assim como “anestesiem” com o consumo a sobrecarga emocional e os elementos estressores gerados pelo cotidiano laboral. No caso, a conformação dos corpos gerada por esse consumo só deixa de ser benéfica para a empresa quando começa a atrapalhar a execução do trabalho. Quanto a Adriano, ele só foi encaminhado para o programa quando mudou de função para motorista de triciclo, coletando lixo dentro de comunidades. Ele relata que foi barrado pelo seu superior por estar visivelmente bêbado demais para conduzir o veículo. Sua fala deixa claro que a gratidão não se limita a ter conseguido controlar o transtorno, envolve o fato de que o programa da empresa possibilitou a compreensão de que deveria se dar pelo trabalho a principal forma de reorganização da vida e sua recuperação pessoal.

É particularmente revelador que, no caso dos coletores domiciliares, não seja o ócio a origem de todos os vícios. A associação estereotipada e estigmatizante da imagem dos homens negros e pobres com a bebedeira supostamente decorrente da “vadiagem” ignora as condições concretas que o próprio mundo do trabalho pode produzir como estratégia de perpetuação da subalternização do trabalho e da identidade desses homens. Logo, a dependência de substâncias, nesse contexto, funciona como parte do mecanismo de produção de relações de exploração do trabalho. Assim, o que é considerado fruto da vadiagem e o próprio trabalho não conformam esferas separadas e opostas, são dimensões constitutivas de um mesmo sistema, no qual a transgressão em vez de romper a ordem, a reforça, legitimando

práticas de controle e sujeição direcionadas sobretudo aos pobres e aos negros (Chalhoub, 2012).

5.4.3 Nojo, discriminação e invisibilização

A relação dos coletores com os usuários do serviço, a população, é marcada por complexidades, tendo diversas faces, muitas vezes atravessadas por sentidos contraditórios. O município do Rio de Janeiro, como qualquer outro centro urbano, tem sua população definida por uma diversidade de grupos sociais com especificidades de classe, gênero, raça, geração, território e outros marcadores, o que influencia a dinâmica do relacionamento entre a população e os garis que atuam na coleta de lixo domiciliar. Dentre as faces dessa relação, destacam-se como aspectos definidores da identidade dos coletores, construída também nessa interação, o nojo, o preconceito e a discriminação.

Das representações sociais a respeito desses sujeitos, a mais marcante do ponto de vista do que parece ser um dos elementos centrais para a construção dessa imagem de ojeriza social sobre os coletores é a ideia de que são identificados com o próprio lixo, constatada através das principais pesquisas sobre o tema (Lopes *et al.*, 2012; Santos, 1999; Souza, 2018; Velloso; Valadares; Santos, 1998). Tal representação social ecoa fortemente nos relatos dos garis entrevistados: “Eu acho que essas pessoas têm essa impressão, porque você limpa a sujeira que elas produzem, elas acham que você é aquele lixo. E você não é esse lixo, né? Porque lixeiro é quem joga lixo na rua, né isso? E essas pessoas não se dão conta disso” (Jessé, 2024).

A ideia de que as pessoas que trabalham com o lixo personificam a sujeira física que manipulam é um dos desdobramentos centrais do que a literatura denomina como “*dirty work*” (Ashforthh; Kreiner, 1999, 2014; Hughes, 1951). No caso, a construção social de que o lixo seria algo imundo e causador de ojeriza se torna um signo traduzido histórica e socialmente à luz das modernas desigualdades, como um “contaminador social”, projetando sobre os trabalhadores marcadores relacionados a pobreza, subalternidade e marginalidade. Trata-se, portanto, de um mecanismo de estigmatização que converte uma atividade socialmente necessária em um marcador de desvalorização social.

“É, a sociedade em si, ela vê o trabalhador de limpeza urbana como uma pessoa suja, tá? É essa pequena parcela. Eles têm a gente como uma pessoa suja. Tem muitos que falam que a gente é lixeiro, né?” (Dênis, 2025). Essa pequena parcela a que Dênis se refere costuma

ser apontada pelos entrevistados em termos de região, a Zona Sul da cidade, a mais rica dentre todas. Ela aparece como uma referência espacial, social e simbólica dentro do Rio de Janeiro, uma vez que representa a elite branca do estado, além de ser o lugar que sintetiza, de forma idealizada, a própria imagem do Rio de Janeiro. “Porque na Zona Sul tu percebe já um olhar mais... Mas são deles, né? Acho que é com todo mundo, né? Eles... com aquele olhar assim... meio “sou melhor”, sou, sei lá...” (Adriano, 2025). Um tanto reticente ao falar sobre as expressões de hierarquia sentidas por ele nas relações com a classe privilegiada da Zona Sul, ao tratar o senso de superioridade como uma coisa própria “deles”, Adriano traduz o quanto essas relações parecem rigidamente demarcadas.

Leandro, que trabalhou por quatro anos no caminhão de coleta de lixo domiciliar nessa região, descreve seu cotidiano laboral sublinhando uma experiência de intensa discriminação e preconceito. Seu relato evidencia uma alternância entre invisibilidade e nojo. Segundo ele, quando não era ignorado, era alvo de demonstrações direcionadas de repulsa.

De início era muito humilhante, né? Estar com uniforme laranja. Eu não me considero uma pessoa feia, não me considero uma pessoa que não chamasse a atenção se eu não estivesse com uniforme e, mesmo assim, ser ignorado... É, tu dá um boa noite e a pessoa cruza por você e não cumprimenta. De início era muito humilhante, né? Você tá sentado no portão da pessoa, esperando o caminhão voltar, sentado no chão, do lado da portaria, né? Geralmente os porteiros falam com a gente, então a gente tá ali conversando com o porteiro, a pessoa fala lá com o porteiro, chama o porteiro pelo nome, dá boa noite ao porteiro e só passa por você e ignora. Eu já vi em trabalhos de final de ano, em que passam pelo policial, passam pelo guarda municipal: “boa noite”. Aí você que tá ali, o gari junto com o cara ali limpando... Se você cruzar pela pessoa, a pessoa deu boa noite ali, tu viu, tu ouviu, mas tu não vai receber o boa noite, né?
É uma categoria, de certa forma, como eu deveria colocar... uma categoria invisibilizada e menosprezada, né? (Leandro, 2023).

A invisibilidade social que vestir o uniforme laranja da Comlurb lhe conferia minava sua autoestima e o fazia sentir-se inferior a qualquer outro prestador de serviços. Sua fala destaca a forma como era tratado em comparação ao modo como porteiros e agentes de segurança pública eram cumprimentados pelas pessoas. Isso indica que a invisibilidade não ocorria apenas pelo fato de ser um trabalhador presente no cotidiano, mas por fatores específicos que tinham na sujeira o principal motivo. Essa sujeira se manifesta nesse contexto e relações de forma física, devido ao lixo, mas também se apresenta como uma sujeira moral e social “impregnada” na suposta essência dos trabalhadores, tradicionalmente construídos como degenerados.

“Assim, a galera tampava o nariz até quando o caminhão não estava próximo da gente, ou faziam cara feia, como se fosse passar do lado de algo muito fedido. [...] Quando não ignoravam a gente totalmente, era isso.” (Leandro, 2023). A alternância entre a invisibilização e a ojeriza demarca uma face muito dura da discriminação a que os coletores estão sujeitos. Tais relações, como já entendemos, não se justificam apenas no lixo como único elemento causal. Articulados ao lixo estão eixos de desigualdades estruturais que moldam essas dinâmicas e produzem efeitos sobre as identidades dos trabalhadores.

Você acaba se acostumando com essa forma do outro te menosprezar, o que é bem adoecedor pra autoestima e tudo mais. Eu chegava em casa e eu queria escovar a unha, escovar o cabelo. Sempre tive o problema de deixar o cabelo crescer. Se esfregar com a escova de roupa em casa, para tirar o cheiro... é isso, né? Porque, de fato, quando trabalha muito, como eu trabalhei, muito tempo na traseira do caminhão, tinha determinados cheiros fortes que eu já não conseguia sentir como as outras pessoas. [...] eu ficava com essa coisa, pô, pedindo para o motorista: “Pô, vê se eu tô fedendo”, as pessoas de casa, família, “vê se eu tô fedendo”. Não tá, tá cheiroso. Por causa dessa coisa de ser ignorado, né? E, às vezes, até ser criminalizado quando a gente entrava de uniforme em alguns lugares, para pedir uma água, alguma coisa do tipo, para comprar um lanche, o pessoal torcendo a cara, olhando pra gente com receio (Leandro, 2023).

Sujeira e criminalidade são signos racializados e comumente associados na experiência do trabalho manual da classe trabalhadora. Isso pode ser compreendido, segundo Balibar (2021), como parte da racização institucional do trabalho manual. A internalização do menosprezo, expressa na preocupação constante com o próprio cheiro, na necessidade de se esfregar e de confirmar reiteradamente com outros se “está fedendo”, revela a incorporação subjetiva de estigmas associados às classes trabalhadoras racializadas. Isso está diretamente remetido aos discursos de degenerescência racial e de classe que marcam a representação dos trabalhadores manuais como, simultaneamente, explorados e ameaçadores, associados à sujeira, à doença, e à degradação moral.

A autodefinição dos indivíduos tem, na identidade ocupacional, um dos principais fatores. Na interação entre a subjetividade e os constrangimentos sociais na construção da identidade, a prática de trabalho *sujo* pode interferir negativamente na formação de concepções positivas de si mesmos. É importante ressaltar que os “*dirty workers*” estão expostos às mesmas visões estigmatizantes e estereotipadoras a respeito do imaginário social e cultural de sujeira do que os demais indivíduos (Ashforth; Kreiner, 1999).

Leandro descreve a experiência como algo revestido de humilhação e menosprezo. Segundo ele, foi também para anestesiar esses sentimentos que começou a consumir bebidas

alcoólicas todos os dias, até que se tornou dependente: “com o tempo, aquilo ali vai anestesiando, é como se fosse uma ferida aberta. Você fala assim: ‘é, tem isso aqui, isso dói em certo horário, isso arde quando cai água, não sei o quê’... mas, na maior parte do tempo, tem que conviver com isso” (Leandro, 2023). A metáfora da ferida aberta que nunca cura produz uma imagem forte de um sentimento de dor que não cessa, mas se torna suportável pelo hábito. É inquietante observar como esse sofrimento parece algo inescapável, como se a possibilidade de deixar esse cotidiano de trabalho fosse quase impensada.

A vivência cotidiana de humilhação enfrentada pelos coletores na interação com a população é agravada pela precariedade das condições de trabalho oferecidas pela empresa, as quais os expõem a situações que poderiam ser evitadas, caso a companhia disponibilizasse o suporte adequado para o desempenho da atividade. Como não é o caso, os garis precisam depender dos favores dos usuários do serviço para terem acesso a condições básicas, como acesso à água e uso de banheiros.

[...] já teve ocasiões de a gente, nessa corrida, né, pedir água, e a pessoa pegar uma garrafa descartável, né, e um copo descartável, ou então até o copo de vidro mesmo, e falar: “Não, pode ficar com o copo. Tipo assim, não vai me servir mais porque vocês usaram.” Porque tem pessoas que dão para poder facilitar, mas tem pessoas que você nota que, assim, é nojo do trabalhador por ele trabalhar com lixo e ter que receber o copo de volta (João, 2025).

O fato de não ser oferecido aos coletores o abastecimento de água necessário faz com que tenham que depender de estabelecimentos ou moradores para conseguirem água gelada, o que os insere em interações potencialmente assimétricas. Esse tipo de precariedade os expõe a riscos de saúde física e os submete a repetidas experiências de desrespeito: “porque você chega assim numa portaria de um prédio, vai pedir uma água, o cara acha que você está disfarçado de gari ali. Vai assaltar, vai levar alguma coisa do prédio, entendeu?” (Francisco, 2024).

A despeito das condições de trabalho e relações sociais de desvalorização, estigmatização e humilhação, o trabalho de gari pode proporcionar compensações ancoradas em aspectos de valor que também perpassam as condições de trabalho na companhia e as interações e relações sociais com a população, como podemos observar na fala de Ilton (2026):

Ah, nego fala assim, chamava de lixeiro: “Ah, tá catando lixo, não tem estudo”. Quem cata lixo, pra eles, não tem estudo, né? Muita gente pensa dessa forma. Mas

mal eles sabem que é uma empresa que não te manda embora e é uma empresa estabilizada, entendeu? Muita gente hoje em dia quer entrar e não consegue entrar, entendeu? É difícil entrar, entendeu? (Ilton, 2026).

Ao destacar esse contraste, o entrevistado, sem negar o estigma, tensiona-o usando critérios de valoração como a segurança que o emprego proporciona e a dificuldade de acesso à ocupação. Ele desloca o reconhecimento do prestígio social para os benefícios da garantia de permanência e renda, o que ganha expressivo valor em um mercado de trabalho marcado por flexibilização do trabalho e informalidade. Assim, as compensações e a desvalorização coexistem, não se anulam, corroborando ambivalências características da experiência de trabalho na coleta de lixo domiciliar. Esse trabalho tido como fonte de sofrimento, ao mesmo tempo, representa reconhecimento possível, especialmente no que se refere à provisão. Essas dimensões, que também atravessam a construção das suas identidades masculinas serão aprofundadas no próximo tópico.

5.5 TRABALHO, DEVER E RECONHECIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE VALOR NA COLETA DE LIXO DOMICILIAR

Apesar de todo o contexto de precariedade, exploração, desvalorização e humilhação a que o trabalho de coleta de lixo domiciliar está mergulhado, há a construção de outros sentidos e significados. De forma complexa, estes outros sentidos, dotados de valor, também fundamentam as identidades dos garis como homens inseridos em uma atividade que engendra alto grau de sacrifício, mas que parece ser realizado com base em uma percepção voltada ao cumprimento de uma missão social. Trata-se da prestação de um serviço invisível, mas, ainda assim, essencial.

As crianças amam o trabalhador da Comlurb, amam os garis. Muitos fazem festinhas com a imagem do gari. Então, para nós, a gente fala que é sacrificante, mas, quando a gente via esse outro lado, a gente ficava satisfeito, ficava feliz, a gente entregava mais, se comprometia mais (Dênis, 2025).

Ser um trabalhador manual, no contexto de classes populares, no jogo ambíguo de humilhação e honra, pode denotar respeito e masculinidade alcançados através do sacrifício do trabalho duro. Em um universo cultural em que a força e a resistência física são valorizadas como signos de masculinidade, toda provação decorrente desse tipo de trabalho pode ser convertida em um certo prestígio que nasce de concepções heroicas a respeito dessa

realidade (Almeida, 1996). “[...] e a outra parte da sociedade, na grande realidade, vê a gente como heróis” (Dênis, 2025).

Quando perguntado sobre uma boa experiência que teria vivenciado no trabalho de coleta de lixo domiciliar, João não hesita em contar de quando, enquanto cumpria seu trecho no caminhão com sua equipe, avistou uma senhora idosa que tinha caído devido à calçada esburacada. Eles, então, pararam para socorrê-la, percebendo que ela tinha ralado o joelho usaram a água que tinham comprado para lavar suas feridas. A senhora foi cuidada pelo membro da equipe dos garis que tinha feito curso de primeiros socorros, quando o filho da senhora chegou por ter dado falta da mãe em casa, ela já estava mais calma e sendo levada por João e os outros garis para casa.

Hoje em dia, assim, ele é um amigo que a gente não tem nem como mencionar, né? Porque ele fala que não é nem só amigo, ele fala que nós somos a família dele. Porque ele tava falando ‘tem gente da família que não cuida bem da minha mãe [...]’. E, assim, ele vem na nossa casa, ele já foi na casa de todo mundo que faz parte daquele roteiro. E virou uma amizade incrível (João, 2025).

A construção de laços com moradores e comerciantes locais é um dos pontos mais valorizados da profissão, citado como algo de verdadeira importância e que faz falta para os garis quando deixam a atividade de coleta de lixo e começam a trabalhar em outras atividades da empresa.

Tinha aquela amizade de passar ali naquele roteiro todo dia [...]. Às vezes eles pediam para jogar algumas coisas fora: ‘dá para jogar esse armariozinho fora aí?’, que a gente jogava, entendeu? Pedia, a gente jogava. ‘Ah, vou dar um guaraná pra vocês’, aí dava um guaraná. ‘Não, tudo bem, obrigado!’, entendeu? Assim, essa relação era muito importante para mim. Os moradores, entendeu? Os comerciantes também (Ilton, 2026).

Além da importância afetiva, essas relações trazem para os garis uma percepção de reconhecimento e pertencimento à comunidade que constroem um forte senso de missão social e coletiva. Isso faz com que a prestação do serviço ultrapasse o de limpeza urbana e entre no campo da ajuda à comunidade. Os garis ganham, desse modo, uma importância comunitária que fortalece a identidade de trabalhadores indispensáveis. A atividade na rua também é executada de modo atento às necessidades da população: “um lema que muitos usam, assim, é: ‘juntos somos mais fortes’. A gente cria um elo como trabalhador, né? E com o morador, com o comerciante. Tem uns ou outros que ainda têm aquela coisa do preconceito. Mas a gente costuma levar de boa” (João, 2025).

É notório que as relações estabelecidas entre a população e os garis estão baseadas simultaneamente em reconhecimento, troca e afetividade, mas também em preconceito, discriminação e estigmatização. “Quando você chega assim perto da casa dele [morador], pô, ele já prepara um café, já prepara um pãozinho, torrada. Eu tenho vários vídeos que eu mostro o morador recepcionando o trabalhador, e tenho vários vídeos meus também de caras destratando o trabalhador” (Dênis, 2025). Essas dimensões não se anulam, articulam-se na constituição de um campo relacional ambivalente, no qual valorização e desvalorização atuam simultaneamente, o que acaba produzindo efeitos tanto na imagem social atribuída aos trabalhadores quanto na forma como eles constroem suas próprias percepções de si.

As atividades que podem ser classificadas como “*dirty work*”, embora produzam estigmatização, também podem criar um certo tipo de honraria social via sacrifício e heroísmo e isso se aplica principalmente no caso dos homens (Ashforth; Kreiner, 1999), pois o discurso masculino é constantemente empregado nesta direção (Ashforth; Kreiner, 2014). Nesse sentido, o agenciamento dos estigmas, segundo Ashforth e Kreiner (2014), é feito por meio de ideologias ocupacionais, que são sistemas de crenças coletivas, os quais oferecem significados para interpretar o que determinada ocupação faz e por que isso importa. As ideologias do trabalho sujo visam a justificar suas atividades por meio de um valor positivo em face da concepção negativa socialmente predominante, colaborando para que os sujeitos sobre quem discuto aqui se identifiquem com sua profissão.

Porém, quanto menor o status do tipo de “*dirty work*”, menores são as chances de pessoas de fora validarem tais ideologias. Nesse processo de reformulação do estigma, busca-se convertê-lo em valor, transformando-o em honra. Uma forma comum de os indivíduos fazerem isso é afirmarem o caráter missional da atividade, valorizar o propósito para que foi criado. As “*dirty particulars*” (Ashforth; Kreiner, 1999, p. 421) são dotadas de valores abstratos e inspiradores associados a um propósito maior. Ou seja, se a missão se refere à finalidade, as tarefas cotidianas se referem aos significados da ocupação. Dessa forma, por mais que o trabalho fim cause ojeriza, o valor está no processo.

A reivindicação do título de agentes de saúde ambiental pelos garis organizados em torno das demandas da categoria evidencia um processo de ressignificação da ocupação. Trata-se de uma estratégia que pretende redefinir os termos de reconhecimento do trabalho, reposicionando-o de uma atividade marcada pela sujeira e desvalorização, para uma atividade social fundamental à preservação da saúde pública e do meio ambiente. Assim, os trabalhadores tensionam as hierarquias de valor que estruturam a divisão social do trabalho,

reivindicando um lugar de maior legitimidade e reconhecimento social. Essa postura reforça concepções de que a atividade de coleta de lixo domiciliar, na verdade, cumpre uma missão ecológica e sanitária.

Dênis deixa transparecer esse senso de serviço prestado à sociedade quando descreve sua entrada na companhia, a partir de uma tomada de consciência de que teria que abrir mão de momentos importantes da sua vida familiar em prol da missão:

Eu vou ter que trocar tudo para poder, como é que eu posso dizer para você? Para poder entregar o meu melhor para a sociedade, né? É aquilo, você tem que entregar o teu melhor para a sociedade. E, se você não entregar o seu melhor para a sociedade, como é que fica? Então, aí eu tive que optar. Eu precisava do emprego, certo? Aceitei a opção de trocar minha família pelo trabalho. E aí eu nunca mais passei a ter Ano-Novo junto com a família, certo? Coisas que eu fazia antes corriqueiramente, eu já não podia fazer. Eu teria que trocar, às vezes, o Dia dos Pais ou o Dia das Mães para benefício da empresa. Então são esses tipos de coisas que você vai, aí, tendo que abrir mão, certo? Para poder estar no cargo de gari (Dênis, 2025).

A alta carga horária de trabalho é interpretada em termos de uma exigência de empenho com um dever a ser cumprido com a sociedade. Deixar de passar datas importantes com a família, algo que valoriza muito, representa para o entrevistado um sacrifício necessário para um bem coletivo maior do que a sua satisfação individual. Há nesse contraponto trabalho *versus* família uma representação masculina muito comum na definição dos papéis sociais tradicionais de um núcleo familiar heterossexual: o pai/marido tem o tempo familiar roubado pelo trabalho árduo, mas não falta como provedor. Sobre isso, Leandro relata que sua esposa dizia que ela era “viúva de marido vivo”, justamente pelas longas horas de trabalho prolongadas pelo tempo gasto no transporte público que tinha que enfrentar diariamente trabalhando na Zona Sul do Rio de Janeiro. “Você não vê aniversário de criança, porque, dependendo da situação, eles não vão te liberar. Feriado, você não viaja com a sua família, você não tá no aniversário da sua esposa, no seu aniversário de casamento, você não está no seu aniversário” (Leandro, 2023). Apesar disso, é ao trabalho de gari que atribui a possibilidade de criar os seus filhos.

A sustentação moral que o trabalho confere à sua identidade enquanto homens não é o único e nem o principal fator que mantém os garis nos seus postos, apesar das condições de trabalho. Entre os homens das classes populares, o trabalho funciona como eixo central de afirmação da existência social e uma das poucas vias legítimas de reconhecimento e valorização de si, porém, isso só ganha sentido através da família (Sarti, 2011). Dessa forma,

com o provimento familiar, os garis encontram uma das principais “recompensas” do trabalho na Comlurb.

Como mencionado anteriormente, o salário de gari não é considerado justo pelos entrevistados para a ocupação, nesse sentido, eles não o pontam como principal aspecto do provimento, indicam a estabilidade no emprego e o acesso a planos de saúde e odontológico. A segurança e os benefícios trabalhistas são vistos como as principais vantagens da ocupação, quer por garantirem, em nível individual, direitos e condições de proteção difíceis de acessar no atual contexto econômico do país, quer porque esses benefícios são estendidos às suas famílias, e principalmente por isso.

Tinha semana que eu tinha uma determinada renda, tinha semana que não tinha. Então, pintou essa oportunidade, eu abracei, porque eu teria o plano de saúde, o ticket alimentação, uma estabilidade e um salário fixo. Então, assim, eu poderia fazer as minhas contas tendo certeza de que, mês a mês, o salário é certo [...]. E, quando eu construí a minha família, eu tinha como dar um plano de saúde, porque, hoje em dia, depender somente do SUS não tá dando, né? (João, 2025).

É frequente entre os entrevistados o relato de que ser gari trouxe a desejada estabilidade de emprego depois de tempos difíceis em que a condição de estarem empregados era incerta.

Porque, assim, eu não tinha emprego de carteira assinada, mas trabalhava um tempo, daqui a pouco mandavam embora. Quando eu entrei na Comlurb, que eu descobri que eu tinha passado na prova, daí, para mim, foi a felicidade. Falei: “Pô, ganhei na Loto! Graças a Deus! Vou fazer minha parte lá dentro e não saio mais. Vou ficar lá até minha aposentadoria”, e tô até hoje, entendeu? (Ilton, 2026).

Vale a pena, porque, se a gente for ver o que, pelo menos eu, né?, o que eu passei antes de estar aqui. Arrumava um trabalho, aí começava a trabalhar, aí o que que acontecia? Quando você estava se aprumando, pensando em comprar uma cama, um guarda-roupa, uma geladeira à prestação, vinha aquele negócio: ‘Ah, tem uma contenção de despesas. Vamos ter que te mandar embora’. Pô, perdia o chão! Aí ficava cinco, seis, sete meses desempregado. Na época, meu pai era vivo, ele que era o provedor da casa, aí, hoje em dia, não, hoje em dia o provedor sou eu, porque é uma empresa boa que, se você vier a trabalhar todo dia, não te manda embora (Márcio, 2025).

A condição de provedor familiar está diretamente associada ao sentimento de segurança e constância proporcionada pela estabilidade no emprego, articulando-se a valores profundamente enraizados na socialização masculina, como a infalibilidade financeira e a responsabilidade contínua pelo sustento material da família. Nesse sentido, a previsibilidade da renda não se limita a um aspecto econômico, assume uma dimensão moral, na medida em

que possibilita ao homem cumprir expectativas socialmente construídas de provisão e proteção. A estabilidade funciona, assim, como um elemento central na construção de si enquanto “homem responsável”, especialmente em contextos marcados pela insegurança laboral, nos quais a incapacidade de prover pode ser vivida como falha individual. Nesse sentido, acima, Márcio fala sobre o quanto consegue ajudar os seus parentes para além do seu núcleo familiar, relatando que costuma emprestar o vale-transporte disponibilizado pela empresa para que a sobrinha possa ir ao curso que faz. Com isso, ele demonstra como o acesso a recursos vinculados ao emprego se converte em capacidade de apoio aos parentes, ampliando, assim, sua rede de responsabilidade.

A principal fonte de sentidos positivos da profissão de coletor de lixo domiciliar parece estar ligada, portanto, a uma dimensão relacional e comunitária de dever com o outro, principalmente com os moradores e com a família. Um senso de responsabilidade, serviço e auxílio que desponta nas narrativas positivas sobre a profissão e parece produzir um sentimento de compensação através da honra que nasce do sacrifício na falta de um amplo reconhecimento e valorização dessa atividade. Afinal, “[...] não há fenômeno mais caracteristicamente humano do que o esforço determinado e até heroico para realizar uma tarefa que se assumiu como sua”²⁴ (Hughes, 1951, p. 317, tradução nossa). É nesse movimento que o trabalho, mesmo atravessado por precarização e a humilhação social, sustenta formas de reconhecimento que, ainda que frágeis e situadas, permitem aos trabalhadores afirmar a si mesmos e seu lugar no mundo.

²⁴ Traduzido de: “[...] there is no more characteristically human phenomenon than determined and even heroic effort to do a task which one has somehow taken as his own”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho de coleta de lixo domiciliar pode trazer à tona uma diversidade de questões sociológicas pertinentes para compreendermos as relações sociais no mundo do trabalho no Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, dediquei-me à investigação sobre as desigualdades de raça, gênero e classe que envolvem os trabalhadores dessa atividade, considerando o caráter estrutural dessas desigualdades, a maneira como são elaboradas na organização do trabalho capitalista e como tais mecanismos influenciam nas experiências dos trabalhadores sobre quem reflito. A pesquisa também aborda como essas relações e mecanismos baseados em desigualdades e hierarquias moldam a identidade masculina dos trabalhadores de coleta de lixo domiciliar considerando os desdobramentos sociais e subjetivos da divisão racial e sexual do trabalho experienciados cotidianamente por esses homens.

A contextualização histórica da posição social dos homens negros na escravidão colonial e no período pós-abolição, como abordado no primeiro capítulo, nos dá um ponto de partida para interpretar o capitalismo e a organização hierárquica do trabalho com fundamento nas relações raciais e de gênero. Isso significa analisar como as hierarquias expressas em nível material e ontológico se perpetuaram na consolidação capitalista em função de ideologias, políticas e mecanismos sociais racionalizados por uma classe dominante que sempre almejou a permanência de seus interesses materiais e ideológicos. Isso não se dá, como se vê, por acidente, herança, muito menos por superação histórica.

Analisar a realidade dos coletores de lixo domiciliar partindo dessa referência nos guia na compreensão de suas experiências não como continuidades diretas de trabalhadores escravizados, como os tigres, mas, principalmente, para que seja possível entender que a estrutura social que os “empurra” e os mantém em atividades degradantes em diferentes âmbitos tem sua construção originada nesses processos e relações coloniais. Esses fatores históricos contribuem substancialmente para que, atualmente, esses trabalhadores sejam marcados por precarização, estigma e subalternização.

Nesse sentido, raça, gênero e classe, categorias intrínsecas à forma com que os postos e relações de trabalho são organizados e hierarquizados na contemporaneidade são guiadas por concepções históricas e socialmente instituídas que, segundo o que foi defendido no segundo capítulo, não operam como variáveis separadas que depois “se cruzam”, mas como princípios coconstitutivos da própria divisão social do trabalho. No caso específico dos

coletores de lixo domiciliar, o referencial teórico e o material empírico me levaram a constatar como a característica subalterna dessas masculinidades é diretamente formada pelos mecanismos hierárquicos da divisão racial e sexual do trabalho

As pesquisas que pretendem articular a constituição das relações de masculinidade com base no trabalho nos dizem que a descartabilidade social de um homem que não provê, não mantém e não serve priva de sentido as suas próprias identidades. Como apresentado no terceiro capítulo, a masculinidade é construída através de uma profunda identificação com a ética produtivista capitalista, de modo que “ser homem” e “ser trabalhador” tornam-se categorias quase indissociáveis. Entretanto, para os homens negros, essa identificação acontece de forma contraditória: ao mesmo tempo em que o trabalho aparece como principal possibilidade de reconhecimento, dignidade e pertencimento social, também é um espaço de exploração, degradação e subalternização racial.

Essa tensão que ultrapassa o âmbito da sobrevivência material e alcança significado existencial ajuda a compreender por que muitos coletores suportam cotidianos descritos por eles próprios nas entrevistas como quase insuportáveis. Nesse sentido, a metáfora da “ferida aberta” mobilizada por Leandro para se referir às injúrias subjetivas causadas pela exploração, discriminação e opressões cotidianas revela-se profundamente significativa. A dor é sustentada também em razão da honra masculina baseada na estabilidade do emprego, no sacrifício cotidiano e no reconhecimento moral que representa ser um homem capaz de contribuir de forma essencial para a família e para a comunidade.

Foi possível perceber, na análise das entrevistas, que esses trabalhadores que transitam entre a humilhação e formas relativas e contingenciais de valorização, apesar do cotidiano esmagador marcado pelo desgaste físico, moral e subjetivo, estão em constante agenciamento da sua identidade. No movimento circular do processo de estigmatização a que estão submetidos — em que se estabelece uma simultânea “contaminação” entre sujeitos estigmatizados e um trabalho estigmatizado —, eles produzem formas de reelaboração moral dos sentidos atribuídos ao trabalho que desempenham. Seus relatos trazem à tona a dimensão da reelaboração dos estigmas ligados ao “trabalho sujo”. Isso acontece em termos de legitimidade e valorização moral da sua masculinidade, por meio do senso de missão de realizar algo indispensável, que ninguém quer realizar e que, principalmente, nem todos estão aptos a realizar. Tornar essa atividade um “trabalho de homem” deslocaria parcialmente os sentidos aviltantes historicamente associados à ideia de um “trabalho de preto”.

Uma questão central trazida por Santos (1999), corroborada pelos achados empíricos da presente pesquisa, refere-se à percepção de que as experiências sociais dos trabalhadores de que trato aqui são atravessadas por ambiguidades que se manifestam nas relações e condições de trabalho. Pude, porém, avançar quanto às ambiguidades como questão chave de análise do objeto ao relacionar esse aspecto também à própria posição social complexa que eles ocupam enquanto homens negros no interior das hierarquias de gênero e raça. Tais ambiguidades surgem também da expressão fluida e contingencial das relações entre dominação e subalternidade que conformam as masculinidades.

Essas dinâmicas se revelam em questões como a formalidade de uma atividade marcada por precarização: na relação com a comunidade, atravessada tanto pela discriminação quanto por formas contingenciais de reconhecimento; na experiência da rua, concebida ao mesmo tempo como espaço de perigo, humilhação e liberdade e na própria percepção do trabalho, elaborada entre o orgulho de exercer uma atividade socialmente indispensável e o sofrimento produzido pela desvalorização e discriminação cotidiana. Tais ambiguidades mostram que a experiência desses sujeitos não pode ser compreendida de maneira fixa ou unilateral.

A teoria sobre masculinidades negras permite afirmar que isso se deve, em grande medida, ao fato de ocuparem uma posição social complexa, na qual coexistem, de forma tensionada, as vantagens relativas garantidas pelo gênero masculino e a subalternização produzida pelas hierarquias raciais. A análise dos desdobramentos cotidianos da divisão sexual e racial do trabalho demonstra, assim, que essas estruturas operam para além da distribuição dos sujeitos em posições sociais rigidamente delimitadas. De modo mais amplo, as experiências dos coletores explicitam nuances pouco exploradas dessas relações, evidenciando como masculinidades negras são construídas, negociadas e ressignificadas em meio às tensões entre agência e estrutura, reconhecimento e estigmatização, dignidade e subalternidade.

Do ponto de vista dos estudos de gênero, esta pesquisa contribui tanto para o campo da sociologia do trabalho quanto para o campo das masculinidades no Brasil, na medida em que rompe com a neutralidade da análise dos homens trabalhadores no processo de investigação de ocupações generificadamente masculinas. Componho, desse modo, um panorama que analisa o trabalho como eixo central para as relações sociais que constroem identidades, processos de sociabilidade e práticas masculinas em ocupações subalternizadas. Sobretudo,

esta pesquisa pretende aproximar esses dois campos que ainda dialogam de maneira limitada na área das ciências sociais.

Ao investigar a atividade de coleta de lixo domiciliar pautada na ótica do trabalho subalterno racializado, desejo ampliar a análise sobre ocupações socialmente subalternizadas e desempenhadas por maioria negra. Parto da perspectiva de que a raça é uma chave analítica central para a compreensão dos mecanismos históricos e sociais que fazem com que determinadas profissões sejam reiteradamente desvalorizadas, precarizadas e subalternizadas. Como aspecto relevante dessa construção analítica está a ideia de que a população negra permanece sob tais condições de trabalho, porque, além das questões de classe que impõem a esse grupo social possibilidades de empregos que não exigem qualificação profissional, há a forma estigmatizada com que essas ocupações foram construídas desde a escravidão colonial a partir de ideologias racialistas que as identificam com as marcas de degeneração atribuídas aos trabalhadores negros, associados à sujeira e ao trabalho corporal degradado.

No entanto, esta tese não teve a pretensão de esgotar as possibilidades de pesquisa para o tema, algumas questões merecem futuros desdobramentos analíticos. Podemos citar, primeiramente, a articulação entre trabalho e família no processo de constituição e validação das masculinidades dos coletores. Considerando o papel central da família enquanto sentido fundamental para o trabalho assalariado dos homens, a investigação relacional a respeito de como essas dinâmicas de gênero se dão com suas parceiras e filhos e filhas, no que se refere à divisão sexual do trabalho — a tensão entre trabalho de cuidado e o trabalho produtivo no interior das famílias — e as relações de poder que resultam dessas desigualdades conservam especial relevância. Isso quando levamos em conta que a dimensão reprodutiva e a produtiva do trabalho se complementam na análise das relações laborais em si e também das identidades vistas por meio desse eixo.

Outro ponto a ser ressaltado seria a questão da construção da imagem dos garis como símbolos do Rio de Janeiro, o que teve seu ápice com a midiatização do gari “Sorriso”²⁵, que teve papel central na valorização social e identitária desses trabalhadores enquanto elementos fundamentais de conservação da beleza da “cidade maravilhosa”. A forma com que a Comlurb aciona a imagem de seus trabalhadores e a propaganda como estratégia de valorização simbólica estetizada foi um ponto que apareceu nas entrevistas e que não foi

²⁵ Renato Sorriso é o nome artístico de Renato Luiz Feliciano Lourenço, gari da Comlurb que alcançou notoriedade nacional ao sambar durante a limpeza da Marquês de Sapucaí após os desfiles de carnaval. Sua imagem foi amplamente explorada pela mídia e pelo poder público, tornando-se um símbolo da cidade do Rio de Janeiro e da própria categoria dos garis.

explorado na presente pesquisa. A relevância desse elemento para construção de uma imagem social masculina sob critérios mais valorizados pode ser um ponto a ser explorado por pesquisas vindouras.

Na última década, as formas de contratação dos garis e as possibilidades de progressão dentro da empresa estão em processo de transformação devido a contratações temporárias através de processos seletivos simplificados, o que mergulha a profissão cada vez mais fundo em condições precárias e estagnadas de trabalho. Esses fatores afetam diretamente as concepções de identidade baseadas na estabilidade de emprego desses sujeitos. Tais concepções são muito centradas na noção de continuidade de carreira. Não foi entrevistado nenhum gari com contrato temporário, mas essa é uma possibilidade de análise comparativa sobre os efeitos das transformações sugeridas.

Também aponto como questão promissora de pesquisa o aprofundamento teórico dos processos históricos, sociais e institucionais que levaram a que o campo da sociologia do trabalho no Brasil fosse fundado e perpetuado em torno da classe como principal fator de desigualdade material. Desse modo, a raça foi negligenciada mesmo diante de séculos de trabalho negro escravizado que estabeleceram as bases econômicas e ideológicas do trabalho capitalista neste país.

Dessa forma, trazer aqueles que trabalham com a limpeza para o centro da análise do trabalho no Brasil representa lançar luz sobre mecanismos históricos e sociais fundamentais para a compreensão das desigualdades que estruturam a nossa sociedade. A permanência da concentração de homens negros em ocupações caracterizadas pela submissão do corpo à sujeira, à extrema exploração e à descartabilidade revela que a divisão sexual e racial do trabalho organiza, para além das condições materiais de existência, os limites do valor social e da própria humanidade. Apesar disso, esses trabalhadores continuam correndo entre sentidos contraditórios de existência social, produzindo formas de pertencimento, valorização moral e sentido para suas vidas, que enfrentam as concepções de sujeira social que lhes é atribuída.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-17, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/f7pK66FVCcsSmzQnnMGTKw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 161-189, 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6602/7539>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CARVALHO, Angelita Alves de; COVRE-SUSSAI, Maira. Divisão do trabalho doméstico e suas interfaces com gênero e raça no Estado do Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, Clara; GAMA, Andrea (org.). *Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: NUDERG/UERJ, 2017. p. 227-259.
- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- AMANTINO, Márcia; FREIRE, Jonis. Ser homem... ser escravo. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2013. p. 15-48.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ASHFORTH, Blake E.; KREINER, Glen E. Contextualizing dirty work: the neglected role of cultural, historical, and demographic context. *Journal of Management & Organization*, Cambridge, UK, v. 20, n. 4, p. 423-440, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/jmo.2014.38>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-management-and-organization/article/abs/contextualizing-dirty-work-the-neglected-role-of-cultural-historical-and-demographic-context/737C0385D617ADDACA89949DFF2D177F>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- ASHFORTH, Blake E.; KREINER, Glen E. “How can you do it?”: dirty work and the challenge of constructing a positive identity. *Academy of Management Review*, Valhalla, v.

24, n. 3, p. 413-434, 1999. DOI: <https://doi.org/10.2307/259134>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/259134>. Acesso em: 20 abr. 2026.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_0f23640e6e5243a5a9c04fa5146f2ba8.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026

BACELAR, Carina. Ministério do Trabalho quer fim de gari 'pendurado' no Rio. *Estadão*, São Paulo, 29 maio 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-rio/ministerio-do-trabalho-quer-fim-de-gari-pendurado-no-rio/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BALIBAR, Étienne. O “racismo de classe”. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 351-429.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELARMINO, Daniela Vilas Boas; PAGANI, Maria Eduarda Becker; TANOUYE, Andressa Tiemi de Andrade; GARCIA, Lucas França; MASSUDA, Eli Mitie. Trabalho e saúde: percepção de coletores de lixo. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 574-581, 2022. DOI: 10.47626/1679-4435-2022-795. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/Content/pdf/v20n4a09.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2026.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l’intersectionnalité. *Diogène*, Paris, n. 225, p. 70-88, janv./mars 2009. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70?lang=fr>. Acesso em: 21 abr. 2026.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre; ACCARDO, Alain; BALAZS, Gabrielle; BEAUD, Stéphane; BOURDIEU, Emmanuel; BOURGOIS, Philippe; BROCCOLICHI, Sylvain; CHAMPAGNE, Patrick; CHRISTIN, Rosine; FAGUER, Jean-Pierre; GARCIA, Sandrine; LENOIR, Remi; OEUVRARD, Françoise; PIALOUX, Michel; PINTO, Louis; SAYAD, Abdelmalek; SOULIÉ, Charles; WACQUANT, Loïc. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 693-732.

BRAGA, Ruy. *Capitalismo racial: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2025.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain’t I a woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women’s Studies*, Bridgewater, v. 5, n. 3, p. 75-86, May 2004. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1543&context=jiws>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 628, de 28 de outubro de 1899*. Amplia a ação penal por denúncia do Ministério Público e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1899. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-628-28-outubro-1899-540691-publicacaooriginal-41447-pl.html>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projecto de lei nº 33, de 10 de julho de 1888. Repressão da ociosidade. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. Terceira Sessão da Vigésima Legislatura.

Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos srs. deputados: Terceira Sessão da Vigésima Legislatura: de 27 de abril a 2 de junho de 1888: volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 75. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/f215a3dd-5168-494e-99d2-27e676087538>. Acesso em: 11 abr. 2026.

BRITTAN, Arthur; MAYNARD, Mary. *Sexism, racism and oppression*. New York: Blackwell, 1984.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (coord.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 13-23.

CARRIGAN, Tim; CONNELL, Robert W. [Após transição de gênero, passou a se chamar Raewyn Connell]; LEE, John. Toward a new sociology of masculinity. *Theory and Society*, Dordrecht, v. 14, n. 5, p. 551-604, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00160017>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00160017>. Acesso em: 13 abr. 2026.

CASTRO, Bárbara; GUEDES, Moema. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 92, p. 1-22, abr. 2020. A contribuição dos estudos de gênero para a sociologia: percurso e visibilidade nas revistas generalistas. DOI: 10.17666/bib9202/2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/508/484>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081/5457>. Acesso em: 10 abr. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. New York: Routledge, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINSON, David L.; HEARN, Jeff. ‘Men’ at ‘work’: multiple masculinities/multiple workplaces. In: MAC AN GHAILL, Mairtin (ed.). *Understanding masculinities: social relations and cultural arenas*. Philadelphia: Open University Press, 1996. p. 61-76.

COLLINSON, David L.; HEARN, Jeff. Men and masculinities in work, organizations, and management. In: KIMMEL, Michael S.; HEARN, Jeff; CONNELL, R. W. (ed.). *Handbook of studies on men and masculinities*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. p. 289-310.

COMLURB. Diretoria de Gestão e Gente. *Edital CO – CLB nº 001/2025*. Edital de processo seletivo simplificado destinado à contratação de pessoal por tempo determinado para Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB. Rio de Janeiro: COMLURB, 2025. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/1167807/7354. Acesso em: 25 mar. 2026.

COMLURB bate recorde: mais de 180 mil inscritos em quatro dias no processo seletivo para garis temporários. *Comlurb*, Rio de Janeiro, 9 jun. 2025 [atualizado em 11 jun. 2025]. Disponível em: <https://comlurb.prefeitura.rio/noticias/comlurb-bate-recorde-mais-de-180-mil-inscritos-em-quatro-dias-no-processo-seletivo-para-garis-temporarios/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

COMLURB retribui carinho e homenageia pequenos fãs com crachás de “garis mirins”. *Comlurb*, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/comlurb-retribui-carinho-e-homenageia-pequenos-fas-com-crachas-de-garis-mirins/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

CONHEÇA a COMLURB. *Comlurb*, Rio de Janeiro, 17 maio 2021 [atualizado em 30 mar. 2026]. Disponível em: <https://comlurb.prefeitura.rio/conheca-a-secretaria/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Robert W. [Após transição de gênero, passou a se chamar Raewyn Connell]. *Masculinidades*. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

CONNELL, Robert W. [Após transição de gênero, passou a se chamar Raewyn Connell]. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CONNELL, Robert W. [Após transição de gênero, passou a se chamar Raewyn Connell]; MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CONCURSO para gari no Rio registra 45 inscrições de candidatos com doutorado. *Administradores*, João Pessoa, 22 out. 2009. Disponível em: <https://www.administradores.com.br/noticias/concurso-para-gari-no-rio-registra-45-inscricoes-de-candidatos-com-doutorado>. Acesso em: 1 abr. 2026.

COSTA, Tainara Machado. *O papel social dos trabalhadores cabungueiros: marcas da presença negra nas primeiras práticas de esgotamento sanitário na Porto Alegre oitocentista*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) –Instituto de Psicologia, Serviço **Social**, Saúde e Comunicação Humana, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001239499&loc=2025&l=e4f1cf186516d668>. Acesso em: 15 abr. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Fórum*, Chicago, v. 1989, n. 1, art. 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1. sem. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, July 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 18 abr. 2026.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (org.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*: Collet Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 7-26.

CUSTÓDIO, Túlio Augusto. Per-vertido homem negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo (org.). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 131-161.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Women, race & class*. New York: Random House, 1981.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, London, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464700108086364>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464700108086364#core-collateral-purchase-access>. Acesso em: 16 abr. 2026.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151704>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wwgKkcLrkZv5qgnF6kRQfXs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2026.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). 20 de Novembro: Dia da Consciência Negra: boletim especial: apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Boletim especial 8 de março: dia da mulher: as dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2023a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023/index.html>. Acesso em: 10 abr. 2026.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Especial 20 de novembro de 2023: Dia da Consciência Negra: as dificuldades da população negra no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2023b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

DIAS, Pâmela. Mulheres são mais escolarizadas que homens, mas brancas com ensino superior são o dobro das negras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 mar. 2024. Educação. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/08/censo-mulheres-sao-mais-escolarizadas-que-homens-mas-diferenca-entre-brancas-e-negras-no-ensino-superior-e-de-50percent.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ESTES, Steve. “I am a man!”: race, masculinity, and the 1968 Memphis sanitation strike. *Labor History*, London, v. 41, n. 2, p. 153-173, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1080/00236560050009914>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00236560050009914>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro à sociedade de classes. *Boletim 301: Sociologia I*, n. 12, São Paulo, p. 1-738 [i-v]: Ática, 1964. Disponível em: https://obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/8877/SOCIOLOGIA_I-N-12_1964.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 abr. 2026.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2600/4/O%20CONCEITO%20DE%20INFORMALIDADE.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FRAGA, Walter. Pós-abolição: o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 351-357.

FREITAS, Leonardo Vereza de. *O encontro dos rios de janeiro, de junho e de março: jornadas de junho de 2013, greve no carnaval e um novo movimento de garis*. 2023. Tese

(Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://objdig.ufrj.br/34/teses/937198.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. [Primeira edição lançada em 1933].

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 8., 1979, Pittsburg. *Comunicação apresentada [...]*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. p. 1-17. Disponível em: https://coletivomariasbaderna.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana*: Ed. Filhos da África, 2018a.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana*: Ed. Filhos da África, 2018b.

GRAY, Lisa M.; WONG-WYLIE, Gina; REMPEL, Gwen R.; COOK, Karen. Expanding qualitative research interviewing strategies: Zoom video communications. *The Qualitative Report*, v. 25, n. 5, p. 1292-1301, 2020. DOI: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.4212>. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4212&context=tqr>. Acesso em: 14 abr. 2026.

GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: EDUFF, 1997.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (org.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*: Collet Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27-99.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20260320200054/https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 11 abr. 2026.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=ptxt=uclf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

UM HOMEM também chora (guerreiro menino). Intérprete: Gonzaguinha. In: CAMINHOS do coração. São Bernardo do Campo: EMI-Odeon, 1983. 1 disco vinil, lado A, faixa 5.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, bell. *A gente é da hora: homens negros e masculinidades*. São Paulo: Elefante, 2022.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2026.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019b.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019c.

HUGHES, Everett Cherrington. Work and the self. In: ROHRER, John H.; SHERIF, Muzafer (ed.). *Social psychology at the crossroads*. New York: Harper & Brothers, 1951. p. 313-323. Disponível em: https://ia601509.us.archive.org/26/items/in.ernet.dli.2015.187194/2015.187194.Social-Psychology-At-The-Crossroads_text.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

IBGE. *Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2026.

JORDAN, June. *Civil wars*. Boston: Beacon Press, 1981.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2026

KLEIN, Herbert S. Demografia da escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 185-194.

LOPES, Fernanda Tarabal; MACIEL, Ana Alice Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua; DIAS, Derli de Souza; MURTA, Ivana Benevides Dutra. O significado do trabalho para os garis: um estudo sobre representações sociais. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 41-69, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revista.uemg.br/revistappp/article/view/903/600>. Acesso em: 12 abr. 2026.

LORDE, Audre. As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre. *Geledés: Instituto da Mulher Negra*, São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>. Acesso em: 12 abr. 2026.

LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. Trumansburg: Crossing Press, 1984.

LUCAS, Elizabeth Silva Ribeiro; MONTEIRO, Millena Gonçalves. Nas margens do mundo livre: anti-vadiagem, punição e relações de trabalho do mundo lusófono no contexto da abolição e do pós-abolição. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 19., 2020, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020. p. 1-10. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600224585_ARQUIVO_c6b3d8f8b65ae435914e634573e37084.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

MABUCHI, Alessandra dos Santos; OLIVEIRA, Daniel Francis de; LIMA, Marlúcia Pereira de; CONCEIÇÃO, Miriã Barbosa da; FERNANDES, Hugo. Uso de bebidas alcoólicas por trabalhadores do serviço de coleta de lixo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 15, n. 3, maio/jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300013>. Disponível em: https://revistas.usp.br/rlae/pt_BR/article/view/2453/2821. Acesso em: 21 abr. 2026.

A MÃO da limpeza. Intérprete: Gilberto Gil. In: RAÇA humana. Intérprete: Gilberto Gil. Brasil: Warner Brothers Records, 1984. 1 disco vinil, lado B, faixa 2.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. *Revista Temporalis*, Brasília, DF, v. 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p113-132>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077/6148>. Acesso em: 25 abr. 2026.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, Spring 2005. DOI: <https://doi.org/10.1086/426800>. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/10.1086/426800.pdf?refreqid=fastly-default%3Aaee98493aee62f1baa6d7590053c5a8c&ab_segments=&initiator=&acceptTC=1. Acesso em: 5 abr. 2026.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7VrRmvB6SNMwQL5r6mXs8Sr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.

MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mal cidadão?* 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.

MOUTINHO, Laura. *Raça, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. [Originalmente lançado como artigo em 1976]. p. 259-263.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/J3vhFb6qggn99nCqHkzBY7m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2026.

NOGUEIRA, Claudia Maria França Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza de; SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. “Podem duas mulheres falar sobre masculinidades?”: entre saberes localizados e a reflexão sobre múltiplas masculinidades. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 13, p. 25-43, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i13.35695>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/35695/21726>. Acesso em: 15 abr. 2026.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 92-98.

PAIXÃO, Marcelo. *500 anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.

PINHO, Osmundo Pinho. Qual é a identidade do homem negro? *Democracia Viva*, n. 22, p. 64-69, jun./jul. 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/1420907/Qual_%C3%A9_a_identidade_do_homem_negro. Acesso em: 18 abr. 2026

PORFÍRIO, Tamis. *A cor das empregadas: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado*. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo de (org.). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019. p. 21-51.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto-lei nº 102, de 15 de maio de 1975*. Autoriza a transformação da Companhia Estadual de Limpeza Urbana – CELURB – em Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Fazenda e Controle Geral, 1975. Disponível em: <https://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/13a8832c3ad51674832569d0006c75a4/2a1bbec1b5b1206203256b370050ec5e?OpenDocument>. Acesso em: 16 abr. 2026.

RIOS, Flavia; RATTIS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (org.). *Pensadores negros - pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX: volume 11*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 387-403.

ROBINSON, Cedric J. *Marxismo negro: A criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

ROEDIGER, David R. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz (org.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 29-59. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2025/08/17-Cruzando-fronteiras-2013.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2026.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu, 2017.

SANTOS, Gemmelle Oliveira; SILVA, Luiz Fernando Ferreira. Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3413-3419, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000900008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/srgFTGpZfYmnLgWKSh8VRJS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

SANTOS, Manuela Arruda dos. Nos tempos dos tigres: o indesejável transporte dos dejetos no Recife oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2007. p. 1-7. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210565_13d7074a7013f476ed4c67e6111145cb.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da República: a Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 445-476, jul./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X006013006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MD5ZxXHBbSKVrWNDnNbDsh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2026.

SANTOS, Tereza Luiza Ferreira. *Coletores de lixo: a ambiguidade do trabalho na rua*. São Paulo: Fundacentro, 1999. Disponível em: https://fundacentro.primo.exlibrisgroup.com/discovery/delivery/55FJD_INST:Baseline/128799780009501. Acesso em: 21 abr. 2026.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225-242, jan./mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000100013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/wRVg8H99n65JLwhF9BMbHpF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Teorias raciais. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 403-409.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 12 abr. 2026.

SENA, Felipe. Fã dos garis: menino de 3 anos ganha festa de aniversário com tema de coletor de lixo. *G1*, Vitória, 13 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2025/11/13/fa-dos-garis-menino-de-3-anos-ganha-festa-de-aniversario-com-tema-de-coletor-de-lixo.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SHARPE, Cristina. *No vestígio: negridade e existência*. São Paulo: Ubu, 2023.

SOARES, Lucas. ‘Mini garis’ ajudam a recolher lixo e vídeo viraliza: ‘levam a sério, acham que são funcionários da prefeitura’, brinca padrinho. *G1*, Rio de Janeiro, 2 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/02/mini-garis-ajudam-a-recolher-lixo-e-video-viraliza-levam-a-serio-acham-que-sao-funcionarios-da-prefeitura-brinca-padrinho.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SOUPIIN, Elisa. Menina pede festa de aniversário da Comlurb para homenagear garis no Rio. *G1*, Rio de Janeiro, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/11/menina-pede-festa-de-aniversario-da-comlurb-para-homenagear-garis-no-rio.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SOUZA, Andréa Dias Cunha. *Tigres: “tristes operários do labor imundo”*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240217032457/https://livros01.livrosgratis.com.br/cp096202.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SOUZA, Celiana Pereira de. *A relação trabalho e saúde de coletores de lixo domiciliar*. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16933/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2026.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. As representações do homem negro e suas consequências. *Revista Fórum Identidades*, Aracaju, ano 3, v. 6, n. 6, p. 97-115, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/5500/4511>. Acesso em: 11 abr. 2026.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília, DF: IPEA, 2008. p. 15-43. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

TOLSON, Andrew. *The limits of masculinity: male identity and the liberated woman*. New York: Harper & Row, 1979.

TOMASKOVIC-DEVEY, Donald. Segregation, inequality, and discrimination. In: TOMASKOVIC-DEVEY, Donald. *Gender & racial inequality at work: the sources and consequences of job segregation*. Ithaca: ILR Press, 1993. p. 3-20.

TRUTH, Sojourner. *E eu não sou uma mulher?: a narrativa de Sojourner Truth*. Rio de Janeiro: Imã, 2020.

VELLOSO, Marta Pimenta; VALADARES, Jorge de Campos; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. A coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso baseado na percepção do trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 143-150, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231998000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VKqLCcXZwcqrd8kwy4V5BbP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2026.

VERGÈS, Françoise. Françoise Vergès: 'a desigualdade não é uma lei natural, é uma construção ideológica'. [Entrevista cedida a Marília Kodick]. *Marie Claire*, São Paulo, 10 abr. 2026. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2026/04/francoise-verges-a-desigualdade-nao-e-uma-lei-natural-e-uma-construcao-ideologica.gh.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

VIANA JR., Mário Martins. *Masculinidades compósitas nas capitais do Norte da América Portuguesa (séculos XVI e XVII)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107558/319120.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr. 2026.

VIANA JR., Mário Martins. Masculinidades plurais na América portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII). *Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 61-89, set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2016v23n35p61>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p61/32474>. Acesso em: 10 abr. 2026.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: <https://web.archive.org/web/20251207045212/https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20251123015548/https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 10 abr. 2026.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

VIVEROS VIGOYA, Mara. Masculinidades: diversidades regionales y cambios geracionales em Colombia. In: VIVEROS VIGOYA, Mara; OLAVARRÍA, José; FULLER, Norma (org.) *Hombres e identidades de género: investigaciones desde América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001. p. 35-152. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/items/6e5eff07-95ce-4d75-bb4d-253f1588331f/full>. Acesso em: 14 abr. 2026.

WALLACE, Michelle. *Black macho and the myth of the superwoman*. London: Verso, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 85-96.

WINGFIELD, Adia Harvey. *No more invisible man: race and gender in men's work*. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

WINGFIELD, Adia Harvey; ALSTON, Renee Skeete. The understudied case of black professional men: advocating an intersectional approach. *Sociology Compass*, Oxford, UK, v. 6, n. 9, p. 728-739, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2012.00503.x>. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1751-9020.2012.00503.x>. Acesso em: 17 abr. 2026.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, London, v. 13, n. 3, p. 193-209, July 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506806065752>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350506806065752>. Acesso em: 16 abr. 2026.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Nome
2. Idade
3. Cor/raça
4. Grau de escolaridade
5. Bairro onde mora
6. Bairro onde trabalha
7. Qual a sua forma de contratação na Comlurb?
8. Quantas vezes na semana você trabalha como gari? Quantas horas por dia?
9. Você tem alguma parceira ou parceiro? Vocês vivem na mesma casa?
10. Você tem filhos(as)? Quantos? Eles vivem com você?
11. Você pode me contar um pouco de como é a sua rotina de trabalho como gari?
12. Quem são as pessoas que estão “acima” de você? A quem você deve prestar contas do seu trabalho?
13. Existe alguma meta de trabalho? Como você se sente em relação a elas?
14. Você acha que o seu trabalho te exige muito fisicamente?
15. Caso a resposta anterior seja sim, como você acha que isso poderia ser amenizado?
16. Como é a dinâmica de trabalho em equipe?
17. Você se sente seguro enquanto pratica a coleta de lixo?
18. Como é para você trabalhar tanto tempo nas ruas?
19. Como você se sente quando está “pendurado” no caminhão de transporte de lixo?
20. Qual a sua relação com a população? E com os comerciantes locais?
21. Você percebe algum tipo de preconceito com relação a você e com os seus colegas?
22. Caso sim, você acha que esse preconceito está relacionado com a sua profissão ou com quem você é? Ou as duas coisas?
23. Como você acha que trabalhar com coleta de lixo forma a imagem que você tem de você mesmo?
24. Como você acha que trabalhar com coleta de lixo forma a imagem que a sua família, amigos e pessoas que ao seu redor têm de você?
25. O que significa para você trabalhar com o lixo?
26. O que você acha que trabalhar como gari trouxe de benefício e de malefício para a sua vida?
27. O que você gostaria de mudar nas suas condições de trabalho?